

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas (o “Prospecto”) do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I
CNPJ nº 09.297.712/0001-99

Classificação da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Quotas Seniores: “A”
Código ISIN nº BRNPPFCTF006
Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2008/015

Quotas Subordinadas: “BBB+”
Código ISIN nº BRNPPFCTF014
Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2008/016

Valor da Emissão:

R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as Quotas Seniores
R\$ 100.000.000,00 (cem milhões reais) para as Quotas Subordinadas

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 10 de janeiro de 2008, através do “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I”, celebrado pela Administradora, com prazo de duração de 12 (doze) anos, contados da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após a amortização ou resgate integral das Quotas, o que ocorrer antes, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356”), pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado na data de sua constituição, em 10 de janeiro de 2008, sob o nº 749333 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda e Terceira Alterações, registrados em 26 de fevereiro de 2008, 25 de março de 2008 e 02 de abril de 2008, sob os nºs 752266, 754222 e 754861, respectivamente, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o “Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) série da classe de quotas seniores (as “Quotas Seniores”), composta por até 10 (dez) Quotas Seniores, no valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e uma classe de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), composta por até 200 (duzentas) Quotas Subordinadas, no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). As informações referentes à remuneração, à amortização e ao resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas estão definidas no Regulamento.

O Fundo está ofertando na 1ª emissão, até 10 (dez) Quotas Seniores, e até 100 (cem) Quotas Subordinadas no valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na 1ª (primeira) Data de Emissão, perfazendo o montante de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em Quotas Seniores e até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) em Quotas Subordinadas.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta oferta e funcionamento do Fundo está condicionada à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

Protocolo CVM datado de 15 de janeiro de 2008 e complementado em 28 de fevereiro de 2008 e 26 de março de 2008.

As Quotas deverão ser registradas, para negociação secundária, na CETIP, no Somafix e no Bovespafix. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de quotista, Investidores Qualificados. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes estejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas 44 a 51”.

Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas”.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou demais instituições prestadoras de serviços”.

Administradora e Distribuidor

OLIVEIRA TRUST

Custodiante

Deutsche Bank 

Empresa de Auditoria



Assessores Legais

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOCADOS

Agência de Classificação de Risco



A data deste Prospecto é 03 de abril de 2008.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

Índice

| | |
|---|----|
| Glossário | 5 |
| Características Básicas da Distribuição das Quotas no Curso do Programa de Securitização.... | 15 |
| Veracidade das Informações | 17 |
| Sumário | 18 |
| O Fundo | 18 |
| Público-Alvo | 19 |
| Fatores de Risco..... | 19 |
| A Administradora | 19 |
| Outros Prestadores de Serviços..... | 20 |
| O Custodiante | 20 |
| Demonstrativo do Custo da Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas..... | 23 |
| Modificação da Oferta | 23 |
| Cronograma Etapas da Oferta..... | 24 |
| Procedimento de Colocação..... | 24 |
| Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira | 25 |
| Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo..... | 25 |
| Valores Mínimos de Aplicação..... | 25 |
| As Quotas..... | 26 |
| Tributação | 26 |
| Atendimento aos Quotistas | 27 |
| Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas | 27 |
| Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo..... | 28 |
| Direitos Creditórios..... | 29 |
| Características Básicas do Fundo | 30 |
| Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura | 30 |
| Desenho Esquemático do Fundo..... | 31 |
| Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e de Recebimento e Cobrança de Valores | 32 |
| Critério de Elegibilidade | 33 |
| Eventos de Avaliação..... | 33 |
| Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento | 34 |
| Procedimentos de Dação em Pagamento | 34 |
| Ordem de Aplicação dos Recursos | 35 |
| As Quotas | 37 |
| Características das Quotas Seniores..... | 37 |
| Características das Quotas Subordinadas..... | 38 |
| Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas..... | 38 |
| Valor das Quotas..... | 40 |
| Amortização e Resgate das Quotas..... | 42 |
| Custos Referentes à Defesa dos Quotistas | 43 |
| Fatores de Risco | 44 |
| Introdução | 44 |
| Fatores Associados ao Investimento no Fundo..... | 44 |
| Fatores Associados aos Direitos Creditórios | 48 |
| Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas | 52 |
| Utilização dos Recursos | 54 |

| | |
|--|-----|
| Direitos Creditórios | 55 |
| Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E..... | 59 |
| Administradora..... | 60 |
| Histórico..... | 60 |
| Estrutura e Administração..... | 60 |
| Administração de Fundos de Investimento..... | 60 |
| Custodiante e Cedente..... | 62 |
| Histórico..... | 62 |
| Estrutura do Capital | 63 |
| Atuação em Custódia..... | 63 |
| Experiência Profissional dos Administradores | 63 |
| Demonstrações Financeiras | 65 |
| Anexos..... | 69 |
| Súmula da Agência de Classificação de Risco | 70 |
| Regulamento | 76 |
| Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV – Manuais de Procedimentos da Justiça Federal | 153 |
| Resolução nº 559..... | 230 |
| Parecer Legal | 237 |

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Definições referentes ao Programa de Securitização

Ação Judicial

ação indenizatória fundada em desapropriação indireta proposta por Wilson Pereira Teles, brasileiro, casado, pecuarista, portador da cédula de identidade RG nº 3.956.355-8/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 137.063.658-04, e sua esposa Carmela Bertolacci Teles, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade RG nº 3.839.152/SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 094.236.548-86, ambos residentes e domiciliados na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Belo Horizonte, nº 774, 3º andar contra o INCRA, que tramitou sob o nº 00.0000594-0 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, julgada procedente com a condenação do réu ao pagamento de valores indicados em laudo pericial, tendo havido o trânsito em julgado em 7 de novembro de 1991. O INCRA propôs ação rescisória, que tomou o nº 93.01.32115-7/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e obteve medida liminar para suspender o pagamento de precatório anteriormente emitido até o julgamento final da ação rescisória, conforme decisão proferida na ação cautelar nº 93.01.32116-5/DF. A ação rescisória foi julgada improcedente por acórdão unânime do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, transitado em julgado em 20 de abril de 2006. Iniciada a execução, que tomou o nº 2006.41.002688-1 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, o INCRA impugnou parcialmente os cálculos apresentados por meio de embargos à execução, restando como valor incontroverso R\$ 357.988.819,56 (trezentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos), atualizado até 30 de abril de 2006, tendo sido emitido o precatório 2007.01.98.062666-4, no valor de R\$ 177.439.706,13 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e seis reais e treze centavos), sendo R\$ 118.490.880,51 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) em favor de Wilson Pereira Teles e dos advogados da causa, e o precatório 2007.01.98.062671-9, de mesmo valor que o anterior, cuja data base é de abril de

2006, em favor de Carmela Bertolacci Teles, havendo ainda outros precatórios emitidos em favor de outros cessionários do crédito, que os adquiriram no curso da demanda, dentre os quais o precatório 2007.01.98.062686-0, no valor de R\$ 6.827.548,06 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos) atualizado em julho de 2007, em favor de Maiscor Tintas Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Bandeirante, nº 1517, cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.090.677/0001-44, a qual, por sua vez, em 12 de novembro de 2007, cedeu este último precatório, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, a Gervásio Costa e sua mulher Denise de Fátima Kempe Costa, ambos qualificados no item (7.1.3) do Capítulo VII do Regulamento.

| | |
|-----------------------------------|--|
| ADCT | Ato das Disposições Constitucionais Transitórias |
| Administradora | Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| Afiliada | a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa |
| Agente | qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa |
| Agente Escriturador | Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão |
| Agência de Classificação de Risco | Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. |
| Alocação Mínima de Investimento | fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora |
| ANBID | Associação Nacional dos Bancos de Investimento |
| ANDIMA | Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro |

| | |
|---------------------------|--|
| Assembléia Geral | assembléia geral de Quotistas do Fundo |
| Bacen | Banco Central do Brasil |
| BM&F | Bolsa de Mercadorias & Futuros |
| BOVESPA | Bolsa de Valores de São Paulo |
| Bovespafix | mercado de títulos de dívida privada da BOVESPA |
| Capítulo | cada um dos capítulos do Regulamento |
| Cedente | Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão |
| CETIP | Câmara de Custódia e Liquidação |
| Circulação | número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento |
| CMN | Conselho Monetário Nacional |
| CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda |
| Constituição Federal | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| Conta Corrente do Fundo | conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante |
| Contrato de Custódia | Contrato de Custódia, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante |
| COSIF | Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen |
| CPF | Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda |
| Critério de Elegibilidade | critério para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no Regulamento |
| Custodiante | Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |

| | |
|----------------------------------|---|
| Data de Amortização | data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas, observado o disposto no Regulamento, sendo certo que qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação, pela União, de suas obrigações decorrentes dos Precatórios Adquiridos, será considerado um Evento de Avaliação |
| Data de Apuração _i | o <i>i</i> -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão |
| Data de Aquisição | data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Termo de Cessão |
| Data de Emissão | data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil |
| Data de Notificação de Pagamento | com relação a cada pagamento anual dos Precatórios Adquiridos, data em que a União notifica o Poder Judiciário que os valores destinados aos pagamentos anuais dos Precatórios Adquiridos foram transferidos ao Poder Judiciário, nos termos da legislação aplicável |
| Dia Útil | todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais |
| Direito Creditório | direitos creditórios detidos pelo Cedente contra a União em decorrência de sentenças transitadas em julgado na Ação Judicial, os quais foram caracterizados pela emissão dos Precatórios em favor de Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda.. |
| Documentos Comprobatórios | documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em sentença e certidão de trânsito em julgado da ação rescisória e certidão de objeto e pé dos Precatórios |
| Documentos da Securitização | conjunta ou isoladamente, o Regulamento, o Termo de Cessão, o Contrato de Custódia, este Prospecto e os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo |

| | |
|--|--|
| Emenda Constitucional nº 30 | Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 |
| Empresa de Auditoria | KPMG Auditores Independentes |
| Evento de Avaliação | eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembleia Geral |
| FGC | Fundo Garantidor de Créditos |
| Fundo | Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I |
| Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios | não pagamento pela União das obrigações decorrentes dos Precatórios Adquiridos, no mesmo exercício social em que esteja previsto o seu respectivo pagamento, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| Instituições Autorizadas | instituições financeiras de primeira linha, incluindo o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, bem como instituições financeiras com classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior a “BrAA-“, emitida pela Standard & Poor’s, ou classificação de risco (<i>rating</i>) equivalente, emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou pela Fitch Ratings Brasil Ltda. |
| Instrução CVM nº 356 | Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores |
| Instrução CVM nº 400 | Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores |
| Instrução CVM nº 409 | Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores |
| Instrução CVM nº 444 | Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores |
| Investidores Qualificados | investidores aptos a adquirir Quotas do Fundo, nos termos do Regulamento e da Instrução CVM nº 409 |
| IPCA-15 | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE |

| | |
|-------------------------------------|--|
| IPCA-E | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE |
| IPCA-E _{Anterior} | número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso |
| IPCA-E _i | número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à Data de Apuração _i . Caso o número índice do IPCA-E _i não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração _i , o IPCA-E _i será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) das variações do número índice do IPCA, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, o mês anterior à Data de Apuração _i , na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à Data de Apuração, será utilizado a Proj IPCA; |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| Meta de Rentabilidade Prioritária | a rentabilidade alvo das Quotas Seniores, equivalente à variação do IPCA-E acrescida da MetaRemuneração |
| MetaRemuneração | 11% ao ano |
| Outros Ativos | ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios |
| Parcela Recebida | valor decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo |
| Patrimônio de Referência | o produto entre (i) o Valor Unitário de Referência e (ii) o pelo número de Quotas Seniores em Circulação, calculado todo Dia Útil |
| Patrimônio Líquido | a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber do Fundo, subtraídas as exigibilidades |
| Percentual de Precatório Amortizado | o Percentual de Precatório Amortizado será calculado como a fração entre (i) a Parcela Recebida; e (ii) o Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos |
| Periódico | periódico “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos |

| | |
|-------------------------------|--|
| | termos do Regulamento |
| Pessoas | pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio |
| PIS | Programa de Integração Social |
| Potencial de Cessão | valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado na aquisição de Direitos Creditórios |
| PrazoÚtil _i | número de Dias Úteis entre (1) a 1ª Data de Emissão ou a última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso inclusive, e (2) a Data de Apuração _i , exclusive |
| Precatórios | instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelo juiz da execução existente na Ação Judicial |
| Precatório Adquirido | Precatório de titularidade do Fundo |
| Pro-Rata _{Anterior} | a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês referente à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso, (inclusive) e (2) a 1ª Data de Emissão ou última Data de Amortização, conforme o caso, (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da 1ª Data de Emissão ou da última Data de Amortização, conforme o caso |
| Pro-Rata _i | a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês da Data de Apuração _i (inclusive) e (2) a Data de Apuração _i (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da Data de Apuração _i |
| Programa de Securitização | mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas |
| Proj IPCA _{Anterior} | Proj IPCA _i com referencia à 1ª Data de Emissão ou à |

| | |
|--|---|
| | última Data de Amortização, conforme o caso |
| Proj $IPCA_i$ | a projeção da variação do IPCA vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração _i , conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração _i , o Proj $IPCA_i$ será determinado como o Proj $IPCA_{i-1}$ (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior) |
| Prospecto | o presente prospecto de distribuição de Quotas do Fundo |
| Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas | as quotas, as quotas seniores e as quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso |
| Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados | os titulares das Quotas |
| Razão de Garantia | fração cujo numerador é equivalente ao valor atualizado das Quotas Seniores e o denominador é o valor do Patrimônio Líquido |
| Regime de Caixa | metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos ao Quotista será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pela União e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo |
| Regulamento | o regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I, registrado em 10 de janeiro de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 749333 e suas alterações posteriores |
| Reserva de Caixa | parcela do Patrimônio Líquido, a ser aplicado em outros ativos, equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo |
| Resolução CMN nº 2.682 | Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 |
| Resolução CMN nº 2.907 | Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001 |
| Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos | a soma dos saldos atualizados de cada Precatório Adquirido, que por sua vez serão determinados como o |

valor nominal de cada Precatório Adquirido, corrigido pela variação do IPCA-E e sujeito à incidência de juros, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 e de acordo com a descrição da tabela apresentada no Regulamento, e deduzido das Parcelas Recebidas correspondentes ao referido Precatório Adquirido

| | |
|-----------------------|--|
| Seção | seções deste Prospecto |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e Custódia |
| SIAF | Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF |
| Somafix | Mercado de Balcão Organizado de Renda Fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos (Soma) |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| Taxa de Administração | montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos de Securitização |

| | |
|-------------------------------------|--|
| Taxas DI | Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis |
| TED | transferência eletrônica disponível |
| Termo de Adesão | documento preparado na forma de anexo do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento |
| Termo de Cessão | termo de cessão, lavrado sob a forma de escritura pública, firmado entre o Cedente e o Fundo, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente |
| União | União Federal |
| Valor Unitário Base ou VUB | R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a partir da 1ª Data de Emissão, e, em cada Data de Amortização de Quotas, após o pagamento da respectiva amortização de Quotas Seniores, o Valor Unitário Base será equivalente: (1) ao Valor Unitário de Referência, apurado com referência à abertura de cada Data de Amortização de Quotas, (2) deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização de cada Quota Sênior |
| Valor Unitário de Referência ou VUR | Valor Unitário de Referência (VUR), válido para o <i>i</i> -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão |

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

| | |
|---|--|
| Emissor: | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I |
| Classe de Quotas: | 2 classes, sendo: 1 série da classe de Quotas Seniores, composta por até 10 Quotas Seniores), salvo na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI do Regulamento 1 série da classe de Quotas Subordinadas, composta por até 200 Quotas Subordinadas |
| Preço Unitário das Quotas Seniores: | R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal |
| Preço Unitário das Quotas Subordinadas: | R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal |
| Valor Mínimo de Aplicação de Quotas: | o valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00 |
| Público Alvo: | (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução da CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409, bem como investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 |
| Administradora: | Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| Custodiante: | Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão |
| Empresa de Auditoria: | KPMG Auditores Independentes |

Agência de Classificação de Risco:

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Data de Emissão:

data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil

Liquidação Financeira

a amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas; ou (ii) em Direitos Creditórios, na hipótese prevista no Regulamento

Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.

VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Neste sentido, a Administradora declara que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, que também atua como distribuidora, declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora ou na CVM.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O Fundo

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I foi constituído em 10 de janeiro de 2008, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 12 anos, contados da 1ª Data de Emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das Quotas, conforme o caso, o que ocorrer antes. O Regulamento foi registrado em 10 de janeiro de 2008, sob o nº 749333, e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda e Terceira Alterações, registrados em 26 de fevereiro de 2008, 25 de março de 2008 e 02 de abril de 2008, sob os nºs 752266, 754222 e 754861, respectivamente, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 15 de janeiro de 2008 e complementado em 28 de fevereiro de 2008 e 26 de março de 2008.

O Fundo tem por objeto precípuo adquirir Direitos Creditórios. A aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo será realizada nos termos do Regulamento e dos Termos de Cessão, sem direito de regresso contra ou co-obrigação do Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. O Cedente não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA. O Cedente é somente responsável pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na respectiva Data de Aquisição, nos termos descritos nos respectivos Termos de Cessão.

A Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos; e (ii) do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do Regulamento, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência e liquidez.

Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

Público-Alvo

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução da CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

Fatores de Risco

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

A Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.

Outros Prestadores de Serviços

| | |
|---|---|
| Auditoria: | KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 São Paulo – SP |
| Agência de Classificação de Risco: | Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 110, 7º andar 04542-000 São Paulo – SP |
| Custódia: | Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Rua Alexandre Dumas, nº 2.200 04717-910 São Paulo – SP |
| Agente Escriurador: | Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Rua Alexandre Dumas, nº 2.200 04717-910 São Paulo – SP |

Tabela 1: Outros Serviços.

O Custodiante

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 62.331.228/0001-11, é a instituição responsável pelas atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo;
- validar os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo em relação ao Critério de Elegibilidade;
- operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:

- i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes; e
 - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” acima;
- g) acolher em contas correntes de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, na forma descrita no Regulamento;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no respectivo Termo de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.

Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

| | |
|-------------------------------|---|
| Taxa de Administração: | remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,10% ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, limitado a R\$ 100.000.000,00 acrescido do valor equivalente a 0,05% ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00, ambos pagáveis |
|-------------------------------|---|

| | |
|-----------------------------|---|
| | <p>mensalmente à razão de 1/12 e apurados no último Dia Útil de cada mês; e (ii) R\$ 6.000,00, nos primeiros 12 meses de operação do Fundo, e, para os anos subsequentes, R\$ 7.500,00. A primeira remuneração devida à Administradora, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.</p> |
| Taxa de Ingresso: | Não há. |
| Taxa de Saída: | Não há. |
| Taxa de performance: | Não há. |
| Encargos do Fundo: | <ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de Administração; 2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo; 3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente; 4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; 5. honorários e despesas da Empresa de Auditoria; 6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; 7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido; 8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral; 9. taxas de custódia de ativos do Fundo; 10. contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; 11. despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e 12. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do Regulamento. |

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

Demonstrativo do Custo da Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas

| Custo | % em relação ao valor da Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas (R\$110.000.000,00) | Montante (R\$) |
|---|--|-----------------------|
| Taxa de Registro na CETIP | 0,001% | 675,75 |
| Taxa de Registro no Bovespafix | 0% | 0,00 |
| Taxa de Registro no Somafix | 0% | 0,00 |
| Taxa de Registro na Anbid | 0,002% | 2.200,00 |
| Taxa de Registro na CVM (Quotas Seniores) | 0,06% | 64.000,00 |
| Taxa de Registro na CVM (Quotas Subordinadas) | 0,08% | 82.870,00 |
| Despesas com a publicação de anúncios da distribuição (*) | 0,003% | 3.500,00 |
| Agência Classificadora de Risco | 0,03% | 33.000,00 |
| Honorários de advogados | 0,06% | 65.000,00 |
| Total | 0,23% | 251.245,75 |

(*) Valores estimados

Custo Unitário de Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas

| Valor Unitário de cada Quota Sênior e das Quotas Subordinadas | Custo Unitário de Distribuição de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada | % em relação ao valor unitário de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada |
|--|--|--|
| R\$ 1.000.000,00 | R\$ 2.284,05 | 0,23% |

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores eventualmente pelos investidores.

Cronograma Etapas da Oferta

| Evento | Data Estimada* |
|---|-----------------------|
| Protocolo do Pedido de Registro na CVM | 15/01/2008 |
| Disponibilização do Prospecto Definitivo | 26/03/2008 |
| Data de Registro na CVM | 31/03/2008 |
| Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas | 07/04/2008 |
| Início do Procedimento de Distribuição | 07/04/2008 |
| Liquidação Financeira | 07/04/2008 |
| Data máxima para encerramento da Distribuição e publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição | 07/10/2008 |

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

Procedimento de Colocação

- A Administradora será responsável pela distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas. Não será firmado contrato de distribuição com entidades integrantes do sistema de distribuição valor mobiliários.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta oferta e funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quotas Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação do anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

- **Garantia de Liquidez:** não será celebrado contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem foi constituído fundo de sustentação.

As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, pelo respectivo subscritor.

Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Em até 90 dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar no mínimo 50% e no máximo 100% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. Observados os limites de concentração definidos nesta Seção e respeitada a Reserva de Caixa, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento:

1. títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
2. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, contratadas com Instituições Autorizadas; ou
3. quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam (i) a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens “1” e “2” acima; e (ii) a realização de operações com derivativos, desde que para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas.

O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante e/ou de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.

Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante.

Valores Mínimos de Aplicação

| | |
|--|------------------|
| Aplicação Inicial em Quotas Seniores | R\$ 1.000.000,00 |
| Aplicação Inicial em Quotas Subordinadas | R\$ 1.000.000,00 |

Tabela 4: Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.

As Quotas

Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.

Tributação

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo

• Quotistas Residentes no Brasil

Sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das cotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

Em face de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, existe uma dúvida pertinente à aplicação do regime de retenção semestral de IR-Fonte (come-cotas), em valor equivalente a 20% (relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (rendimentos relativos a fundos

de longo prazo), uma vez que a legislação vigente não é suficientemente clara neste sentido. Assim, até que haja definição sobre a necessidade de retenção semestral, a Administradora não adotará tal procedimento de retenção, o qual poderá ser eventualmente alterado caso fato ou ato superveniente determine a aplicação deste procedimento sobre o Fundo.

Por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas acima apresentada.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista. Por fim, há incidência do Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro – IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação.

- **Quotistas Residentes no Exterior**

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, é aplicável tratamento tributário específico.

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento), independentemente do prazo da carteira do Fundo.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e *e-mail*:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

At. Sr. Alexandre Lodi

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

Crerios de Divulgaça3o de Informa33es aos Quotistas

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avalia33o, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informa33es.

Qualquer altera33o na classifica33o de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunica33o aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunica33o, nos termos do Regulamento, em at33 2 (dois) Dias 33teis.

A divulgação das informações previstas no Regulamento deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou por meio de carta registrada enviada aos representantes dos Quotistas, devendo estas serem mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo

Termo de Cessão

A formalização da cessão ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, se dará por meio de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo Juízo.

Contrato de Custódia

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

Contrato de Distribuição

Não será celebrado contrato de distribuição para as Quotas.

Escrituração de Quotas

O Custodiante do Fundo será, ainda, contratado para ser o responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

Direitos Creditórios

Vide Seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

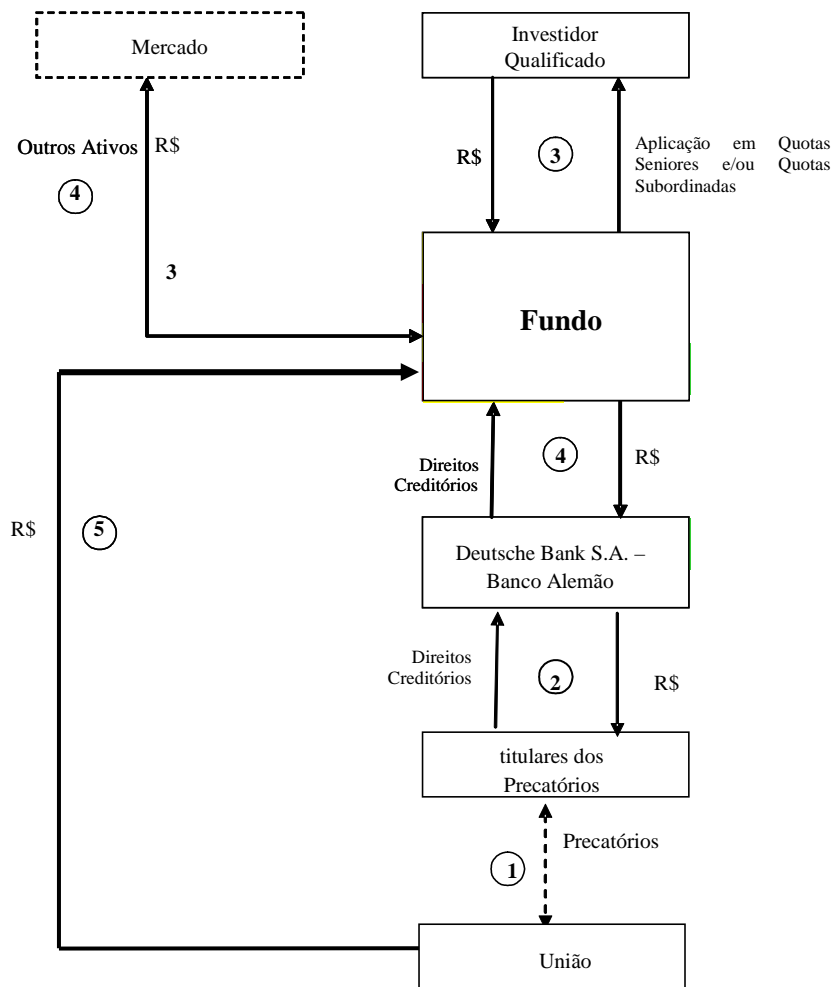
O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do mesmo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.

Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios do Cedente utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização de Quotas.

Desenho Esquemático do Fundo



Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda. detêm direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa decorrentes de sentença transitada em julgado na Ação Judicial, os quais são representados pelos respectivos Precatórios emitidos em favor das Pessoas acima referidas. Posteriormente, em 12 de novembro de 2007, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, a Maiscor Tintas Ltda. cedeu parcelas dos Precatórios de sua titularidade a Gervásio Costa e Denise de Fátima Kempe Costa.
2. Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles, Gervásio Costa e Denise de Fátima Kempe Costa, por meio de Escrituras Públicas de Cessão de Créditos, cederam parcelas dos Precatórios ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.
3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas por Investidores Qualificados.
4. O Fundo adquire os Direitos Creditórios, referidos no item “2” acima, do Cedente e Outros Ativos, utilizando-se das verbas recebidas em “3” acima.

5. Os recursos decorrentes do pagamento, pela União, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo e posteriormente transferidos aos Quotistas em Regime de Caixa quando da amortização ou resgate de suas respectivas Quotas.

Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e de Recebimento e Cobrança de Valores

Cada cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo Juízo.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.

O preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo ao Cedente, será calculado tomando-se como parâmetro (i) a taxa interna de retorno da “Nota do Tesouro Nacional – Série B”, conforme divulgado pela ANDIMA, de duração mais próxima ao prazo médio de vencimento do respectivo Direito Creditório, acrescida de uma sobretaxa de risco acordada entre as partes, que, necessariamente, deverá ser entre 0% e 11%; e (ii) a variação do IPCA-E.

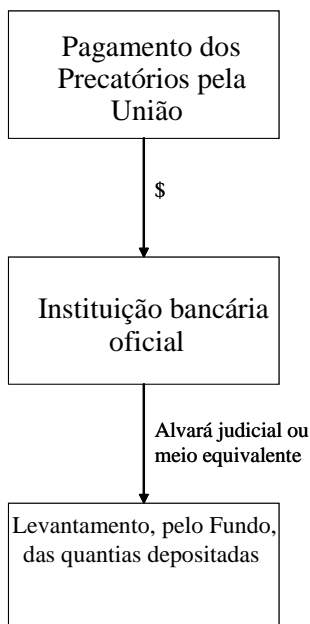
O respectivo Termo de Cessão será levado à Ação Judicial, para que a União seja intimada judicialmente da respectiva cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAF, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios cedidos.

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos da União para o Poder Judiciário até o último dia do respectivo ano. Após esta transferência, o Tribunal Regional Federal competente deposita o valor recebido em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada e envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública. Também é possível acompanhar os depósitos efetuados em pagamento dos precatórios pela *Internet*, sendo que a Administradora deverá tomar as providências necessárias para que haja um acompanhamento diário acerca dos pagamentos efetuados pela União a fim de que, antes mesmo da intimação das partes, já seja possível requerer o levantamento das quantias depositadas.

O Fundo contratará escritório de advocacia especializado para atuar nos procedimentos relacionados acima, referentes ao levantamento das quantias depositadas.

Nos termos do Regulamento, qualquer inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação pela União, com relação ao pagamento dos Precatórios Adquiridos será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

Os procedimentos de recebimento de valores, pelo Fundo, podem ser representados graficamente da seguinte maneira:



Fluxo 2: Procedimentos de Recebimento de Valores.

Critério de Elegibilidade

Os Direitos Creditórios adquiridos do Cedente pelo Fundo, nos termos de cada Termo de Cessão, deverão ser decorrentes dos Precatórios, sendo este o único Critério de Elegibilidade aplicável ao Fundo.

Eventos de Avaliação

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou de contestação pela União com relação ao pagamento dos Precatórios Adquiridos;
- b) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos; ou
- c) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover, (i) inicialmente, o resgate das Quotas Seniores, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento e, posteriormente, (ii) promover o resgate das Quotas Subordinadas, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

Vide Regulamento, Capítulo XXII – “Dos Eventos de Avaliação”.

Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento

No curso normal do Programa de Securitização, a Razão de Garantia será equivalente a, no máximo 1 e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%. Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Razão de Garantia caso esta seja equivalente a 1, isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação.

Procedimentos de Dação em Pagamento

Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 ano contado da deliberação dos Quotistas referida no Regulamento, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido abaixo.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído

no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata temporis*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil acima referido e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Vide Regulamento, Capítulo XXIII – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, sendo certo que os Quotistas devem aprovar, em Assembléia Geral, qualquer encargo cujo montante individual ultrapasse R\$ 50.000,00 ou valor equivalente em outras moedas;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Seniores, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- d) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- e) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;

- f) na amortização das Quotas Seniores; e
- g) na amortização das Quotas Subordinadas.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos aqui definida e a política de investimento do Fundo constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido, conforme o caso, (a) entre a Data de Início e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente à Data de Início; ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$ 100.000,00 a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios.

Vide Regulamento, Capítulo XX – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.

AS QUOTAS

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

O Fundo emitirá 01 classe de Quotas Seniores, e 01 classe de Quotas Subordinadas, ambas em série única, em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá emitir até 10 Quotas Seniores, podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitidas novas Quotas Seniores a fim de defender os interesses dos Quotistas, nos termos do Capítulo XXVI do Regulamento e até 200 Quotas Subordinadas. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas abaixo descritas, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo ou no curso dos procedimentos de dação em pagamento definidos no do Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriurador.

Características das Quotas Seniores

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quotas com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão, tem seu valor apurado na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto;
- e) poderá ser amortizadas na forma definida seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Amortização e Resgate das Quotas*”, deste Prospecto, sendo que o prazo de duração das Quotas Seniores do Fundo coincide com o prazo de duração do Fundo;
- f) não obstante o limite máximo de 10 (dez) Quotas Seniores emitidas, nos termos da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Custos Referentes à Defesa dos Quotistas*” deste Prospecto, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio

da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e

- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas” e Capítulo XXVI – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Seniores”.

Características das Quotas Subordinadas

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão, tem seu valor apurado na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto;
- e) não obstante o limite máximo de 10 (dez) Quotas Seniores emitidas, nos termos da seção *Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas* – “*Custos Referentes à Defesa dos Quotistas*” deste Prospecto, os Quotistas Subordinados poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus créditos, interesses e prerrogativas; e
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada legitimara seu titular a participar com 01 voto.

Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas”.

Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida na seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto, na data em que as respectivas contraprestações sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo, conforme previsto no Regulamento. As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas

Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pelo respectivo subscritor.

Em cada Data de Emissão, o Fundo deverá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, sendo certo que a razão entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas emitidas; e (ii) o valor agregado das Quotas Seniores emitidas deverá ser igual ou maior a 10, salvo na hipótese de emissão de Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI do Regulamento.

O Fundo emitirá 1 classe de Quotas Seniores, em série única, e 1 classe de Quotas Subordinadas. O Fundo poderá emitir até 10 Quotas Seniores e até 200 Quotas Subordinadas, salvo na hipótese de emissão de Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI do Regulamento.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores dessas Quotas do Fundo.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta Oferta e o funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 1 Quota Senior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação do anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00.

A confirmação dos investimentos feito pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação no mercado primário e secundário na CETIP, no Somafix e no Bovespafix, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das Quotas.

Caberá a Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas nos sistemas de negociação acima referidos.

Valor das Quotas

O valor de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou, nas hipóteses previstas neste Regulamento, resgate, sendo que este será equivalente a um dos valores abaixo, conforme o caso:

- a) caso o valor do Patrimônio Líquido seja inferior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá à divisão (i) do valor do Patrimônio Líquido apurado na abertura do dia (ii) pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior; ou
- b) caso o valor do Patrimônio Líquido seja superior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá ao Valor Unitário de Referência.

O Patrimônio de Referência será calculado todo Dia Útil, sendo equivalente ao produto entre (i) o Valor Unitário de Referência e (ii) o pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior.

O Valor Unitário de Referência será calculado todo Dia Útil através da seguinte expressão:

$$VUR_i = VUB \times \frac{IPCA - E_i}{IPCA - E_{Anterior}} * \frac{(1 + ProjIPCA_i)^{Pro-Rata_i}}{(1 + ProjIPCA_{Anterior})^{Pro-Rata_{Anterior}}} \times (1 + MetaRemuneração)^{\frac{Pr azoÚtil}{252}}$$

onde:

VUR_i é o Valor Unitário de Referência válido para o i -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão;

VUB é o Valor Unitário Base de R\$ 1.000.000,00 a partir da 1ª Data de Emissão, e, em cada Data de Amortização de Quotas, após o pagamento da respectiva amortização de Quotas Seniores, o Valor Unitário Base será equivalente: (1) ao Valor Unitário de Referência, apurado com referência à abertura de cada Data de Amortização de Quotas, (2) deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização de cada Quota Sênior;

$IPCA-E_i$ significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à Data de Apuração_i. Caso o número índice do IPCA-E_i não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração_i, o IPCA-E_i será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE,

correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, o mês anterior à Data de Apuração_i, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à Data de Apuração, será utilizado a Proj IPCA;

IPCA-E_{Anterior} significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso. Caso o número índice do IPCA-E_{Anterior} não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração_i, o IPCA-E_{Anterior} será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, será utilizado a Proj IPCA;

MetaRemuneração significa 11% ao ano;

PrazoÚtil_i significa o número de Dias Úteis entre (1) a 1ª Data de Emissão ou a última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, inclusive, e (2) a Data de Apuração_i, exclusive;

Proj IPCA_i significa a projeção da variação do IPCA vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração_i, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração_i, o Proj IPCA_i será determinado como o Proj IPCA_{i-1} (projeção vigente no dia Útil imediatamente anterior);

Proj IPCA_{Anterior} significa o número Proj IPCA_i com referencia à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso;

Pro-Rata_{Anterior} significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês referente à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso, (inclusive) e (2) a 1ª Data de Emissão ou última Data de Amortização, conforme o caso, (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da 1ª Data de Emissão ou da última Data de Amortização, conforme o caso; e

Pro-Rata_i significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês da Data de Apuração_i (inclusive) e (2) a Data de Apuração_i (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da Data de Apuração_i.

O valor de cada Quota Subordinada, em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores, apurado na forma acima, e da Reserva de Caixa, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação na ocasião.

Vide Capítulo XVI – “Do Valor das Quotas” do Regulamento.

Amortização e Resgate das Quotas

No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento, em até 3 Dias Úteis após o efetivo recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida, sendo certo que o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Sênior em cada Data de Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será equivalente ao produto (i) do valor da Quota Sênior, apurado na abertura da respectiva Data de Amortização de Quotas, e (ii) o Percentual de Precatório Amortizado. O restante dos recursos disponíveis para amortização de Quotas pelo Fundo, caso existente, será destinado à amortização de Quotas Subordinadas.

Em cada data de recebimento, pelo Fundo, de cada Parcela Recebida, será calculado o Percentual do Precatório Amortizado, através da divisão entre (i) a Parcela Recebida; e (ii) o Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos.

O Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos será a soma dos saldos atualizados de cada Precatório Adquirido, que por sua vez serão determinados como o valor nominal de cada Precatório Adquirido, corrigido pela variação do IPCA-E e sujeito à incidência de juros, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 e de acordo com a descrição da tabela apresentada no Regulamento, e deduzido das Parcelas Recebidas correspondentes ao referido Precatório Adquirido.

Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Caso o Fundo deixe de atender à Alocação Mínima de Investimento, a Administradora deverá promover a amortização compulsória e proporcional de Quotas, observados os procedimentos descritos acima, de forma que, computada *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação Mínima de Investimento.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios, por meio de procedimentos de dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

Vide Regulamento, Capítulo XVII – “Da Amortização e Resgate das Quotas”.

Custos Referentes à Defesa dos Quotistas

Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos aqui descritos, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma aqui citada, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta Seção e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos aqui descritos, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Vide Regulamento, Capítulo XXVI – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Quotistas”.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.

Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.
- b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade

para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

- c) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- d) **Risco de pagamento antecipado dos Precatórios Adquiridos.** O prazo máximo de liquidação dos Precatórios pela União é de 10 anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. Assim, caso a União opte por liquidar os Precatórios Adquiridos em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- e) **Risco de não pagamento e de dilatação no pagamento dos Precatórios.** Os Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo estão fundados em uma ação de desapropriação de terras, na qual os titulares originais dos Precatórios e a União disputavam acerca dos valores da indenização devida, o que tornou necessária a mediação da justiça. A postura da União, durante todo o curso da Ação Judicial, foi de tentar frustrar o pagamento dos créditos devidos. Assim, é possível que esta adote novas medidas visando de evitar o pagamento dos Precatórios, nos termos da alínea “a” da seção “*Fatores Associados aos Direitos Creditórios*” abaixo. Ademais, embora a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo esteja associada à parte incontroversa do Precatório, existe a possibilidade de a União tentar implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa do Precatório, utilizando como justificativa a existência de parte controversa do crédito. Existe a possibilidade de que estas iniciativas atrasem o início da amortização do crédito, com impactos negativos ao Fundo.
- f) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto na seção “*Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira*” deste Prospecto, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- g) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de

pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- h) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- i) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto na seção “*Características Básicas do Fundo*” – “*Ordem de Aplicação dos Recursos*”, deste Prospecto, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante e o Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- j) **Possibilidade de novos aportes de recursos** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do Regulamento.
- k) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas Seniores é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, prestada pela Administradora, pelo Custodiante, qualquer do Cedente, suas Afiliadas e/ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade destas Quotas será inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária.
- l) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas.** As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo este calculado nos

termos do Regulamento. Caso o valor Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e da Reserva de Caixa, seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.

- m) **Conflito de Interesses entre o Cedente e o Custodiante.** O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como Cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.
- n) **Risco referente à limitação da análise por parte da Agência de Classificação de Risco.** A Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo informou, em seu Relatório Analítico datado de 27 de fevereiro de 2008, que a classificação atribuída às Quotas, se viu limitada por vários fatores, dentre os quais destacaram: “(i) o *Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, basicamente o Precatório, e caracterizado por um patamar de risco elevado. A origem do crédito cedido ao Fundo está em um processo de desapropriação de terras, onde tanto os proprietários do precatório como o devedor (INCRA) diferem sobre a sua validade / mérito, sendo necessária a mediação da justiça para decidir sobre a validade quanto ao montante do crédito. A postura do devedor tem sido a de frustrar o pagamento desta obrigação durante todo o processo judicial. Isso denota, no parecer desta agência, um caráter de inadimplemento, por parte do devedor, com relação ao devido cumprimento das suas obrigações e uma postura não favorável por parte do devedor, com relação ao cumprimento das obrigações vinculadas ao Precatório;* (ii) *complementando o ponto anterior, deve ser destacado que existe ainda uma parte do precatório que está sendo contestada pelo devedor. Embora a cessão do crédito para o Fundo esteja associada à parte incontroversa do Precatório, existe a possibilidade de que o devedor tente implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa, utilizando como justificativa a existência de parte ainda controversa do crédito. Embora o devedor não tenha obtido êxito nesta iniciativa, já existe jurisprudência sobre a viabilidade de pagamento da parte incontroversa do Precatório. Existe a possibilidade de que esta iniciativa logre frustrar o início da amortização do crédito, com impactos negativos no adequado desenvolvimento do FIDC NP - Precatórios Federais DB I;* (iii) *dado o longo prazo para a amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos);* (iv) *a carteira do Fundo está concentrada em um único Direito Creditório (o Precatório) e concentrada em um único devedor (União Federal), ferindo critérios de pulverização;* (v) *transitam atualmente nos órgãos legislativos propostas para mudanças nas leis tratando a questão de precatórios (basicamente a PEC nº12/06 e substitutivo), as quais podem afetar a forma de liquidação destas dívidas (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente)”.*

Fatores Associados aos Direitos Creditórios

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios Adquiridos alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente não assume quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive o INCRA. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA.
- c) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- d) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, caput e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo

100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.

- e) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- f) **Remuneração da conta individualizada.** O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.
- g) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual

artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- h) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% sobre o montante pago, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Assim, se comprovada a condição de isenção dos valores, tal como acontece com o Fundo, não deveria haver incidência do imposto de renda na fonte. Na prática, no entanto, têm ocorrido situações em que a instituição financeira responsável pelo pagamento tem negado a dispensa da retenção do imposto, obrigando o cessionário do precatório a obter prévia autorização judicial para efetuar o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto. Verifica-se, também, que muitos juízes ainda negam ao cessionário comprador o levantamento das quantias depositadas, a despeito da declaração de isenção, mesmo se tratando de pessoa isenta ou entidade não personificada (i.e., instituições financeiras, fundo de investimento), não sujeitas à retenção de impostos de renda na fonte, nos termos da legislação aplicável. Isso se dá pelo fato de não ocorrer à alteração do nome do beneficiário (cedente) no SIAF, e de a Caixa Econômica Federal manter em seu sistema o CPF/CNPJ do cedente. Como cada alvará de levantamento é expedido pelo Ofício judicial em que tramita o processo, diferentes procedimentos têm sido verificados na prática, não sendo possível, de antemão, afirmar se o cessionário do crédito enfrentará ou não problemas com indevida retenção de imposto de renda no momento do levantamento. Assim, a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, poderá ter de ingressar com medidas judiciais solicitando o levantamento de quantias sem a retenção do imposto de renda acima referido.
- i) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo

será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.

- j) **Quanto à substituição de Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda pelo Fundo na Ação Judicial.** Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do titular original de cada Precatório, a inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação Judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que poderá ensejar a necessidade de interposição de recursos e em eventual demora maior para efetuar os levantamentos dos valores pagos.
- k) **Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios Adquiridos no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento do Direito Creditório, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos aqui descritos, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco”.

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administradora, o Custodiante, o Cedente e suas respectivas Afiliadas mantêm relações comerciais entre si, no curso normal de suas atividades, conforme descritas abaixo.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como Cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

Ademais, a Administradora presta serviços de administração de três fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”), nos quais o Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, conforme abaixo:

O Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.429.055/0001-23, com prazo de vencimento indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao valor correspondente a 0,30% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 17.252,00, podendo este valor ser atualizado monetariamente a cada período de 12 meses, após prévia autorização dos cotistas em assembléia geral, acrescido dos seguintes valores: **(i)** o valor equivalente a 4% ao ano sobre o patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no Regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 60.000,00, atualizados conforme estabelecido no regulamento; **(ii)** o valor fixo mensal de (a) R\$ 3,00 por cotista, e (b) R\$ 4.900,00; e **(iii)** o valor de (a) R\$ 4,00 por resgate de cotas, por cotista, e (b) R\$ 3.500,00 a ser pago anualmente para elaboração das demonstrações financeiras, tendo o direito de receber ainda, taxa de desempenho equivalente a 10% da valorização das cotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 110% da Taxa DI, no período de cálculo da taxa de desempenho; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente à parcela da taxa de administração descrita nos subitens **(ii)** e **(iii)** acima, a título de controladoria do fundo e escrituração das cotas do fundo. As remunerações previstas nos itens **(i)** e **(ii)** deste item serão deduzidas do valor a ser pago para a instituição administradora a título de taxa de administração e de taxa de desempenho, conforme o caso.

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.296.935/0001-06, com encerramento previsto para 11 de abril de 2011, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente **(i)** ao valor correspondente ao maior valor entre os seguintes parâmetros: (a) o percentual anual fixo de 0,10 % sobre o valor do ativo do fundo, pagáveis mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês; e (b) o valor de R\$ 7.750,00 mensais, acrescido de atualização monetária e dos tributos descritos no regulamento, **(ii)** acrescido do valor fixo mensal de R\$ 1,50 por cotista, e o valor fixo mensal de R\$ 3.200,00, a serem pagos até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; **(iii)** o valor de R\$ 3,20 por amortização de cotas, por cotista, a ser pago até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; e **(iv)** o valor fixo mensal de R\$

3.000,00, a ser pago na mesma data de pagamento da parcela da taxa descrita na aliena (i) acima, observado que o gestor do fundo receberá como remuneração mensal a parcela da taxa de administração descrita na alínea (iv) acima; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente a: **(1)** pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, uma taxa considerando o valor total dos ativos a serem custodiados, sendo: até R\$ 100 milhões 0,025% a.a., de R\$ 100 milhões a R\$ 200 milhões 0,020% a.a. e acima deste valor de 0,015% a.a. calculados na metodologia de cascata; **(2)** pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 1.450,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; **(3)** pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 8.500,00 pagos no ato da entrega do meio magnético, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 1.950,00 por mês, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo de recebíveis; e **(4)** pelos serviços de escrituração das cotas do fundo: custo de implantação de R\$ 1.750,00; custo mensal de R\$ 1.750,00, custo mensal por cotista de R\$ 1,50; custos por movimentação: amortização de cotas (por cotista) R\$ 3,20; e emissão de avisos/extratos/informes (por item) R\$ 0,35; e

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.876.796/0001-52, com encerramento previsto para 12 de julho de 2017, onde a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo faz *jus* a uma taxa de administração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, conforme fórmula prevista no regulamento do fundo, tendo como mínimo mensal o valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente a: **(1)** pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, a remuneração calculada na metodologia de cascata, sempre utilizando como base de cálculo o patrimônio líquido do fundo (“PL”), sendo: para PL igual ou inferior a R\$ 100 milhões, a remuneração será de 0,030% a.a. sobre o PL, para PL com o montante acima de R\$ 100 milhões e até R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,025% a.a. sobre o PL; e para PL igual ou superior a R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,020% a.a. sobre o PL; **(2)** pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 3.750,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; **(3)** pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 5.500,00 pagos na implantação do fundo, ato da entrega do arquivo eletrônico, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 2.500,00 por mês por fiel depositário, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo; **(4)** pelos serviços de escrituração das cotas do fundo: custo de implantação de R\$ 3.250,00; custo mensal de R\$ 3.250,00; custo mensal por agente de cobrança de R\$ 2.325,00, cobrado apenas a partir do segundo agente de cobrança; **(5)** por movimentação: (a) Emissão de TED's (isento até 30 TED's no mês): R\$ 9,20; e (b) Envio de correspondência: repasse do custo do correio; e **(6)** custos por série adicional de emissão de cotas: R\$ 500,00 por mês, cobrado a partir da segunda série.

Tanto a Administradora, como o Custodiante foram contratados para prestarem serviços aos FIDCs indicados acima durante o prazo de vigência dos fundos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos regulamentos daqueles fundos.

Não existem outros conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios do Cedente, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida na seção “*Características Básicas do Fundo*” – “*Ordem de Aplicação dos Recursos*”, deste Prospecto.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios são decorrentes da ação indenizatória fundada em desapropriação indireta proposta por Wilson Pereira Teles e sua esposa Carmela Bertolacci Teles contra o INCRA, que tramitou sob o nº 00.0000594-0 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, julgada procedente com a condenação do réu ao pagamento de valores indicados em laudo pericial, tendo havido o trânsito em julgado em 7 de novembro de 1991. O INCRA propôs ação rescisória, que tomou o nº 93.01.32115-7/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e obteve medida liminar para suspender o pagamento de precatório anteriormente emitido até o julgamento final da ação rescisória, conforme decisão proferida na ação cautelar nº 93.01.32116-5/DF. A ação rescisória foi julgada improcedente por acórdão unânime do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, transitado em julgado em 20 de abril de 2006. Iniciada a execução, que tomou o nº 2006.41.002688-1 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, o INCRA impugnou parcialmente os cálculos apresentados por meio de embargos à execução, restando como valor incontroverso R\$ 357.988.819,56, atualizado até 30 de abril de 2006, tendo sido emitido o precatório 2007.01.98.062666-4, no valor de R\$ 177.439.706,13, sendo R\$ 118.490.880,51 em favor de Wilson Pereira Teles e dos advogados da causa, e o precatório 2007.01.98.062671-9, de mesmo valor que o anterior, cuja data base é de abril de 2006, em favor de Carmela Bertolacci Teles, havendo ainda outros precatórios emitidos em favor de outros cessionários do crédito, que os adquiriram no curso da demanda, dentre os quais o precatório 2007.01.98.062686-0, no valor de R\$ 6.827.548,06 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos) atualizado em julho de 2007, em favor de Maiscor Tintas Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Bandeirante, nº 1517, cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.090.677/0001-44, a qual, por sua vez, em 12 de novembro de 2007, cedeu este último precatório, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, a Gervásio Costa e sua mulher Denise de Fátima Kempe Costa.

Quando a Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) é condenada em uma ação judicial, e não caibam mais recursos contra a sentença condenatória, a execução do crédito é realizada na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil e do artigo 100 da Constituição Federal, que prevê o pagamento por meio de precatório. Precatório é uma ordem judicial de pagamento expedida contra a Fazenda Pública devedora, em que o Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequiênda requisita o pagamento em favor do credor. A Fazenda Pública condenada tem a obrigação de pagar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, todos os precatórios apresentados até o dia 1º de julho do ano anterior, na ordem cronológica de apresentação, conforme determina expressamente o artigo 100 da Constituição Federal:

“Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de

sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.”

A Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro do ano 2000, estabeleceu um regime de exceção ao pagamento de precatórios apresentados até 31 de dezembro de 1999, ou originados de ações judiciais propostas até a referida data, ao acrescentar, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 78, com a seguinte redação:

“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros

legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (AC)

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

§ 2º As prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

§ 3º O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.”

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito que o Cedente detém contra a União, decorrentes de sentença condenatória transitada em julgado na ação indenizatória nº 00.0000594-0, que tramita perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, movida por Wilson Pereira Teles e Camila Bertolacci Teles contra a União.

Tendo em vista que a ação judicial foi proposta antes de 31 de dezembro de 1999, os valores devidos serão pagos na forma do artigo 78 do ADCT e dos demais normativos aplicáveis.

Todas as fases processuais já foram esgotadas, houve o trânsito em julgado da decisão em 7 de novembro de 1991, e a ação rescisória nº 93.01.32115-7/DF, proposta pelo INCRA, foi julgada improcedente por acórdão unânime do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo a referida decisão transitado em julgado em 30 de abril de 2007.

Foram regularmente expedidos os competentes Precatórios, já desmembrados nos valores devidos a Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda. e a seus advogados, conforme ofícios requisitórios de pagamento registrados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região sob os números 2007.01.98.062666-4, 2007.01.98.06271-9 e 2007.01.98.062686-0. A tramitação dos precatórios pode ser acompanhada pela *Internet*, no site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.gov.br).

Enquanto aguardam os pagamentos, os Precatórios têm correção monetária pelo IPCA-E, e são acrescidos de juros simples de 6% ao ano, conforme previsto na lei orçamentária anual. Os juros de 6% ao ano são devidos apenas a partir do mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela. Isso se explica tendo em vista a disposição do artigo 100 da Constituição Federal, que considera dentro do prazo constitucional o pagamento feito no exercício seguinte àquele em que o precatório foi autuado no TRF. Portanto, a partir da segunda parcela incidirão os juros a partir de janeiro do referido ano.

Após o recebimento das verbas liberadas pelo Tesouro Nacional, os TRFs devem depositar os valores dos precatórios nas suas respectivas contas judiciais, à disposição dos Juízos processantes. A remuneração dessas contas é feita, a partir de então, pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal, aplicando-se os juros de 0,5% a.m. mais a TRD. Os juros serão calculados até a data do efetivo levantamento (*pro-rata*).

Os levantamentos das quantias devem ser feitos por meios de alvarás judiciais, solicitados diretamente ao juiz da execução, logo após o depósito das quantias devidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, conforme o caso.

O mesmo artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê expressamente a possibilidade de cessão dos créditos, que se fará por instrumento público.

No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, será convocada Assembleia Geral dos Quotistas para definirem as providências a serem adotadas, previstas no artigo 100 da Constituição Federal e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acima transcritos.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). Sua produção foi iniciada em 1991.

O período de coleta do IPCA-E estende-se, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. A periodicidade de sua divulgação é trimestral e abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e o município de Goiânia.

A população-objetivo do IPCA-E abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/default.shtm>

As informações referentes à Administradora e ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

ADMINISTRADORA

Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de SPEs de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente Fundos de Investimentos e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, áreas onde também detém posição de destaque.

Estrutura e Administração

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 40 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 12 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2007, a nota de longo prazo brAA-.

Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do Fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente dos fundos senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3,5 bilhões.

Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.

CUSTODIANTE E CEDENTE

Histórico

O Deutsche Bank iniciou suas atividades no Brasil através do “ Deutsche Überseeische Bank” em agosto de 1911. As atividades do Banco foram suspensas duas vezes, durante a primeira e a segunda guerra mundial. Em 1968, o Deutsche Bank retomou suas atividades em São Paulo e durante as duas décadas seguintes os negócios se concentraram na prestação de serviços financeiros para multinacionais, principalmente as de origem alemã, sendo os principais produtos ligados ao comércio exterior.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Após 1997, o Deutsche Bank priorizou as atividades de banco de investimento e banco “Corporate”, através da implementação de uma estrutura de serviços voltada as necessidades dos clientes (client-focused services).

O Deutsche Bank é atualmente uma instituição bastante ativa no mercado financeiro brasileiro, destacando-se nos mercados de comércio exterior e produtos estruturados. Sua estratégia é prover serviços financeiros diferenciados, adaptados à necessidades dos clientes e voltados ao desenvolvimento de um relacionamento comercial de longo prazo.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em mais de 50 países para seus clientes é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

O Deutsche Bank é uma instituição de serviços financeiros comprometida em atender às necessidades e expectativas de seus clientes, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis. O Deutsche Bank cultiva de maneira criteriosa e cuidadosa a qualidade da informação e análise dos diversos mercados em que está presente.

O principal objetivo do Deutsche Bank é atuar com liderança e integridade em áreas como intermediação financeira; negócios corporativos que envolvam fusões, aquisições, reestruturações de caráter societário e financeiro. Para cumprir esse objetivo, trabalha permanentemente para que o cliente alcance o sucesso esperado nas operações demandadas, valorizando as atividades empreendidas pelos profissionais que atuam na empresa.

Assim, a missão diária do Deutsche Bank é estar em sintonia com o mercado, buscando oportunidades e usando suas competências para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que tornem cada vez maior o retorno de clientes e acionistas, a fim de garantir o crescimento dos negócios e, em consequência, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Estrutura do Capital

O Deutsche Bank é controlado pelo Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que detém 99.999% do capital total do Deutsche Bank.

Atuação em Custódia

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

Experiência Profissional dos Administradores

Alexandre Aoude. Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atuou no Banco BBM como *Trader* na área de Mercado Local (1991 - 1993), como Gerente Sênior na área de Vendas de Produtos de Renda Fixa na cidade do Rio de Janeiro (1994 - 1995), e como Gerente Sênior na área Vendas, na cidade de Nova Iorque (1995 - 1997). Foi responsável pela venda e estruturação de produtos em moeda local e estrangeira na área de Vendas de Mercados Emergentes do banco Morgan Stanley & Co., INC. na cidade de Nova Iorque (1997 - 2002), atuando também na área de Vendas de Produtos de Renda Fixa (2002 - 2003), tendo assumido a posição de Diretor Executivo no ano seguinte. No Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão foi Chefe do departamento de Vendas de Produtos Financeiros Brasileiros (2004 - 2006) e atualmente seu Chief Executive Officer – CEO.

Marcello De Chiaro. Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1988), obteve seu MSc em finanças pela London Business School (1997). Atuou como Gerente de Projetos na DCA Consulting, na cidade de São Paulo (1990 - 1993). Foi Gerente de Produtos na divisão internacional do Banco Real na cidade de São Paulo (1993 - 1994) e como Gerente de Tesouraria/Mercado de Capitais na filial do Banco Real em Londres (1994 - 1998). No Deutsche Bank S.A. desde 1998, atua como Diretor e Tesoureiro local.

Rui Alves. formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983). Obteve seu LL.M pela University of Pennsylvania Law School. Atuou como associado estrangeiro no escritório de advocacia Grant, Herrmann, Schwartz & Klinger na cidade de Nova Iorque (1988 - 1989). Atuou como advogado no Banco Chase Manhattan S.A., (1989 - 1992) e como Diretor Adjunto no departamento jurídico do Banco ABC-Roma S.A., ambos na cidade de São Paulo (1992 - 1994). No período de 1992 a 1994 ocupou o cargo de Diretor no departamento legal do Banco Inter American Express S.A. em São Paulo. No Deutsche Bank S.A – Banco Alemão atua como Chefe do Departamento Jurídico desde 2000.

Maria Aparecida Zuppardo. Graduada na Fundação Getúlio Vargas em administração de empresas (1978) e na London University - London School of Economics and Political Science em economia (1981). Atuou no Banco Francês e Brasileiro S.A. como Gerente de Sistemas Cambiais Estrangeiros Integrados (1981 - 1989); no Banco Chase Manhattan S.A. como Gerente de Operações (1989 - 1995); e no Banco Inter American Express S.A. como Diretora de Operações e Sistemas (1995 - 1998). No Deutsche Bank S.A. atuou como Diretora Administrativa e supervisionou as áreas de Tecnologia, Operações, CRES e Recursos Humanos (1998 - 2006). Atualmente é C.A.O pelo Brasil e Chefe de Operações para a América Latina (desde 2006).

Luis Mendes. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em economia (1990) e com mestrado na William E. Simon Graduate School of Business Administration da Universidade de Rochester em Nova Iorque (1999). Atuou no Banco Pactual S.A. na cidade do Rio de Janeiro como Sênior Trader de Produtos de Renda Fixa (1989 - 1997); no JP Morgan como Trader, na cidade de Nova Iorque (1999 - 2000) e como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2000 - 2001); e no Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. na cidade de São Paulo, como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2001 - 2005). No Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atua como Chefe do departamento de Comércio Internacional desde 2005.

João De Biase. Graduado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Atuou no Banco de Investimentos Garantia na cidade do Rio de Janeiro, como Chefe do escritório do Rio de Janeiro (1992 - 1998); e no Banco Credit Suisse First Boston S.A., na cidade de São Paulo, como Diretor de Vendas de Produtos de Renda Fixa (1998 - 2005). No Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuou como Executivo de Vendas (2005 - 2006) e atualmente é o Chefe do departamento comercial.

Christian Stier. Obteve o diploma de Banking Industry Qualification pela German Chamber of Commerce and Industry na cidade de Essen, na República Federal da Alemanha (1984). Atuou no Deutsche Bank AG na cidade de Buenos Aires como analista de informações financeiras (1987 - 1989); no Deutsche Bank S.A. na cidade de São Paulo, foi Chefe da Área de Controladoria (1989 - 1995); no Deutsche Bank AG, Frankfurt e Londres atuou como profissional no programa de desenvolvimento (1995 - 1996) e como Chefe de Controladoria e Consultoria Interna. Foi membro do Comitê Interno de Controle de Estruturação e do Comitê de Aprovação de Novos Negócios Locais. Desde 2000, é Diretor e Chief Financial Officer – C.F.O.

Rolf Wiegel. Obteve o diploma de Bank Technician pela German Chamber of Commerce and Industry. Atuou no Deutsche Übersseische Bank na República Federal da Alemanha em diversas funções nos escritórios localizados nas cidades de Stuttgart e Hamburgo (1970 - 1974); no Deutsche Bank S.A. foi Oficial de Crédito e Relacionamento (1974 - 1980) e Chefe do Departamento de Crédito (1980 - 1984); no Deutsche Bank (Frankfurt) foi membro do “Bank Advisory Committee Brazil” na cidade de Nova Iorque e foi responsável pela reestruturação da dívida externa brasileira (Brady Plan) (1984 - 1993). Foi responsável pela reestruturação e implementação da Área Bancária Empresarial Brasileira no Deutsche Bank S.A. (1993 - 1999); e Chefe da Divisão Bancária Mundial (1999 - 2003). Atualmente, atua como Chefe Regional

para Operações de Operações Financeiras vinculadas ao Comércio Exterior –*Trade Finance*. É responsável pelo desenvolvimento das áreas de TRS e CMS.

Ricardo Nascimento. Graduado pela Fundação Armando Alvares Penteado em finanças (1980). Obteve seu MBA em International Business & Business in Economics pela Columbia University na cidade de Nova Iorque (1988). Atuou no Banco Itaú na cidade de Nova Iorque como Gerente Financeiro (1982 - 1986) e no Brasil como Gerente do departamento de câmbio de moeda estrangeira (1988 - 1992). Na Comex Brokerage CO. no Brasil foi Gerente Financeiro e Administrativo (1993 - 1996). No Banco Itaú atuou como Gerente Comercial e de Relacionamento com Clientes para *Transfer Agents* e serviços de custódia (1997 - 2002). No Deutsche Bank S.A. atua como Diretor de Custódia (desde 2002).

Demonstrações Financeiras

Continuação...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 02.931.228/0001-11
Rua Alexandre Dumas, 2.200 - CEP 04717-910 - São Paulo - SP
Fone: (11) 5189-5000 - Fax: (11) 5189-5155

(a) Composição e diversificação da carteira do DB Invest Fundo de Investimento Multimercado

| | 2007 | 2006 |
|---|---------|---------|
| Disponibilidades | 16.476 | 67.390 |
| Aplicações em operações comprometidas - Reservas a liquidar (*) | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | - | - |
| Letras do Tesouro Nacional (Linha a vincular) | 34.033 | 106.599 |
| Notas do Tesouro Nacional (Linha a vincular) | 170.362 | 193.171 |
| Derivativos - Swap - diferencial líquido a receber/pagar (*) | 2.710 | 12.109 |
| Derivativos - opções | 2.516 | 39.044 |
| Outras operações - BM&F a liquidar | 311.896 | 311.896 |
| Total das Carteiras | 257.193 | 327.109 |

Participação da Deutsche Bank S.A.

Participação de terceiros

Total das participações das carteiras

(*) Estas operações são como contraparte a Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

(b) O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais, classificados como mantidos até o vencimento, foi calculado exclusivamente para fins de divulgação, em atendimento a Circular Bacen nº 3.080/01. Seu valor de mercado em 30 de junho de 2007 é de R\$ 8.066.

(c) As Notas do Tesouro Nacional - Série 16 INTM-F foram adquiridas compulsoriamente com os recursos provenientes do aumento de capital, ocorrido em 15 de abril de 1994, e são negociáveis, tendo vencimento em 15 de abril de 2008. Tais títulos estão registrados pelo seu valor de aquisição e são indexados à variação do dólar americano do juro LIBOR mais 0,875% a.a.

(d) Derivativos de crédito são realizados para atender as necessidades de terceiros, bem como atender as nossas necessidades de administrar a exposição global de risco.

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas na Circular Bacen nº 3.060/02, os valores referentes a risco de crédito líquido contábil e de mercado, bem como a discriminação do "Total Future Swap" encontram-se representados abaixo, tendo também sua abertura em nota referente a instrumentos financeiros derivativos (Nota 7).

Prontuario Notes

Valor em operação - a receber

Swap Internacional - a pagar

Risco de crédito - Swap Internacional

Entre valores de swap, classificados na categoria "hedge de risco de mercado", conforme a Circular Bacen nº 3.082/02, sendo instrumento de hedge das emissões de dívida de média e de taxa de juro. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração do risco de crédito.

Adicionalmente, o efeito do cálculo do derivado do Futuro Liquid Swap, referente a crédito de swap é mencionado na nota 21, apresentando o montante de R\$ 8.066 em 30 de junho de 2007 e R\$ 13.950 em 2006.

2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes, proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes das variações de preço de ativos e passivos do Banco. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração do risco de crédito assumido em suas operações.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela Andra, BM&F ou agente de mercado, conforme necessário.

Examinamos a seguir a composição da carteira de derivativos para os semestres encerrados em 30 de junho de 2007 e 2006:

Instrumentos financeiros derivativos por modalidade

Banco

Swap

Total return swap (a)

Swap local

Exposição total em swap (b)

Opções

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

US\$ - compravenda

DI - compravenda

Moeda - NDIF - compravenda (c)

Riscos e Garantias

em operação na bolsa

Total - Banco

Ajustes de consolidação

Exposição total em swap

Opções

Exposição total em swap

Opções

Prêmio do opção de swap

Futuro

Demonstrações Financeiras

| Gasto de Função | | Contribuição Social | |
|-----------------|----------|---------------------|-----------|
| 2007 | 2006 | 2007 | 2006 |
| (22.350) | (49.790) | (22.350) | (49.790) |
| 2.235 | (11.747) | 2.240 | (11.647) |
| 51.590 | (66.237) | 51.590 | (66.237) |
| | 29.000 | | (29.000) |
| (30.522) | 15.517 | (30.522) | 15.517 |
| 43.745 | 7.542 | 43.745 | 7.538 |
| (116.679) | 15.757 | (116.679) | 15.757 |
| 11.430 | 18.010 | 41.265 | 18.010 |
| 116.304 | 242.542 | 116.300 | 242.571 |
| | (17.733) | | (17.733) |
| (16.304) | 169.780 | (16.500) | 170.080 |
| | (42.433) | | (115.307) |
| | 151 | | |
| | 1.912 | 31 | |
| 2.712 | 39.716 | 1.158 | 14.680 |
| 2.712 | | 2.712 | 2.712 |
| 15.882 | 13.321 | 6.131 | (14.242) |
| (2.597) | (4.205) | (691) | (11.720) |

a. **Exposição cambial**
Por meio da Resolução CMN nº 2.606/99, foi estabelecido limite operacional para o total de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em valiação cambial e ainda o Patrimônio Líquido Exigido (PLE) para cobertura do risco de mercado de tais ativos e passivos. Demonstramos a seguir o cálculo desses valores.

| | Segmento Financeiro | | | |
|---|---------------------|------------|------------|---------------|
| Postções em: | Compra | Venda | PL Vendido | Total Líquido |
| Dólar (inclui participação estrangeira no PLA - Art. 7º Circular nº 2.894/99) | 21.343.451 | 21.036.320 | 241.685 | 65.446 |

| | | | | |
|--|-------------------|-------------------|----------------|---------------|
| Receitas | 1.429 | - | - | 1.429 |
| Franco Sujeito | - | 63 | - | (63) |
| Total da Carta | <u>21.345.063</u> | <u>21.037.266</u> | <u>241.686</u> | <u>66.082</u> |
| Total dos excessos de exposição comprada | - | - | - | 67.058 |
| Total dos excessos de exposição vendida | - | - | - | 976 |
| Menor valor absoluto entre os excessos | - | - | - | 976 |

| | 2007 | | 2006 | |
|---------------------------------------|---------|-------------|---------|-------------|
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| Aluguéis | (2.448) | (2.448) | (1.352) | (539) |
| Comunicação | (2.169) | (2.423) | (2.220) | (2.282) |
| Outras despesas administrativas | 1.164 | 1.164 | 1.172 | 1.212 |

| | | | | |
|---|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
| Depreciação e amortização | (1.190) | (1.190) | 2.741 | (3.481) |
| Variação | (1.190) | (1.190) | (1.190) | (1.190) |
| Variação | (1.839) | (1.848) | (1.060) | (1.157) |
| d. Outras receitas operacionais são compostas, principalmente, por: | | | | |
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| Reverso de provisão de tributos | 745 | 747 | 772 | 772 |
| Reversões de provisões - judiciais | 598 | 598 | 1.203 | 431 |
| Aquisição de depósitos (judiciais e) | 95.123 | 57.469 | | |
| Reversão de provisões de créditos | | | 1.542 | 1.542 |

| | 2007 | 2006 |
|---|----------|-------------------|
| | Banco | Banco Consolidado |
| Variação cambial sobre investimento no exterior | (12,337) | (19,508) |
| Processos judiciais | (3,395) | (1,791) |
| Outras despesas operacionais - Nota 18 | (41) | (1,306) |

24. **EVENTOS SUBSEQUENTES**
 De acordo com a Circular nº 3.351/06, que alterou os procedimentos para a coleta e a elaboração das informações relativas ao acompanhamento e controle da execução em atos, em medidas administrativas e em atos e passivos sujeitos à variação calculada, a exposição total calculada sobre a base de junho de 2007, de R\$ 72.065, ou seja, 10,51%. Esta Circular começou a produzir efeitos a partir de 2 de julho de 2007.

Contador - CRC ISP 170052-O/9

RES INDEPENDENTES

junho de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

17 de agosto de 2007

KPMG Auditores Independentes
CNPJ nº 06.940.237/0001-90

Ricardo Anheirton Souza
Contador CRC 015912/O-04

www.bancobrasil.com.br

te".

ANEXOS

Súmula da Agência de Classificação de Risco

Rating

Cota Sênior: A
Cota Sub: BBB+

Data: 27/fev/2008
Validade: 31/dez/2008

Sobre o Rating

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico:

Fev/08:Atribuição:

A (Cotas Seniores)

BBB (Cotas Subordinadas)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2008, atribuiu os ratings A para a Primeira Série de Cotas Seniores e BBB+ para as Cotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I (FIDC NP - Precatórios Federais DB I).

O FIDC NP - Precatórios Federais DB I, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios, adquiridos pelo Deutsche Bank – Banco Alemão (Cedente), de Wilson Pereira Teles, Camela Bertolacci Teles, Gervásio Costa, Denise de Fátima Kempe Costa, (Reclamantes), vinculados a créditos que os reclamantes detêm contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), oriundos de sentença transitada em julgado na Ação nº 00594-0, os quais foram caracterizados por meio de emissão dos Precatórios nº 2007.01.98.062666-4, nº 2007.01.98.062671-9 e nº 2007.01.98.062686-0 em favor dos reclamantes. A relação dos Créditos Cedidos ao fundo representa aproximadamente 35,0% do valor total nominal incontroverso do precatório, o que equivale a cerca de R\$129.945.213,00.

O FIDC NP - Precatórios Federais DB I terá um objetivo de remuneração para as Cotas Seniores equivalente a variação do IPCA + 11,0% a.a. O Fundo contará com um PL composto por até 100 Cotas Subordinadas e até 10 Cotas Seniores com valor unitário de R\$ 1.000.000,00.

A classificação atribuída para as Cotas Subordinadas e para as Cotas Seniores da Primeira Série fundamenta-se basicamente na elevada rentabilidade dos direitos creditórios que irão compor o ativo do FIDC. Esta se caracteriza basicamente pela significativa taxa de desconto (diferença entre o valor nominal do ativo e o valor de aquisição pelo FIDC), pela qual o FIDC NP - Precatórios Federais DB I adquirirá o Precatório (único direito creditório a ser adquirido pelo FIDC). Neste sentido, a taxa de cessão representa uma elevada proteção para que os cotistas recebam o valor do principal investido. A classificação atribuída às Cotas Seniores se encontra em um patamar superior àquela atribuída para as Cotas Subordinadas, devido à elevada proteção que estas últimas proporcionam para as Cotas Seniores. Similarmente a classificação considerou a boa qualidade do precatório sendo que as perspectivas para para o início do pagamento das parcelas é bastante favorável e deve acontecer no curto prazo. No entanto, embora a Austin Rating tenha recebido informações confirmando o requerimento pela justiça competente, para a inclusão no orçamento de 2008 do devedor, referente à primeira parcela deste precatório, até o fechamento desta análise os recursos para o pagamento desta parcela não foram incluídos no referido orçamento.

Dentro de alguns dos fatores que também impactaram de forma positiva na classificação, ressaltamos: (i) o Precatório, ativo subjacente do fundo, constitui uma ação já julgada que reconhece e formaliza a existência da dívida (assim como seu valor), de maneira inquestionável, a favor do titular do Precatório por parte do devedor, o que garante a existência do lastro para o fundo; (ii) as medidas jurídicas interpostas pelo INCRA para atrasar o pagamento do Precatório são cada vez mais limitadas, segundo parecer do Assessor Jurídico, ressaltando que os pareceres jurídicos foram, em todos os casos, favoráveis aos titulares do precatório (cedente e demais proprietários do

Analista:

Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0709
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

título), o que vislumbra um horizonte de tempo restrito para o início do pagamento das parcelas; (iii) o FIDC NP - Precatórios Federais DB I está estruturado sob a forma de regime de caixa, adequando-o às particularidades dos seus ativos, particularmente aquelas vinculadas ao cronograma de amortização do Precatório, mitigando, em alto grau, os riscos de liquidez; (iv) o Precatório apresenta elevada qualidade, considerando o fato de que ele foi emitido contra a um ente federal (Incra), sendo que seu pagamento se realizará com recurso da União. O histórico de pagamentos de precatórios pela União é bastante positivo, assim como a sua capacidade de pagamento; (v) as partes envolvidas na operação (Estrutrador, Custodiante, Administrador, Auditoria e Assessor Legal) têm relevante experiência e ótima reputação na estruturação / operação de emissões de dívida estruturadas, caracterizadas pela securitização de ativos; (vi) trabalho do assessor jurídico do Fundo, assim como dos demais escritórios jurídicos que emitiram pareceres jurídicos sobre o Precatório, impactaram de forma positiva a classificação, primeiramente na ótima documentação do histórico do Precatório (principal ativo do FIDC), assim como nas variáveis jurídicas que poderão afetar o pagamento do mesmo no futuro, e, segundo, por meio da emissão de parecer com relação à viabilidade da operação.

Por outro lado, a classificação atribuída se viu limitada por vários fatores, entre os quais destacamos: (i) o direito creditório a ser adquirido pelo fundo, basicamente o Precatório, e caracterizado por um patamar de risco elevado. A origem do crédito cedido ao fundo está em um processo de desapropriação de terras, onde tanto os proprietários do precatório como o devedor (INCRA) diferem sobre a sua validade / mérito, sendo necessária a mediação da justiça para decidir sobre a validade quanto ao montante do crédito. A postura do devedor tem sido a de frustrar o pagamento desta obrigação durante todo o processo judicial. Isso denota, no parecer desta agência, um caráter de inadimplemento, por parte do devedor, com relação ao devido cumprimento das suas obrigações e uma postura não favorável por parte do devedor, com relação ao cumprimento das obrigações vinculadas ao precatório; (ii) complementando o ponto anterior, deve ser destacado que existe ainda uma parte do precatório que está sendo contestada pelo devedor. Embora a cessão do crédito para o fundo esteja associada à parte incontroversa do precatório, existe a possibilidade de que o devedor tente implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa, utilizando como justificativa a existência de parte ainda controversa do crédito. Embora o devedor não tenha obtido êxito nesta iniciativa, já existe jurisprudência sobre a viabilidade de pagamento da parte incontroversa do precatório. Existe a possibilidade de que esta iniciativa logre frustrar o início da amortização do crédito, com impactos negativos no adequado desenvolvimento do FIDC NP - Precatórios Federais DB I; (iii) dado o longo prazo para a amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos); (iv) a carteira do fundo está concentrada em um único direito creditório (o Precatório) e concentrada em um único devedor (União Federal), ferindo critérios de pulverização; (v) transitam atualmente nos órgãos legislativos propostas para mudanças nas leis tratando a questão de precatórios (basicamente a PEC nº 12/06 e substitutivo), as quais podem afetar a forma de liquidação destas dívidas (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente).

A avaliação realizada pela Austin Rating está fortemente fundamentada na avaliação dos documentos apresentados pelas diferentes partes envolvidas na estruturação do fundo, destacando-se a versão final do Regulamento do FIDC NP - Precatórios Federais DB I e o parecer legal elaborado pelo Assessor Jurídico.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos à 1ª (e única) Série de cotas do Fundo, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente relatório de rating contendo sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação fica permanentemente sujeita a alterações, sendo de responsabilidade da administradora a comunicação aos cotistas sobre as eventuais mudanças nesta.

PERFIL DO FUNDO

O FIDC NP – Precatórios Federais DB I é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

| | |
|--------------------------------------|---|
| Tipo de Fundo: | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado; |
| Patrimônio Líquido (Inicial): | R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); |
| Ativo do Fundo: | Direitos Creditórios de natureza financeira; |
| Número de Séries: | Única; |
| Valor Unitário por Cota: | R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); |
| Classe de Cotas: | Seniores e Subordinadas; |
| Qtde. de Cotas Seniores: | Até 10; |
| Qtde. de Cotas Subordinadas: | Até 100; |
| Prazo: | 12 (doze) anos, a partir da data de emissão das cotas; |
| Objetivo de Remuneração: | IPCA + 11,0% a.a. para as Cotas Seniores ; |
| Colocação da cotas: | Distribuição Pública; |
| Público-Alvo: | Investidores Qualificados; |
| Coordenador: | Deutsche Bank S.A.; |
| Administradora: | Oliveira Trust DTVM S.A.; |
| Auditoria: | KPMG Auditores Independentes; |
| Custodiante: | Deutsche Bank S.A. ; |
| Assessor Legal: | Motta, Fernandes Rocha Advogados; |
| Amortização: | A amortização das cotas se dará anualmente, conforme o regime de caixa do FIDC, de acordo com o recebimento das parcelas (ver regulamento cláusula 9ª). A data de amortização das cotas se dará no dia útil imediatamente subsequente ao efetivo pagamento das parcelas, observando o disposto na cláusula 17ª do regulamento do fundo. |

PERFIL DOS DIREITOS CREDITÓRIOS (PRECATÓRIOS)

Os direitos creditórios adquiridos pelo fundo têm origem em precatórios originados de ação movida por Wilson Pereira Teles e sua esposa Carmela Bertolacci Teles contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), devido à desapropriação indireta para assentamento de famílias. A ação teve trânsito em julgado favorável, em 7 de novembro de 1991, entretanto, em 29 de outubro de 1993 o INCRA ajuizou ação rescisória, julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal – 1ª região em 19 de novembro de 2003. Quando da solicitação dos autores da ação para execução do título judicial, o INCRA questionou o valor de R\$ 546.949.847,61 (quinhentos e quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), reconhecendo apenas a quantia de R\$ 357.988.819,56 (trezentos e cinquenta e sete milhões, novecentos

e oitenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos). Desta maneira, o valor controverso de R\$ 188.961.028,05 (cento e oitenta e oito milhões, novecentos e sessenta e um mil, vinte e oito reais e cinco centavos) ainda permanece em discussão, porém não é o foco da análise deste relatório.

O valor incontroverso (R\$ 357.988.819,56) teve prosseguimento em seu andamento, com a emissão dos precatórios nº 2007.01.98.062666-4 e nº 2007.01.98.062671-9, expedidos em 27 de junho de 2007, em favor de Wilson Pereira Teles e sua esposa Carmela Bertolacci e dos advogados da causa, bem como o precatório nº 2007.01.98.062686-0, expedido em julho de 2007, em favor de Maiscor Tintas Ltda., havendo sido emitidos outros precatórios em favor de outros cessionários do crédito que os adquiriram no curso da demanda. Destaca-se que o precatório nº 2007.01.98.062686-0 foi cedido em 12 de novembro de 2007 para Gervásio Costa e Denise de Fátima Kempe Costa. Assim, os créditos adquiridos pelo Deutsche Bank S/A – Banco Alemão e cedidos ao FIDC NP – Precatórios Federais DB I são referentes à parcela equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) dos 3 (três) precatórios detalhados acima.

O pagamento dos precatórios emitidos pode ser dividido em dez parcelas anuais, de acordo com as resoluções da Emenda Constitucional nº 30/00. Cabe ressaltar que o INCRA impetrou ação rescisória após a expedição dos precatórios, e ainda, buscou a suspensão dos pagamentos até a decisão do trânsito em julgado da mesma. Esta investida poderia impedir que o pagamento fosse incluído no orçamento de 2008, atrasando o início do pagamento das parcelas, o qual não ocorreu, já que as informações recebidas recentemente nos confirmam a disponibilização desta parcela em conta no Banco do Brasil, em 31/jan/08 (conforme consulta realizada no site do Tribunal Regional Federal da Primeira Região). Entendemos que este seria um risco considerável, uma vez que, de acordo com o *legal opinion*, existem outros casos em que os pagamentos das parcelas foram embargados até que haja o trânsito em julgado da ação rescisória.

Vale ressaltar que o risco analisado envolve não somente o pagamento do montante total, mas também o risco de atraso do início do pagamento, já que podemos observar que o trâmite de ações que envolvem precatórios tem prazo de definição consideravelmente longo.

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2007 art. 26, parágrafo VI, os juros legais vigentes a serem acrescidos a partir da segunda parcela dos precatórios devem ser de 6% a.a. e a atualização monetária observará a variação do IPCA-E, divulgado pelo IBGE. Os juros legais determinados pela LDO 2007 podem ser alterados de acordo com a LDO vigente no ano de pagamento das parcelas, desta forma, os juros legais de 6% a.a. não devem ser assumidos como remuneração permanente do fundo. Desta forma, a remuneração relativa ao fundo está ligada ao deságio que a operação observa entre o valor efetivo do precatório e o valor para sua cessão de crédito acordado em contrato.

O Deutsche Bank adquiriu 35,0% do precatório, porção sujeita à cessão para o FIDC NP - Precatórios Federais DB I.

| | |
|------------------------------------|--|
| Número do Processo: | 00.0000594 -0; |
| Número do Precatório: | nº. 2007.01.98.062666-4; nº. 2007.01.98.062671-9 e nº 2007.01.98.062686-0; |
| Valor Incontroverso do Precatório: | R\$ 357.988.819,56; |
| Número de Parcelas: | 10 (dez) parcelas anuais; |
| Parcelas Pendentes de Pagamento: | 10 (dez) parcelas; |
| Correção / Juros: | Juros legais de 6% a.a. e variação o IPCA-E (LDO 2007); |
| Pareceres Jurídicos: | Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados; e Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes; |
| Assessoria Legal: | Motta, Fernandes Rocha Advogados. |

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

| | |
|------------|---|
| AAA | As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo. |
| AA | As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório. |
| A | As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo. |
| BBB | As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo. |

Investimento Especulativo

| | |
|------------|---|
| BB | As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado. |
| B | As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio. |
| CCC | As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto. |
| CC | As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto. |
| C | A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de <i>default</i> . Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo. |

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Regulamento

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**

FUNDOS DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS - FVM
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 10/01/2008
RECEBIDO EM COFV Nº 749133

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administradora"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), bem como pela Instrução nº 444, de 8 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM 444/06"), ambas expedidas pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, sob a forma de condomínio fechado, com a denominação de **"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I"** ("Fundo");
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o n.º 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controladoria dos ativos do Fundo;

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta.

Esta deliberação, o Regulamento do Fundo e seu anexo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

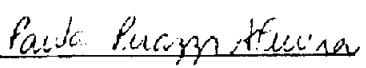
Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2008



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

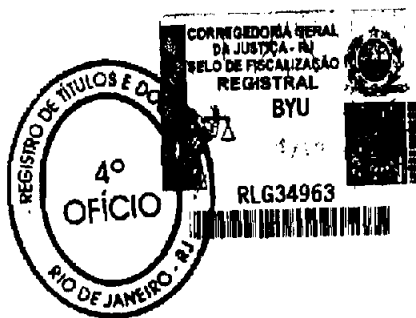
José Alexandre C. de Freitas
DIRETOR


Cesar Reinaldo Leal Pinto
DIRETOR

Testemunhas:

1. 
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira
RG: RG: 11812920-4 IFR/RJ
CPF: CPF: 088.449.027-40

2. 
Nome: MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
RG: RG: 088.887.377-82
CPF: CPF: 12.857.135-3



| | |
|---|------------------------------|
| 4º Ofício de Registro de Títulos e Doc. | |
| Av. Rio Branco, 109/102 | |
| REGISTRADO SOB Nº 749333 | |
| RIO DE JANEIRO - RJ, 10/01/2008. | |
|  | |
| Vera M. Rodrigues Camilo | |
| Titular | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | André A. L. Rodrigues Camilo |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Mônica R. Camilo |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Isabel Moura de Bivar |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Cécilia de Sá Medeiros |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Silvia Angélica de Silva |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Escreventes |

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**, constituído em 10 de janeiro de 2008 e registrado na mesma data sob o nº 749333, perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "Fundo");

4ºRTD-RJ - 752266
Emol 201.07/Distrib 10.75A.9.111/08 10.73
Máquina COTERJ 8.15 / FETJ 42.96
L. 4.664/05 10.73 / "of Emol (R\$) 287.39
PARAM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 86
Proc Eletr. N / Averb S / Orig



CONSIDERANDO que

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 195/2008, de 30 de janeiro de 2008; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembleia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No Capítulo II, a alteração dos subitens "1", "17", "33" e "76" do item 2.1; a exclusão do subitem "84" do mesmo item 1.2, com a consequente renumeração dos subitens seguintes e após, alteração do subitem 99;
- No Capítulo IV, a alteração dos itens 4.2 e 4.12;
- No Capítulo V, a alteração do item 5.1;
- No Capítulo VI, a alteração dos itens 6.1.1 e 6.2;
- No Capítulo VII, a alteração do item 7.1 e dos subitens "7.1.1", "7.1.2"; a inclusão do item 7.1.3; e alteração do item 7.1.3.1;
- No Capítulo Nove, a alteração do item 9.5;
- No Capítulo Onze, a alteração das alíneas "a" e "e" – incisos (ii) e (iii) – do item 11.2;

- No Capítulo Doze, a inclusão da alínea “e” com a conseqüente renumeração das demais e após, a alteração das alíneas “i” e “k” do item 12.2, e a inclusão das alíneas “l”, e “m” do mesmo item 12.2; a alteração das alíneas “b”, “e” “f” e “j” do item 12.3 e do item 12.4;
- No Capítulo Quatorze, a alteração do item 14.1; da alínea “f” do item 14.2 e da alínea “e” do item 14.3;
- No Capítulo Quinze, a alteração dos itens 15.2 e 15.4;
- No Capítulo Vinte e Cinco, a inclusão do item 25.2, com a conseqüente renumeração dos demais;
- No capítulo Vinte e Seis, a alteração dos itens 26.2 e 26.5; e
- No Anexo I ao Regulamento, a alteração do item I; a inclusão do subitem (v) com a conseqüente renumeração dos demais e após a alteração dos subitens (ix) e (xi); a inclusão dos subitens (xii) e (xiii) com a conseqüente renumeração dos demais e após a alteração dos subitens (xv) e (xviii), (xix) e (xxiii) da alínea “h” do item II.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2008.



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Alexandre Lodi de Oliveira
Preservador

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 096.449.027-40**


2. Aline de J. Hamond
Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **CPF: 116.576.577-28**
CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Avertado pelo no coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 749.333 do Livro 2592
O QUE CERTIFICO, RJ, 26 FEV. 2008


OFÍCIO REGISTRAL DOCS-RJ
Elisa Angélica da Silva
Escrevente Autorizada



| | |
|---|--|
| 4º OFÍCIO - Registro de Títulos e Documentos Rua da Assembleia, 123 - 11º andar CEP: 20040-000 - Rio de Janeiro, RJ | |
|  | |
| Alexandre Lodi de Oliveira Titular | |
| Alexandre L. Rodrigues Carmo Titular | |
| Alexandre R. Gomes Titular | |
| Alexandre M. de Oliveira Titular | |
| Alexandre S. de Oliveira Titular | |
| Alexandre T. de Oliveira Titular | |

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**, constituído em 10 de janeiro de 2008, com seu Regulamento registrado na mesma data sob o nº 749333 e alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 26 de fevereiro de 2008 sob o nº 752266, ambos perante o **Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro**, (doravante denominado "Ofício");

CONSIDERANDO que

- (i) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 451/2008, de 13 de março de 2008; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01.

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No Capítulo XII, a alteração da alínea "e" do item 12.2 e a inclusão da alínea "n" ao mesmo item.
- No Anexo I ao Regulamento, a alteração do item "I"; a alteração do inciso "v" e a inclusão do inciso "xiv" da alínea (h) do item "II", com a consequente renumeração dos demais incisos.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

4ºRTD-RJ - 754222

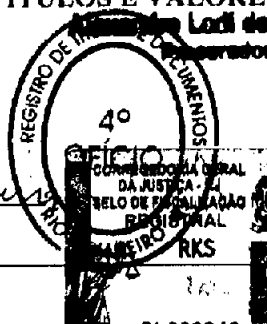
Emol 204.070.000.10.73/11/08 10.73
Módulo ACOTER J 3.16 / FETJ 42.06
Lote 4.664/05 10.73 / FETJ Emol (R\$) 287,39
PARAM v.1.1 / Nome(s) 1 / Page 69
Proc. Est. N.º / Averb. S.º / Dlig.



Rio de Janeiro, 25 de março de 2008.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

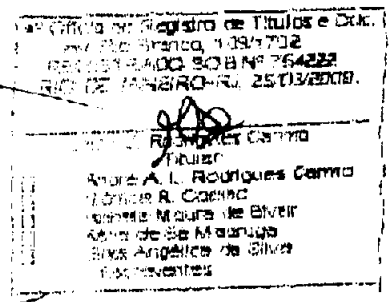
Assinado por Lodi de Oliveira



Testemunhas:

1. *Paula Perazzi A. Ferreira*
Paula Perazzi A. Ferreira
RG: 11812920-4 IFP/RJ
CPF: 095.446.027-40

Maria Eunice Motta M. de F. Mello
MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO
CPF: 006.867.377-02
IFP: 12.067.135-3



RLG39843



INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**, constituído em 10 de janeiro de 2008, com seu Regulamento registrado na mesma data sob o nº 749333 e alterado pelos Instrumentos Particulares de Primeira e Segunda Alterações, registrados em 26 de fevereiro de 2008 e 25 de março de 2008 sob os nºs 752266 e 754222 respectivamente, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "Fundo");

CONSIDERANDO que

- (i) até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca das alterações no Regulamento do Fundo; e
- (ii) a redação do item 17.9 do capítulo XVII do Regulamento do Fundo está em acordo com o previsto no item 17.1 do mesmo capítulo.

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração do item 17.9 do capítulo XVII do Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

4ºRTD-RJ - 754861

Emol 203 90/Distr b 10 754 861/08 10 82
Vuln/ACTERJ 8 15 / FETJ 43 33
L 4 684/05 10 82 / Tot Emol (R\$) 289,76
PARÂM Vias 2 / Nome(S) 1 / Pág 70
Proc Esq N / Verb S / Dilig



Rio de Janeiro, 02 de abril de 2008.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

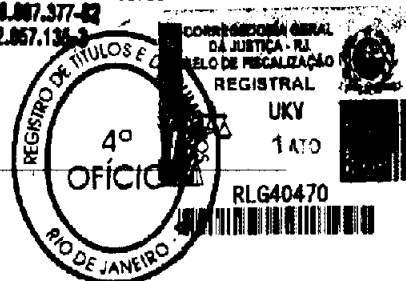
Alexandre Lodi de Oliveira
Presenador

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Nello
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. NELLO**
RG: **CPF: 089.967.377-82**
CPF: **CPF: 12.867.136-3**

| |
|--|
| <p>4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos Av. Rio Branco, 108/1002 REGISTRADO SOB Nº 754861 RIO DE JANEIRO - RJ, 02/04/2008.</p> <p><i>[Assinatura]</i> Rodrigo de Camargo Titular</p> <p>Andre A. L. Rodrigues Camargo Vice Titular Mônica R. Coelho Secretaria Kátia de Sa Miranda Eliete Angélica da Silva Escriturantes</p> |
|--|



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I –**

Índice

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO I – DO FUNDO..... | 2 |
| CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES | 2 |
| CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO..... | 12 |
| CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA..... | 13 |
| CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE..... | 15 |
| CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES | 15 |
| CAPÍTULO VII – DO CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS | 17 |
| CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO | 19 |
| CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA | 21 |
| CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA | 22 |
| CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE..... | 23 |
| CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO | 26 |
| CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 36 |
| CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS..... | 36 |
| CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS..... | 39 |
| CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS..... | 41 |
| CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS | 43 |
| CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL | 46 |
| CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS..... | 49 |
| CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO..... | 50 |
| CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO | 50 |
| CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO | 51 |
| CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO..... | 53 |
| CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS | 54 |
| CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS..... | 55 |
| CAPÍTULO XXVII – DO FORO..... | 56 |
| CAPÍTULO XXVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS..... | 57 |

**Regulamento do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, conforme estabelecido no Capítulo XXI, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, pela Instrução CVM nº 444 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotista, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sua sede.

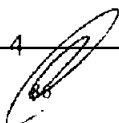
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:
1. “Ação Judicial”: ação indenizatória fundada em desapropriação indireta proposta por Wilson Pereira Teles, brasileiro, casado, pecuarista, portador da cédula de identidade RG nº

3.956.355-8/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 137.063.658-04, e sua esposa Carmela Bertolacci Teles, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade RG nº 3.839.152/SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 094.236.548-86, ambos residentes e domiciliados na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Belo Horizonte, nº 774, 3º andar contra o INCRA, que tramitou sob o nº 00.0000594-0 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, julgada procedente com a condenação do réu ao pagamento de valores indicados em laudo pericial, tendo havido o trânsito em julgado em 7 de novembro de 1991. O INCRA propôs ação rescisória, que tomou o nº 93.01.32115-7/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e obteve medida liminar para suspender o pagamento de precatório anteriormente emitido até o julgamento final da ação rescisória, conforme decisão proferida na ação cautelar nº 93.01.32116-5/DF. A ação rescisória foi julgada improcedente por acórdão unânime do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, transitado em julgado em 20 de abril de 2006. Iniciada a execução, que tomou o nº 2006.41.002688-1 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, o INCRA impugnou parcialmente os cálculos apresentados por meio de embargos à execução, restando como valor incontroverso R\$ 357.988.819,56 (trezentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos), atualizado até 30 de abril de 2006, tendo sido emitido o precatório 2007.01.98.062666-4, no valor de R\$ 177.439.706,13 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e seis reais e treze centavos), sendo R\$ 118.490.880,51 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos) em favor de Wilson Pereira Teles e dos advogados da causa, e o precatório 2007.01.98.062671-9, de mesmo valor que o anterior, cuja data base é de abril de 2006, em favor de Carmela Bertolacci Teles, havendo ainda outros precatórios emitidos em favor de outros cessionários do crédito, que os adquiriram no curso da demanda, dentre os quais o precatório 2007.01.98.062686-0, no valor de R\$ 6.827.548,06 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos), atualizado em julho de 2007, em favor de Maiscor Tintas Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Bandeirante, nº 1517, cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.090.677/0001-44, a qual, por sua vez, em 12 de novembro de 2007, cedeu este último precatório, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, a Gervásio Costa e sua mulher Denise de Fátima Kempe Costa, ambos qualificados no item (7.1.3) do Capítulo VII;

2. “ADCT”: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

3. "Administradora": tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
4. "Afiliada": a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa (s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
5. "Agente": qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
6. "Agente Escriturador": Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
7. "Agência de Classificação de Risco": Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09;
8. "Alocação Mínima de Investimento": fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora;
9. "ANDIMA": Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;
10. "Anexo": anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
11. "Assembleia Geral": assembleia geral dos Quotistas do Fundo;
12. "Bacen": Banco Central do Brasil;
13. "BM&F": Bolsa de Mercadorias & Futuros;



14. "BOVESPA": Bolsa de Valores de São Paulo;
15. "Bovespaffix": significa o mercado de títulos de dívida privada da BOVESPA;
16. "Capítulo": qualquer capítulo deste Regulamento;
17. "Cedente": Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
18. "CETIP": Câmara de Custódia e Liquidação;
19. "Circulação": o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
20. "CMN": Conselho Monetário Nacional;
21. "CNPJ": Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
22. "Constituição Federal": Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
23. "Conta Corrente do Fundo": conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;
24. "Contrato de Custódia": "Contrato de Custódia", a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante;
25. "COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
26. "CPF": Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

27. "CPMF": Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira;
28. "Critério de Elegibilidade": critério a ser observado na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no item (5.1) do Capítulo V;
29. "Custodiante": Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
30. "CVM": Comissão de Valores Mobiliários;
31. "Data de Amortização de Quotas": data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas na forma deste Regulamento, sendo certo que qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação pela União de suas obrigações decorrentes dos Precatórios Adquiridos, será considerado um Evento de Avaliação;
32. "Data de Apuração": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
33. "Data de Aquisição": data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios ao Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do Cedente, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos descritos nos respectivos Termos de Cessão;
34. "Data de Emissão": data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
35. "Data de Notificação de Pagamento": com relação a cada pagamento anual dos Precatórios Adquiridos, data em que a União notifica o Poder Judiciário que os valores destinados aos pagamentos anuais dos Precatórios Adquiridos foram transferidos ao Poder Judiciário, nos termos da legislação aplicável;

36. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
37. “Direito Creditório”: possui a definição indicada no item (7.1) do Capítulo VII;
38. “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;
39. “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em sentença e certidão de trânsito em julgado da Ação Judicial, sentença e certidão de trânsito em julgado da Ação Rescisória e certidão de objeto e pé dos Precatórios;
40. “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o(s) Termo(s) de Cessão; (iii) o Prospecto, (iv) o Contrato de Custódia; e (v) os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo;
41. “Emenda Constitucional nº 30”: Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;
42. “Empresa de Auditoria”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “d” do item (24.1) do Capítulo XXIV;
43. “Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1), do Capítulo XXII;
44. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
45. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
46. “Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios”: significa o não pagamento pela União das obrigações decorrentes dos Precatórios Adquiridos, no mesmo exercício social

em que esteja previsto o seu respectivo pagamento, nos termos da Emenda Constitucional nº 30;

47. “IBGE”: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
48. “INCRA”: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
49. “Instituições Autorizadas”: Instituições financeiras de primeira linha, incluindo o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, bem como instituições financeiras com classificação de risco (*rating*) igual ou superior a “BrAA-”, emitida pela Standard & Poor’s, ou classificação de risco (*rating*) equivalente, emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou pela Fitch Ratings Brasil Ltda;
50. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
51. “Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
52. “Instrução CVM nº 444”: Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
53. “Investidor Qualificado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do Capítulo I;
54. “IPCA-15”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
55. “IPCA-E”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
56. “IPCA-E_{Anterior}”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
57. “IPCA-E_i”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;

58. “LDO”: Lei de Diretrizes Orçamentárias;
59. “Meta de Rentabilidade Prioritária”: significa a rentabilidade alvo das Quotas Seniores, equivalente à variação do IPCA-E acrescida da MetaRemuneração;
60. “MetaRemuneração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
61. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios;
62. “Parcela Recebida”: significa o valor decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo;
63. “Patrimônio de Referência”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.2) do Capítulo XVI;
64. “Patrimônio Líquido”: tem o significado que lhe é atribuído no item (13.1) do Capítulo XIII;
65. “Percentual de Precatório Amortizado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.2) do Capítulo XVII;
66. “Periódico”: o periódico “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV;
67. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
68. “PIS”: Programa de Integração Social;

69. "Potencial de Cessão": o valor das disponibilidades, em moeda de curso legal, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios;
70. "Prazo de Duração": tem o significado que lhe é atribuído no item (21.1) do Capítulo XVI;
71. "Prazo Útil": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
72. "Precatórios": instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelo juiz da execução, existentes na Ação Judicial;
73. "Precatório Adquirido": Precatório de titularidade do Fundo;
74. "Pro-Rata_{Anterior}": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
75. "Pro-Rata_i": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
76. "Programa de Securitização": significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire do Cedente, Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;
77. "Proj IPCA_{Anterior}": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
78. "Proj IPCA_i": tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
79. "Prospecto": o prospecto do Fundo;
80. "Quotas": qualquer das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo;
81. "Quotas Seniores": tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;

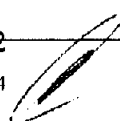
82. “Quotas Subordinadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
83. “Quotista”: significa qualquer titular de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas;
84. “Razão de Garantia”: fração cujo numerador é equivalente ao valor atualizado das Quotas Seniores e o denominador é o valor do Patrimônio Líquido;
85. “Regime de Caixa”: metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pela União e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
86. “Regulamento”: o presente regulamento do Fundo e suas eventuais alterações posteriores;
87. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (20.2) do Capítulo XX;
88. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
89. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
90. “Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.3) do Capítulo XVII;
91. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
92. “SIAF”: significa o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF;
93. “Somafix”: significa o mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos (Soma);

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

94. “STF”: Supremo Tribunal Federal;
95. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
96. “Taxas DI”: Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
97. “TED”: transferência eletrônica disponível;
98. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo I, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
99. “Termo de Cessão”: termo de cessão, lavrado por instrumento público, o Cedente e o Fundo, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente;
100. “União”: União Federal;
101. “Valor Unitário Base” ou “VUB”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
102. “Valor Unitário de Referência” ou “VUR”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;

CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.



- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Capítulo XXI deste Regulamento, ressalvados os casos de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, conforme previstos no Capítulo XXII, e as amortizações de Quotas previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou obrigação do Cedente. O Cedente não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA. O Cedente é somente responsável pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na respectiva Data de Aquisição, nos termos descritos nos respectivos Termos de Cessão.
- 4.3. A Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- 4.4. Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios; e (ii) do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do item (5.2) do Capítulo V, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência e liquidez.
- 4.5. Observado o disposto no artigo 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do artigo 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o

Fundo deverá alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

- 4.6. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo e respeitada a Reserva de Caixa e a Alocação Mínima de Investimento estabelecida no item (14.3.1) abaixo, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º DE FICHO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
 - b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, contratadas com Instituições Autorizadas; ou
 - c) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam (i) a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas "a" e "b" acima; e (ii) a realização de operações com derivativos, desde que para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas, observado o disposto no item 4.8 abaixo.
- 4.7. É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.
- 4.8. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.9. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas.

- 4.11. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante.
- 4.12. As aplicações no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

- 5.1. Os Direitos Creditórios adquiridos do Cedente pelo Fundo, nos termos de cada Termo de Cessão, deverão ser decorrentes dos Precatórios, sendo este o único critério de elegibilidade aplicável ao Fundo ("Critério de Elegibilidade").
- 5.2. A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante, ficando desde já estabelecido que os Quotistas deverão sempre aprovar a execução, pelo Fundo, dos seguintes atos relacionados aos Direitos Creditórios: (i) aquisição; (ii) alienação; (iii) transferência; (iv) desconstituição; (v) substituição; ou (vi) liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte.

CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES

- 6.1. Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo Juízo.
- 6.1.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios do Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.
- 6.2. O preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo ao Cedente, será calculado tomando-se como parâmetro (i) a taxa interna de retorno da "Nota do Tesouro Nacional – Série B", conforme divulgado pela ANDIMA, de duração mais próxima ao prazo

médio de vencimento do respectivo Direito Creditório, acrescida de uma sobretaxa de risco acordada entre as partes, que, necessariamente, deverá ser entre 0% (zero por cento) e 11% (onze por cento); e (ii) a variação do IPCA-E.

- 6.3. O respectivo Termo de Cessão será levado à Ação Judicial, para que a União seja intimada judicialmente da respectiva cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAF, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios cedidos.
- 6.4. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos da União para o Poder Judiciário até o último dia do respectivo ano. Após esta transferência, o Tribunal Regional Federal competente deposita o valor recebido em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada e envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública. Também é possível acompanhar os depósitos efetuados em pagamento dos precatórios pela *Internet*, sendo que a Administradora deverá tomar as providências necessárias para que haja um acompanhamento diário acerca dos pagamentos efetuados pela União a fim de que, antes mesmo da intimação das partes, já seja possível requerer o levantamento das quantias depositadas.
- 6.5. O Fundo contratará escritório de advocacia especializado para atuar nos procedimentos relacionados nos itens (6.1), (6.3) e (6.4) acima, referentes ao levantamento das quantias depositadas.
- 6.6. Nos termos da alínea “a” do item (22.1) do Capítulo XXII, qualquer inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação pela União, com relação ao pagamento dos Precatórios Adquiridos será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII – DO CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 7.1. O Cedente detém direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa em virtude de sentenças transitadas em julgado na Ação Judicial, os quais foram caracterizados pela emissão dos Precatórios em favor de Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda. (“Direitos Creditórios”), incluindo mas não se limitando aos Direitos Creditórios listados nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 abaixo. O Fundo poderá adquirir do Cedente Direitos Creditórios total ou parcialmente.
- 7.1.1. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, celebrada em 02 de agosto de 2007, a qual foi devidamente registrada no 3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos da Cidade e Comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, nas páginas 051-054 do livro 340, adquiriu de Wilson Pereira Teles e Carmela Bertolacci Teles, qualificados no subitem 1 do item 2.1 do Capítulo II, parcela dos Precatórios no valor de R\$ 101.500.000,00 (cento e um milhões e quinhentos mil reais), na data de 1º de agosto de 2007.
- 7.1.2. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, celebrada em 20 de setembro de 2007, a qual foi devidamente registrada no 3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos da Cidade e Comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, nas páginas 197-200 do livro 342, adquiriu de Wilson Pereira Teles e Carmela Bertolacci Teles, qualificados no subitem I do item 2.1 do Capítulo II parcela dos Precatórios no valor de R\$ 21.617.665,00 (vinte e um milhões, seiscentos e dezessete mil e seiscentos e sessenta e cinco reais), na data de 1º de setembro de 2007.
- 7.1.3. Gervásio Costa, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº. 11.512.562, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 926.769.528-20, e sua mulher Denise de Fátima Kempe Costa, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 15.554.331, expedida pela SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 058.851.718-66, ambos brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, celebrada em 12 de novembro de 2007, adquiriram de Maiscor Tintas Ltda., parcela dos Precatórios no valor de R\$ 6.827.548,06 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos), na data de 1º de julho de 2007.

7.1.3.1.O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, nos termos da "Escritura Pública de Cessão de Crédito", celebrada em 16 de novembro de 2007, a qual foi devidamente registrada no 3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Letras e Títulos da Cidade e Comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, nas páginas 281-284 do livro 343, adquiriu de Gervásio Costa e sua mulher Denise de Fátima Kempe Costa, qualificados no item (7.3.1) acima, parcela dos Precatórios no valor de R\$ 6.827.548,06 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos), na data de 1º de julho de 2007.

7.2. Nos termos da Emenda Constitucional nº 30, os Direitos Creditórios serão pagos pela União pelo seu valor real, em moeda corrente, em prestações anuais, iguais e sucessivas, acrescidos dos juros legais, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. É esperado que a União utilize o seguinte critério:

| Ano de Pagamento | Prazo Máximo de Notificação de Pagamento pela União | Correção Monetária e Juros Aplicáveis | Pagamento |
|------------------|---|---|--|
| 2008 | 31 de dezembro de 2008 | Variação do IPCA-E iniciando-se em julho de 2007 e terminando no mês imediatamente anterior à Data de Notificação de Pagamento | 1/10 do valor do Precatório em sua data de emissão |
| 2009 - 2017 | 31 de dezembro do respectivo ano | Variação do IPCA-E iniciando-se em julho de 2007 e terminando no mês imediatamente anterior à Data de Notificação de Pagamento Acrescida de juros lineares de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao mês incidentes entre janeiro de 2009 (inclusive) e o mês imediatamente anterior à Data de Notificação de Pagamento (inclusive) | 1/10 do valor do Precatório em sua data de emissão |

CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado e gerido pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Administradora"), que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos que integrem a sua carteira.
- 8.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da legislação aplicável, e o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, a Administradora, pode:
- a) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
 - b) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVI;

- c) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Capítulo XXVI e/ou destratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo;
 - d) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
 - e) praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.
- 8.5. A Administradora deverá calcular e divulgar em seu *site*, diariamente, com base exclusivamente nos parâmetros fornecidos pelo Custodiante, a Reserva de Caixa, a Razão de Garantia e a Alocação Mínima de Investimento.
- 8.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado, observado o disposto no item (6.2) acima.
- 8.7. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios pela União, conforme descrito no Capítulo VI.

CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

4º OFÍCIO - RJ

ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, limitado a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) acrescido do valor equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ambos pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) e apurados no último Dia Útil de cada mês; e (ii) R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de operação do Fundo, e, para os anos subseqüentes, R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) (em conjunto, "Taxa de Administração"). A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subseqüentes.
- 9.2. O valor em reais definido no item (9.1) deste Capítulo será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de agosto de 2007, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E. Os tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.
- 9.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.4. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.5. O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer

S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, na qualidade de prestadora de serviços de consultoria especializada para a Administradora, nos termos do artigo 39, inciso I da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1. Os Quotistas, em Assembléia Geral, poderão solicitar a substituição da Administradora.
- 10.2. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas forem comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXII.
- 10.3. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos deste Capítulo.
- 10.4. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus

Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 10.5. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.3), tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE

- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.
- 11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:
- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo;
 - b) validar os Direitos Creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo em relação ao Critério de Elegibilidade;
 - c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;

- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios do Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pelo Cedente ou seus respectivos Agentes; e
 - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem "e" acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, na forma descrita no Capítulo VI;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;

- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no respectivo Termo de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto; e
- d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

11.4. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.

- 11.5. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

- 12.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.
- 12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:
- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.

- b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.
- c) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- d) **Risco de pagamento antecipado dos Precatórios Adquiridos.** O prazo máximo de liquidação dos Precatórios pela União é de 10 (dez) anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. Assim, caso a União opte por liquidar os Precatórios Adquiridos em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- e) **Risco de não pagamento e de dilatação no pagamento dos Precatórios.** Os Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo estão fundados em uma ação de desapropriação de terras, na qual os titulares originais dos Precatórios e a União disputavam acerca dos valores da indenização devida, o que tornou necessária a mediação da justiça. A
-

postura da União, durante todo o curso da Ação Judicial, foi de tentar frustrar o pagamento dos créditos devidos. Assim, é possível que esta adote novas medidas visando de evitar o pagamento dos Precatórios, nos termos da alínea "a" do item (12.3) abaixo. Ademais, embora a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo esteja associada à parte incontroversa do Precatório, existe a possibilidade de a União tentar implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa do Precatório, utilizando como justificativa a existência de parte controversa do crédito. Existe a possibilidade de que estas iniciativas atrasem o início da amortização do crédito, com impactos negativos ao Fundo.

- f) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no item 4.7. deste Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- g) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- h) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- i) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XX, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante e o Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- j) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do item (26.1) do Capítulo XXVI.
- k) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas Seniores é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, prestada pela Administradora, pelo Custodiante, qualquer do Cedente, suas Afiliadas e/ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade destas Quotas será inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária.
- l) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas.** As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo este calculado nos termos do item (16.4) do Capítulo XVI. Caso o valor Patrimônio

Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e da Reserva de Caixa, seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.

- m) **Conflito de Interesses entre o Cedente e o Custodiante.** O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como Cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.
- n) **Risco referente à limitação da análise por parte da Agência de Classificação de Risco.** A Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo informou, em seu Relatório Analítico datado de 27 de fevereiro de 2008, que a classificação atribuída às Quotas, se viu limitada por vários fatores, dentre os quais destacaram: *"(i) o Direito Creditório a ser adquirido pelo Fundo, basicamente o Precatório, e caracterizado por um patamar de risco elevado. A origem do crédito cedido ao Fundo está em um processo de desapropriação de terras, onde tanto os proprietários do precatório como o devedor (INCRA) diferem sobre a sua validade / mérito, sendo necessária a mediação da justiça para decidir sobre a validade quanto ao montante do crédito. A postura do devedor tem sido a de frustrar o pagamento desta obrigação durante todo o processo judicial. Isso denota, no parecer desta agência, um caráter de inadimplemento, por parte do devedor, com relação ao devido cumprimento das suas obrigações e uma postura não favorável por parte do devedor, com relação ao cumprimento das obrigações vinculadas ao Precatório; (ii) complementando o ponto anterior, deve ser destacado que existe ainda uma parte do precatório que está sendo contestada pelo devedor. Embora a cessão do crédito para o Fundo esteja associada à parte incontroversa do Precatório, existe a possibilidade de que o devedor tente implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa, utilizando como justificativa a existência de parte ainda controversa do crédito. Embora o devedor não tenha obtido êxito nesta iniciativa, já existe jurisprudência sobre a viabilidade de pagamento da parte incontroversa do Precatório. Existe a possibilidade de que esta iniciativa logre frustrar o início da amortização do crédito, com impactos negativos no adequado desenvolvimento do FIDC NP - Precatórios Federais DB I; (iii) dado o longo prazo para a amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos); (iv) a carteira do Fundo está concentrada em um único Direito Creditório (o Precatório) e concentrada em um único*

devedor (União Federal), ferindo critérios de pulverização; (v) transitam atualmente nos órgãos legislativos propostas para mudanças nas leis tratando a questão de precatórios (basicamente a PEC nº12/06 e substitutivo), as quais podem afetar a forma de liquidação destas dívidas (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente)".

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios Adquiridos alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente não assume quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive o INCRA. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA.
- c) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma

nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- d) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, caput e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.
- e) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do precatório, na

forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- f) **Remuneração da conta individualizada.** O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.
- g) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes

30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- h) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Assim, se comprovada a condição de isenção dos valores, tal como acontece com o Fundo, não deveria haver incidência do imposto de renda na fonte. Na prática, no entanto, têm ocorrido situações em que a instituição financeira responsável pelo pagamento tem negado a dispensa da retenção do imposto, obrigando o cessionário do precatório a obter prévia autorização judicial para efetuar o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto. Verifica-se, também, que muitos juízes ainda negam ao cessionário comprador o levantamento das quantias depositadas, a despeito da declaração de isenção, mesmo se tratando de pessoa isenta ou entidade não personificada (i.e., instituições financeiras, fundo de investimento), não sujeitas à retenção de impostos de renda na fonte, nos termos da legislação aplicável. Isso se dá pelo fato de não ocorrer a alteração do nome do beneficiário (cedente) no SIAF, e de a Caixa Econômica Federal manter em seu sistema o CPF/CNPJ do cedente. Como cada alvará de levantamento é expedido pelo Ofício judicial em que tramita o processo, diferentes procedimentos têm sido verificados na prática, não sendo possível, de antemão, afirmar se o cessionário do crédito enfrentará ou não problemas com indevida retenção de imposto de renda no momento do levantamento. Assim, a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, poderá ter de ingressar com medidas judiciais solicitando o levantamento de quantias sem a retenção do imposto de renda acima referido.

- i) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.
- j) **Quanto à substituição de Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda. pelo Fundo na Ação Judicial.** Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do titular original de cada Precatório, a inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação Judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que poderá ensejar a necessidade de interposição de recursos e em eventual demora maior para efetuar os levantamentos dos valores pagos.
- k) **Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios Adquiridos no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da

Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento do Direito Creditório, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- 12.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo o Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvadas os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

- 14.1. O Fundo emitirá 01 (uma) classe de quotas seniores (“Quotas Seniores”), e 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), ambas em série única, em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá emitir até 10 (dez) Quotas Seniores, podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitidas novas Quotas Seniores ao amparo do Capítulo XXVI, e até 200 (duzentas) Quotas Subordinadas. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto no Capítulo XXII. Ainda,

as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriurador.

14.2. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate de Quotas, observado o disposto neste Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, tem seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) poderá ser amortizada na forma definida no Capítulo XVII, sendo que o prazo de duração das Quotas Seniores do Fundo coincide com o Prazo de Duração;
- f) não obstante o limite máximo de 10 (dez) Quotas Seniores emitidas, nos termos do Capítulo XXVI, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.

14.3. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas, observados os termos deste Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, tem seu valor apurado na forma do item (16.4) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) não obstante o limite máximo de 10 (dez) Quotas Seniores emitidas, nos termos do Capítulo XXVI, os titulares das Quotas Subordinadas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.

14.3.1. No curso normal do Programa de Securitização, a Razão de Garantia será equivalente a, no máximo 1 (hum), e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento). Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Razão de Garantia caso esta seja equivalente a 1 (hum), isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação.

14.4. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas do Fundo.

14.5. O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso ou saída.

14.6. É permitida a constituição de qualquer cessão de créditos, ônus ou gravame, de qualquer natureza, sobre os direitos e prerrogativas vinculados às Quotas, desde que previamente

comunicadas à Administradora, sendo que a Administradora somente reconhecerá uma Pessoa como titular de cada Quota, observados os registros de titularidade mantidos pelos sistemas de custódia e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 14.7. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo XXIII.
- 14.8. O somatório do valor atualizado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será, necessariamente, equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

- 15.1. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado nas formas definidas nos itens 16.1 e 16.4 respectivamente do Capítulo XVI abaixo, na data em que as respectivas contraprestações sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo. As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pelo respectivo subscritor.
- 15.1.1. Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.
- 15.2. Em cada Data de Emissão o Fundo deverá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, sendo certo que a razão entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas emitidas; e (ii) o valor agregado das Quotas Seniores emitidas deverá ser igual ou maior a 10 (dez), salvo na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI.

- 15.3. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 15.4. Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta oferta e funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.
- 15.5. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 15.6. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 15.7. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.
- 15.8. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação no mercado primário e secundário na CETIP, no Somafix e no Bovespafix, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.
- 15.9. Caberá a Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas nos sistemas de negociação acima referidos.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

16.1. O valor de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A partir de sua 1ª (primeira) Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou, nas hipóteses previstas neste Regulamento, resgate, sendo que este será equivalente a um dos valores abaixo, conforme o caso:

- a) caso o valor do Patrimônio Líquido seja inferior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá à divisão (i) do valor do Patrimônio Líquido apurado na abertura do dia (ii) pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior; ou
- b) caso o valor do Patrimônio Líquido seja superior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá ao Valor Unitário de Referência.

16.2. O Patrimônio de Referência será calculado todo Dia Útil, sendo equivalente ao produto entre (i) o Valor Unitário de Referência e (ii) o pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior.

16.3. O Valor Unitário de Referência (“VUR”), será calculado todo Dia Útil através da seguinte expressão:

$$VUR_i = VUB \times \frac{IPCA - E_i}{IPCA - E_{Anterior}} \times \frac{(1 + ProjIPCA_i)^{Pror-Rate_i}}{(1 + ProjIPCA_{Anterior})^{Pror-Rate_{Anterior}}} \times (1 + MetaRemuneração)^{\frac{PrazoÚtil}{252}}$$

onde:

VUR_i é o Valor Unitário de Referência válido para o *i*-ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão (“Data de Apuração”);

VUB é o Valor Unitário Base de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a partir da 1ª Data de Emissão, e, em cada Data de Amortização de Quotas, após o pagamento da respectiva amortização de Quotas Seniores, o Valor Unitário Base será equivalente: (1) ao Valor Unitário de Referência, apurado com referência à abertura de cada Data de Amortização de

Quotas, (2) deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização de cada Quota Sênior;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

$IPCA-E_i$ significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à Data de Apuração_i. Caso o número índice do IPCA-E_i não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração_i, o IPCA-E_i será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, o mês anterior à Data de Apuração_i, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à Data de Apuração, será utilizado a Proj IPCA;

$IPCA-E_{Anterior}$ significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso. Caso o número índice do IPCA-E_{Anterior} não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração_i, o IPCA-E_{Anterior} será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, será utilizado a Proj IPCA;

MetaRemuneração significa 11% (onze por cento) ao ano;

PrazoÚtil_i significa o número de Dias Úteis entre (1) a 1ª Data de Emissão ou a última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, inclusive, e (2) a Data de Apuração_i, exclusive;

Proj IPCA_i significa a projeção da variação do IPCA vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração_i, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração_i, o Proj IPCA_i será determinado como o Proj IPCA_{i-1} (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior);

Proj IPCA_{Anterior} significa o número Proj IPCA_i com referência à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso;

Pro-Rata_{Anterior} significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês referente à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso, (inclusive) e (2) a 1ª Data de Emissão ou última Data de Amortização, conforme o caso, (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da 1ª Data de Emissão ou da última Data de Amortização, conforme o caso; e

Pro-Rata_i significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês da Data de Apuração_i (inclusive) e (2) a Data de Apuração_i (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da Data de Apuração_i.

- 16.4. O valor de cada Quota Subordinada, em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores, apurado na forma do item (16.1) acima, e da Reserva de Caixa, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação na ocasião.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 17.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX, em até 3 (três) Dias Úteis após o efetivo recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida, sendo certo que o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Sênior em cada Data de Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será equivalente ao produto (i) do valor da Quota Sênior, apurado na abertura da respectiva Data de Amortização de Quotas, e (ii) o Percentual de Precatório Amortizado. O restante dos recursos disponíveis para amortização de Quotas pelo Fundo, caso existente, será destinado à amortização de Quotas Subordinadas.
- 17.2. Em cada data de recebimento, pelo Fundo, de cada Parcela Recebida, será calculado o percentual do Precatório amortizado, através da divisão entre (i) a Parcela Recebida; e (ii) o

Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos ("Percentual de Precatório Amortizado").

- 17.3. O Saldo Agregado Atualizado dos Precatórios Adquiridos será a soma dos saldos atualizados de cada Precatório Adquirido, que por sua vez serão determinados como o valor nominal de cada Precatório Adquirido, corrigido pela variação do IPCA-E e sujeito à incidência de juros, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 e de acordo com a descrição da tabela apresentada no item (7.2) do Capítulo VII, e deduzido das Parcelas Recebidas correspondentes ao referido Precatório Adquirido.
- 17.4. Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.
- 17.5. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas coincidir com feriado nacional ou não ser Dia Útil na cidade de São Paulo, os valores correspondentes serão pagos aos Quotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.
- 17.6. A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, serão efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas para; ou (ii) em Direitos Creditórios, na hipótese prevista no item (17.10) abaixo.
- 17.7. Caso o Fundo deixe de atender à Alocação Mínima de Investimento, a Administradora deverá promover a amortização compulsória e proporcional de Quotas, observados os procedimentos descritos nos itens acima, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação Mínima de Investimento.
- 17.8. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

- 17.9. Em virtude da adoção do Regime de Caixa para amortização de Quotas, o período de carência para a amortização ou para o resgate das Quotas, ficará compreendido entre a respectiva Data de Emissão e até o 3º (terceiro) Dia Útil subsequente a cada data de recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida.
- 17.10. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XX. O saldo, se houver, poderá ser pago em Direitos Creditórios, por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 18.1. O valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo será calculado, observado o critério de fluxo de caixa descontado, de acordo com as rotinas e procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia.
- 18.2. Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 18.3. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.
- 18.4. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de

vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

19.1. Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e, no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver; e
- h) deliberar sobre a alteração aos Documentos da Securitização.

19.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de

atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, ou para realização de ajustes formais aos procedimentos do Programa de Securitização, desde que as mesmas não afetem, negativamente, o equilíbrio econômico financeiro do Programa de Securitização ou possam prejudicar de qualquer forma os Quotistas, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato ao mesmo, divulgação esta que lhe será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ

- 19.3. A convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Portal da Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- 19.4. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pelos Quotistas.
- 19.5. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou pelos Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- 19.6. A Administradora ou os Quotistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe de Quotas em circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, os beneficiários de qualquer dos negócios jurídicos definidos no item (14.6) do Capítulo XIV, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 19.7. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.

19.8. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita, quando da primeira convocação, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias corridos de antecedência, contados da data da publicação da convocação e, quando da segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) dias corridos de antecedência, contados da data prevista para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira. A respectiva convocação far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante cadastrado na Administradora.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

4º OFÍCIO - RJ

ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

19.9. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 01 (um) Quotista.

19.10. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

19.11. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

19.12. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos titulares das Quotas em Circulação.

19.13. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores.

19.14. Todas as deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorum* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas, devendo ser divulgados aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

- 19.15. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

- 20.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obrigase, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e de eventuais alienações de Outros Ativos, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, sendo certo que os Quotistas devem aprovar, em Assembléia Geral, qualquer encargo cujo montante individual ultrapasse R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou valor equivalente em outras moedas;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Seniores, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;
- d) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;
- e) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) na amortização das Quotas Seniores; e

g) na amortização das Quotas Subordinadas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 20.2. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido, conforme o caso, (a) entre a data de início e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente à data de início; ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios ("Reserva de Caixa").

CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO

- 21.1. O prazo de duração do Fundo é de 12 (doze) anos, contados a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das Quotas, conforme o caso, o que ocorrer antes ("Prazo de Duração"). O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Capítulo XXII a seguir.

CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

- 22.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas, em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências ("Eventos Avaliação"):
- a) qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou contestação pela União com relação ao pagamento dos Precatórios Adquiridos;

- b) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos; ou
- c) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 22.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XIX.
- 22.3. Na hipótese dos Quotistas, em Assembléia Geral, convocada na forma do item (22.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover (i) inicialmente o resgate das Quotas Seniores, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI, e posteriormente, (ii) promover o resgate das Quotas Subordinadas, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI.
- 22.4. Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 23.1. Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas referida no item (22.3) do Capítulo XXII, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, todas por meio da dação em pagamento do eventual saldo

remanescente dos ativos integrantes de sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas observado o disposto no item (28.2) abaixo.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- 23.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (23.1) anterior, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (23.3) a seguir.
- 23.3. Para fins do disposto no item (23.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (23.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata temporis*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância ao disposto no Capítulo XX. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 23.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares das Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (23.3) acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO

24.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas do Fundo pela Administradora:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora ("Empresa de Auditoria");
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do fundo;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e

- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea “g” do item (19.1) do Capítulo XIX.

- 24.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 25.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, de modo a garantir aos Quotistas, acesso a tais informações.
- 25.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.
- 25.3. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou por meio de carta registrada enviada aos representantes dos Quotistas, devendo estas serem mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora.
- 25.4. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
 - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
 - c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

25.5. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS

- 26.1. Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.
- 26.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 26.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral prevista no item (26.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional,

nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

- 26.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

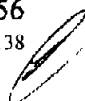
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ASSUMVAP99

- 26.5. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto, na forma deste Capítulo.

- 26.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXVII – DO FORO

- 27.1. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



CAPÍTULO XXVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANTE O DOCUMENTO ARQUIVADO

28.2. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.

28.3. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas.

28.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de dezembro e terminando em 30 de novembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2008.



OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
Presidente

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO Termo de Adesão ao Regulamento

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I

À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown
Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Alexandre Lodi

Eu, [●], [qualificar], na qualidade de investidor do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB I** (“Fundo”), administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), tendo como diretor designado o Sr. Mauro Sergio de Oliveira (“Diretor Designado”), declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Direitos Creditórios”) e da possibilidade de os Quotistas serem requisitados a aportar recursos, caso o patrimônio líquido do Fundo seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, conforme previsto no inciso “x” da alínea (h) do item II abaixo.
- II. Estar de acordo e ciente de que:

- a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, do custodiante do Fundo ("Custodiante", Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11) ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora, conforme o caso, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas sociedades, direta ou indiretamente, controladas, controladoras, ou controladas por mesmo controlador ("Afiliadas"), serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela negociação restrita das quotas no mercado secundário, inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XII do regulamento do Fundo ("Regulamento"), os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) Caso as Quotas sejam integralizadas por meio de TED, os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão;
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal "Monitor Mercantil" publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV do Regulamento;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por (i) investidores que sejam investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores

não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- g) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo IX do Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida;
- h) tenho pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, especialmente dos riscos abaixo discriminados:
 - (i) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.
 - (ii) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no

momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

4º OFÍCIO - RJ

ANTE O DOCUMENTO ARQUIVADO

- (iii) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- (iv) **Risco de pagamento antecipado dos Precatórios Adquiridos.** O prazo máximo de liquidação dos Precatórios pela União é de 10 (dez) anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. Assim, caso a União opte por liquidar os Precatórios Adquiridos em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- (v) **Risco de não pagamento e de dilatação no pagamento dos Precatórios.** Os Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo estão fundados em uma ação de desapropriação de terras, na qual os titulares originais dos Precatórios e a União disputavam acerca dos valores da indenização devida, o que tornou necessária a mediação da justiça. A postura da União, durante todo o curso da Ação Judicial, foi de tentar frustrar o pagamento dos créditos devidos. Assim, é possível que esta adote novas medidas visando de evitar o pagamento dos Precatórios, nos termos do inciso "xv" abaixo. Ademais, embora a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo esteja associada à parte incontroversa do Precatório, existe a possibilidade de a União tentar implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa do Precatório, utilizando como justificativa a existência de parte controversa do crédito. Existe a possibilidade de que estas iniciativas atrasem o início da amortização do crédito, com impactos negativos ao Fundo.
- (vi) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no item 4.7. do Regulamento, os Quotistas

poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

- (vii) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (viii) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- (ix) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XX, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante e o Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- (x) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada pelos Quotistas, nos termos do item (26.1) do Capítulo XXVI;

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

4º OFÍCIO - RJ

PAQUETE DE DOCUMENTOS ARQUIVADO

- (xi) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas Seniores é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, prestada pela Administradora, pelo Custodiante, o Cedente, suas Afiliadas e/ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade destas Quotas será inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária;

- (xii) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas.** As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo este calculado nos termos do item (16.4) do Capítulo XVI. Caso o valor Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e da Reserva de Caixa, seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.

- (xiii) **Conflito de Interesses entre o Cedente e o Custodiante.** O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como Cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

- (xiv) **Risco referente à limitação da análise por parte da Agência de Classificação de Risco.** A Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo informou, em seu Relatório Analítico datado de 27 de fevereiro de 2008, que a classificação atribuída às Quotas, se viu limitada por vários fatores, dentre os quais destacaram: "(i) o Direito

Creditório a ser adquirido pelo Fundo, basicamente o Precatório, apresenta um patamar de risco elevado. A origem do crédito cedido ao Fundo está em um processo de desapropriação de terras, onde tanto os proprietários do precatório como o devedor (INCRA) diferem sobre a sua validade / mérito, sendo necessária a mediação da justiça para decidir sobre a validade quanto ao montante do crédito. A postura do devedor tem sido a de frustrar o pagamento desta obrigação durante todo o processo judicial. Isso denota, no parecer desta agência, um caráter de inadimplemento, por parte do devedor, com relação ao devido cumprimento das suas obrigações e uma postura não favorável por parte do devedor, com relação ao cumprimento das obrigações vinculadas ao Precatório; (ii) complementando o ponto anterior, deve ser destacado que existe ainda uma parte do precatório que está sendo contestada pelo devedor. Embora a cessão do crédito para o Fundo esteja associada à parte incontroversa do Precatório, existe a possibilidade de que o devedor tente implementar estratégias para dilatar o pagamento da parte incontroversa, utilizando como justificativa a existência de parte ainda controversa do crédito. Embora o devedor não tenha obtido êxito nesta iniciativa, já existe jurisprudência sobre a viabilidade de pagamento da parte incontroversa do Precatório. Existe a possibilidade de que esta iniciativa logre frustrar o início da amortização do crédito, com impactos negativos no adequado desenvolvimento do FIDC NP - Precatórios Federais DB I; (iii) dado o longo prazo para a amortização do Precatório (dez anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do Precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos); (iv) a carteira do Fundo está concentrada em um único Direito Creditório (o Precatório) e concentrada em um único devedor (União Federal), ferindo critérios de pulverização; (v) transitam atualmente nos órgãos legislativos propostas para mudanças nas leis tratando a questão de precatórios (basicamente a PEC nº12/06 e substitutivo), as quais podem afetar a forma de liquidação destas dívidas (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente)".

- (xv) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios Adquiridos alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em

julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(xvi) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação do Cedente ou de qualquer outra Pessoa. O Cedente não assume quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive o INCRA. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e de suas autarquias, inclusive do INCRA.

(xvii) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

(xviii) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, caput e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra

emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - HJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(xix) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do precatório, na forma incluída anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

(xx) **Remuneração da conta individualizada.** O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e

individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, o Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

(xxi) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

(xxii) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Assim, se comprovada a condição de isenção dos valores, tal como acontece com o Fundo, não deveria haver incidência do imposto de renda na fonte. Na prática, no entanto, têm ocorrido situações em que a instituição financeira responsável pelo pagamento tem

negado a dispensa da retenção do imposto, obrigando o cessionário do precatório a obter prévia autorização judicial para efetuar o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto. Verifica-se, também, que muitos juízes ainda negam ao cessionário comprador o levantamento das quantias depositadas, a despeito da declaração de isenção, mesmo se tratando de pessoa isenta ou entidade não personificada (i.e., instituições financeiras, fundo de investimento), não sujeitas à retenção de impostos de renda na fonte, nos termos da legislação aplicável. Isso se dá pelo fato de não ocorrer à alteração do nome do beneficiário (cedente) no SIAF, e de a Caixa Econômica Federal manter em seu sistema o CPF/CNPJ do cedente. Como cada alvará de levantamento é expedido pelo Ofício judicial em que tramita o processo, diferentes procedimentos têm sido verificados na prática, não sendo possível, de antemão, afirmar se o Fundo enfrentará ou não problemas com indevida retenção de imposto de renda no momento do levantamento. Assim, a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, poderá ter de ingressar com medidas judiciais solicitando o levantamento de quantias sem a retenção do imposto de renda acima referido.

- (xxiii) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, cada credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados por Precatórios. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados por Precatórios, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis a cada um dos credores, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.

(xxiv) **Quanto à substituição de Wilson Pereira Teles, Camila Bertolacci Teles e Maiscor Tintas Ltda. pelo Fundo na Ação Judicial.** Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e do titular original de cada Precatório, a inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação Judicial, como beneficiário do respectivo Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que poderá ensejar a necessidade de interposição de recursos e em eventual demora maior para efetuar os levantamentos dos valores pagos.

(xxv) **Risco de não inclusão dos pagamentos dos Precatórios Adquiridos no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento do Direito Creditório, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Finalmente, nos termos do item (15.5) do capítulo XV do Regulamento, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [•] [qualificar], no seguinte e-mail [•].

(Local e data)

Nome:
Cargo:

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV – Manuais de Procedimentos da Justiça Federal

PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV

MANUAIS DE PROCEDIMENTOS
DA JUSTIÇA FEDERAL

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de Precatórios (Instituído pela Portaria n. 051, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

2ª edição revista e atualizada

EQUIPE DE REVISÃO

Grupo que promoveu a atualização do *Manual de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV*, bem como incluiu novas orientações com base nas normas legais vigentes, sob a coordenação do Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva:

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador do Grupo)
- Leila Maria Moreira Peixoto (TRF - 1ª Região)
- Márcio da Silva Albuquerque (TRF - 1ª Região)
- André Costa Sousa (TRF - 2ª Região)
- Leonardo Santos Carvalho (TRF - 2ª Região)
- Rogério Brenicci (TRF - 3ª Região)
- Regina Maria Carvalho Eliezer (TRF - 3ª Região)
- Sérgio Tinoco Cordeiro Fitgueiras (TRF - 3ª Região)
- Álvaro Madsen (TRF - 4ª Região)
- Miriam Ribeiro Alves (TRF - 4ª Região)
- Maria Tereza Della Santa (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Araújo Filho (TRF - 5ª Região)
- Ricardo César Almeida da Silva (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (1ª Secretária - CJF)
- Gustavo Bicalho Ferreira da Silva (2º Secretário - CJF)
- Ricardo Manhães Seabra (CJF)
- Barão Mello da Silva (CJF)

1ª edição

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de precatórios (instituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador)
- Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz (Subcoordenadora)
- Hylton Pereira (Primeiro Secretário)
- Leila Maria Moreira Peixoto (Segunda Secretária)
- Geovania Carneiro de Lima (TRF - 1ª Região)
- Romildo Narciso Volotão (TRF - 2ª Região)
- Luiz Alberto de Almeida e Silva (TRF - 2ª Região)
- Andréa Regina dos Santos (TRF - 3ª Região)
- Maria Aparecida Martinez Cilliano (TRF - 3ª Região)
- Humberto Schmitt Vieira (TRF - 4ª Região)
- Regaldo Amaral Mildbradt (TRF - 4ª Região)
- José David Vendramin (TRF - 4ª Região)
- Ika Maria Anselmo Nogueira (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Arruda Filho (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (CJF)

PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV

2ª edição

revista e atualizada

**MANUAIS DE PROCEDIMENTOS
DA JUSTIÇA FEDERAL**

MAIO 2005

Coordenação editorial

Subsecretaria de Divulgação e Editoração da SPI/CEJ

Diagramação

Alice Zilda Dalben Siqueira

Capa

Helder Marcelo Pereira

Enivaldo Sizino dos Santos

Impressão

Divisão de Serviços Gráficos da

Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal

Copyright © Conselho da Justiça Federal

ISBN 85-85572-73-6

Tiragem: 2000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que
indicada a fonte.

C955m

Conselho da Justiça Federal

Precatórios e requisições de pequeno valor - RPV/ Conselho da Justiça
Federal; Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva, coord. 2. ed. rev. e atual. –
Brasília : CJF, 2005.

76 p. (Manuais de procedimentos da Justiça Federal).

ISBN 85-85572-73-6

1. Precatório 2. Execução 3. Fazenda Pública. I. Silva, Ricardo
Perlingeiro Mendes da, coord. II. Título III. Série.

CDU : 347.952

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação (2ª edição) | 7 |
| Apresentação (1ª edição) | 8 |
| I – Contexto atual | 10 |
| 1 Normas gerais | 10 |
| 1.1 Constituição Federal – CF | 10 |
| 1.2 Lei Complementar nº 101/2000 | 12 |
| 1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO | 13 |
| 1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA | 13 |
| 1.5 Lei nº 10.259/2001 | 13 |
| 1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004) | 13 |
| 1.7 Lei nº 11.033/2004 | 14 |
| 1.8 Resolução/CJF nº 438/2005 | 14 |
| II – Aspectos orçamentários | 14 |
| 1 Caracterização do débito judicial como despesa pública | 14 |
| 1.1 Definições | 14 |
| 1.1.1 Orçamento público | 14 |
| 1.1.2 Despesa pública orçamentária | 15 |
| 1.1.3 Débito judicial | 15 |
| 2 Classificação do débito judicial no orçamento federal | 15 |
| 2.1 Classificação institucional | 15 |
| 2.2 Classificação quanto à espécie da requisição | 16 |
| 2.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV | 16 |
| 2.2.2 Precatório – PRC | 17 |
| 2.3 Classificação quanto à natureza da despesa | 17 |
| 2.4 Classificação quanto à forma de pagamento | 19 |
| 2.4.1 Pagamento em parcela única | 19 |
| 2.4.2 Pagamento de forma parcelada | 19 |
| 3 Regras para o parcelamento | 19 |
| 3.1 Débitos judiciais da Fazenda Pública Federal | 19 |
| 3.1.1. Art. 78, <i>caput</i> , do ADCT (EC nº 30/2000) | 19 |
| 3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos | 20 |
| 3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público | 20 |
| 4 Elaboração do Orçamento | 20 |
| 4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal | 20 |
| 4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV | 21 |
| 4.1.2 Precatórios – PRC | 22 |
| 4.1.3 Prazos | 22 |
| 4.1.3.1 Para o Projeto da LDO | 22 |
| 4.1.3.2 Para o Projeto da LOA | 22 |
| 4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades de direito público | 23 |
| 4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV | 23 |
| 4.2.2 Precatórios – PRC | 23 |
| 5 Estágios da execução orçamentária e financeira | 24 |
| 6 Retificações e devoluções no orçamento | 24 |
| 6.1 Retificações | 24 |
| 6.2 Devoluções | 25 |

| | |
|---|----|
| 7 Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores | 25 |
| 7.1 Restos a pagar | 25 |
| 7.2 Despesas de exercícios anteriores | 26 |
| III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento | 26 |
| 1 Espécies de requisição de pagamento | 26 |
| 2 Procedimentos para expedição de requisição de pagamento | 27 |
| 2.1 Requisições expedidas pelas varas comuns federais e estaduais | 27 |
| 2.2 Requisições expedidas pelos juizados especiais federais | 31 |
| IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais | 33 |
| 1 Classificação, verificação dos dados obrigatórios e lançamento | 33 |
| 1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios | 33 |
| 1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento | 33 |
| 1.1.2 Classificação e análise de dados | 33 |
| 1.2 Lançamento | 34 |
| 1.2.1 Dados de lançamento | 34 |
| 1.2.2 Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados | 34 |
| 2 Elaboração e trâmite da proposta orçamentária | 35 |
| 3 Repasse de verba ao juízo da execução ou ao beneficiário do crédito | 36 |
| 3.1 Atualização monetária e juros | 36 |
| 3.1.1 Atualização monetária | 36 |
| 3.1.2 Juros | 37 |
| V – Procedimentos posteriores aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor | 37 |
| 1 Comunicação ao juízo requisitante e às partes | 37 |
| 1.1 Imposto de renda retido na fonte | 38 |
| VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF | 38 |
| 1 Competência no âmbito da Justiça Federal | 38 |
| 1.1 Principais atribuições | 39 |
| 1.1.1 Atribuições genéricas | 39 |
| 1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais | 40 |
| 2 Encaminhamento dos bancos de dados pelos Tribunais Regionais Federais à SPO/CJF | 40 |
| 2.1 Precatórios | 40 |
| 2.2 Requisições de Pequeno Valor | 41 |
| 3 Liberação dos recursos financeiros aos Tribunais Regionais Federais | 41 |
| 3.1 Precatórios | 41 |
| 3.2 Requisições de Pequeno Valor | 41 |
| Anexos | 43 |
| Constituição Federal art. 100 | 45 |
| Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 | 49 |
| Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002 | 52 |
| Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 | 53 |
| Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 | 58 |
| Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 | 60 |
| Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 | 69 |
| Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 | 70 |
| Resolução nº 439, de 30 de maio de 2005 | 76 |

APRESENTAÇÃO

(2ª edição revista e atualizada)

A legislação que disciplina o pagamento das condenações judiciais pela Fazenda Pública é mutável pela própria natureza. A respeito dela não se pode fazer a crítica fácil de que as reiteradas alterações legislativas instabilizam a ordem jurídica. A Lei das Diretrizes Orçamentárias é anual. Anual também é a Lei do Orçamento. As normas jurídicas nelas embutidas não teriam o menor sentido se fossem mera repetição das regras anteriores. Isso tem sido muito proveitoso no que diz respeito ao cumprimento das obrigações da Fazenda Pública Federal, cujo regime jurídico vem se aperfeiçoando. A Lei nº 10.524, de 2002, por exemplo, determinou a descentralização das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Indireta aos Tribunais Regionais Federais. Leis como essas agilizaram sobremaneira os procedimentos nesse tema, e repercutiram naqueles instituídos administrativamente no âmbito do Conselho da Justiça Federal. Havia, nessas circunstâncias, necessidade de adaptação dos atos normativos à nova disciplina legal.

O resultado disso foi a revisão do Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003. Pequenos acréscimos foram feitos autonomamente, como fruto da experiência cotidiana, entre estes aquele que uniformiza em todas as Regiões os critérios que asseguram a ordem cronológica dos pagamentos. O trabalho é importante porque tem efeitos práticos. A Fazenda Pública Federal, ao contrário de outras pessoas jurídicas de direito público, está em dia com o pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais. Neste exercício pagou todas as prestações de natureza alimentícia no mês de fevereiro; aquelas de natureza comum foram satisfeitas no mês de março. O conhecimento dos trâmites legais é indispensável para que isso aconteça, e este é o propósito renovado nesta atualização. Embora endereçado principalmente aos servidores da Justiça Federal, o Manual poderá ser útil também às partes, advogados e procuradores.

Todo este trabalho deve ser creditado aos funcionários da Justiça Federal, principalmente aqueles que criaram a edição originária deste Manual, bem assim aqueles que agora a revisaram e atualizaram – sempre sob a coordenação do MM. Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.

Ministro Ari Pargendler

APRESENTAÇÃO

(1ª edição)

A presente revisão é fruto da concretização de uma das atividades do Grupo de Trabalho destinado à uniformização dos procedimentos pertinentes ao pagamento de Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

O Grupo foi constituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, alterada pela Portaria Presidencial nº 24, de 30 de março de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do egrégio Conselho da Justiça Federal. É composto por representantes dos cinco Tribunais Regionais Federais, da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal, e coordenado por juízes federais. Todos os participantes estão diretamente envolvidos nos procedimentos relativos ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e na assessoria aos presidentes dos tribunais nessa matéria.

As atividades desenvolvidas nas reuniões realizadas desde sua criação consistem em apresentação de soluções de problemas de cunho procedimental e orçamentário, comuns a todas as Regiões, elaboração de minutas de atos normativos, acompanhamento e elaboração de projetos de lei, sugestões de medidas destinadas à desburocratização do processo de solicitação de créditos orçamentários e seu pagamento, mediante a troca de experiências vivenciadas pelos integrantes, adequação dos procedimentos às inovações legislativas, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Emendas Constitucionais nºs 30/2000 e 37/2002.

O objetivo precípuo deste *Manual* é uniformizar, servindo como fonte de consulta, os principais procedimentos utilizados para a apresentação e pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça Federal.

Para tanto, os capítulos foram desenvolvidos de forma didática, possibilitando sua utilização pelos seus destinatários imediatos: servidores e juízes de primeiro e segundo graus.

O presente *Manual* está dividido em seis títulos:

I – Contexto atual – reúne todas as normas legais e administrativas afetas à matéria tratada neste *Manual*.

II – Aspectos orçamentários – traz uma visão genérica sobre os principais aspectos orçamentários, no que se refere ao pagamento das decisões judiciais e elaboração de proposta orçamentária. Além disso, apresenta, de forma sucinta, a legislação disciplinadora da matéria aqui abrangida.

III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento – descreve os elementos necessários à correta elaboração das requisições de pagamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos atos normativos correlatos.

IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais pertinentes ao processamento das requisições de pagamento – explica as principais etapas do procedimento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, inclusive a elaboração de banco de dados para compor a proposta orçamentária, atualização monetária dos créditos solicitados e transferência de recursos financeiros.

V – Procedimentos posteriores à transferência de verbas das requisições de pagamento – explica os procedimentos na 1ª instância, posteriores ao recebimento do crédito orçamentário do TRF.

VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal – trata da solicitação de créditos e liberações financeiras.

Espera-se que este *Manual* possa auxiliar seus usuários, cumprindo uma das finalidades de sua criação. Lembramos que as rotinas aqui descritas estão sujeitas às alterações legais.

O Grupo de Trabalho

I – CONTEXTO ATUAL

1. NORMAS GERAIS

1.1 Constituição Federal

O processamento dos débitos judiciais passou por uma significativa mudança, a partir do exercício financeiro de 2001, resultante, basicamente, da edição da Emenda Constitucional nº 30/2000, que alterou a redação do art. 100 da CF e acrescentou o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A EC nº 30/2000 inovou no tocante à atualização do débito até a data de efetivo pagamento, conforme § 1º, art. 100, da CF e distinguiu os débitos judiciais em duas espécies: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV), permitindo que lei específica estabelecesse sua definição.

Art. 100, caput: À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de Direito Público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 2º: As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º: O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Outra significativa alteração introduzida pela EC nº 30/2000 diz respeito ao parcelamento do pagamento dos precatórios, em parcelas anuais, no prazo máximo de dez anos, nos termos do *caput* do art. 78 do ADCT, abaixo transcrito:

Art. 78, caput: Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

Art. 33, caput: Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1ª de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento no disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

A EC nº 37/2002 introduziu, no texto constitucional, vedação de expedição de precatório complementar ou suplementar, bem como de fracionamento do valor da execução, de modo a evitar que parte do pagamento se faça por meio de precatório e parte por meio de RPV, nos seguintes termos:

Art. 100, § 4º: São vedadas as expedições de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

Além da regra acima, a referida Emenda acrescentou os arts. 86 e 87 ao ADCT, que excepcionam a regra do parcelamento dos precatórios, nos seguintes termos:

Art. 86, caput: Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I – ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;

II – ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 87, caput: Para efeito do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:

I – quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

II – trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

1.2 Lei Complementar nº 101/2000

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe a necessidade de serem identificados todos os beneficiários das requisições de pagamento, conforme o art. 10, abaixo transcrito:

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Regulamenta as disposições a respeito de elementos essenciais à inclusão do débito no orçamento, tais como: regras de parcelamento, atualização monetária, incidência de juros etc.

1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

Trata-se de um instrumento de gestão e controle que estima a receita e fixa a despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

1.5 Lei nº 10.259/2001

Com vigência a partir de janeiro de 2002, a Lei nº 10.259/2001, além de instituir os juizados especiais federais, define o novo limite dos débitos considerados de pequeno valor, fixando-o em 60 salários-mínimos por beneficiário.

Art. 3º, caput: Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.

Art. 17, § 1º: Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004)

Institui, por conta de imposto de renda, a retenção de 3% (três por cento), a ser feita por instituição bancária oficial, sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor.

1.7 Lei nº 11.033/2004

Condiciona o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum à apresentação ao Juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

1.8 Resolução/CJF nº 438/2005

Datada de 30 de maio de 2005, altera e consolida as normas anteriormente existentes, bem como uniformiza procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O estudo dos aspectos envolvidos com o processamento dos débitos judiciais passa, necessariamente, por questões de ordem financeira e orçamentária consagradas na CF e em diversas normas complementares.

1. CARACTERIZAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL COMO DESPESA PÚBLICA

O conceito de "débito judicial" é oriundo de dispositivos constitucionais, notadamente do § 1º do art. 100 da CF, que vinculam a sua formação à necessidade de crédito específico e de prévia inclusão no orçamento das entidades devedoras de verba necessária ao seu pagamento.

Art. 100, § 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

1.1 Definições

1.1.1 Orçamento público

Orçamento público é um instrumento de controle e programação de trabalho do governo, contendo o planejamento dos gastos, fixando despesas e estimando receitas individualizadas por unidades orçamentárias, materializado em lei ordinária de validade anual, de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

O modelo orçamentário brasileiro, fundamentado nos arts. 145 a 169 da CF, está previsto na Lei nº 4.320/64, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), integradas entre si.

1.1.2 Despesa pública orçamentária

Despesa pública orçamentária é o recurso público com destinação específica, previamente fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O pagamento de obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública for condenada, depende de orçamento prévio, como exigido pela Constituição Federal em seu art. 100.

1.1.3 Débito judicial

Débito judicial é toda obrigação de pagamento, constituída como despesa pública, oriunda de condenação em sentença judicial transitada em julgado, cuja satisfação depende de prévia inclusão no orçamento das entidades de direito público.

2. CLASSIFICAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL NO ORÇAMENTO FEDERAL

A inscrição das requisições de pagamento no orçamento da União é resultado de procedimentos administrativos que objetivam classificar os débitos judiciais de acordo com:

- a) a instituição devedora;
- b) a espécie de requisição;
- c) a natureza orçamentária da despesa; e
- d) a forma de pagamento.

Como resultado dessa classificação, os dados são apresentados por meio de bancos de dados que contêm a indicação, individualizada por credor, de todos os elementos exigidos nas normas em vigor.

2.1 Classificação institucional

A classificação institucional compreende os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.

Lei nº 4.320/64, art. 14: Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a quem será consignado dotações próprias.

É representada por um código composto de cinco algarismos, sendo que os dois primeiros identificam o órgão e os três últimos, a unidade orçamentária.

Exemplo de codificação => 12.103

1º e 2º dígitos => Órgão (12 = Justiça Federal)

3º a 5º dígitos => Unidade orçamentária (103 = TRF da 2ª Região)

Essa classificação evidencia as unidades responsáveis pela execução dos créditos consignados no orçamento.

2.2 Classificação quanto à espécie da requisição

Débito judicial é gênero de duas espécies: PRECATÓRIOS e REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

2.2.1 Requisição de Pequeno Valor (RPV)

Trata-se de requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, que não se submete à sistemática de pagamento por precatório.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I - sessenta salários-mínimos, se a devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II - quarenta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT); e

III - trinta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

2.2.2 Precatório (PRC)

É a requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, cujo crédito deve ser incluído no orçamento das entidades de Direito Público, para pagamento ao longo do exercício seguinte.

2.3 Classificação quanto à natureza da despesa

A classificação da natureza dos débitos judiciais resulta da conjugação do disposto no *caput* do art. 100 da CF com as demais normas vigentes.

O juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:

I – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (requisição de pequeno valor ou precatório);

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT.

Por conseguinte, a separação dos valores por grupo de natureza de despesa deve sempre estar representada nas classificações das despesas presentes na Lei Orçamentária Anual, subdivididas em despesas de pessoal, outras despesas correntes e inversões financeiras.

Dessa forma, os precatórios e as requisições de pequeno valor são consignados no orçamento da União com as seguintes categorias, exemplificativamente:

a) Natureza alimentícia – Pessoal (art. 100, § 1º A, da CF)

Elemento de despesa: 3.1.90.91

- Salários
- Vencimentos
- Proventos
- Pensões
- Indenizações por morte
- Indenização por invalidez

Observação: excetuam-se dessa classificação os débitos de natureza alimentícia decorrentes de benefícios previdenciários requeridos em face do fundo do regime geral da Previdência Social, que terão a classificação de elemento de despesa 3.3.90.91.

b) Natureza comum – Outras despesas correntes

Elemento de despesa: 3.3.90.91

- Aluguéis
- Contratos
- Outras indenizações
- Repetições de indébito

c) Desapropriação – Inversão financeira

Elemento de despesa: 4.5.90.91

- Desapropriações de imóveis

Para classificação da natureza da despesa orçamentária, deve-se considerar a categoria econômica, o grupo de despesa respectivo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. A classificação da natureza da despesa, conforme o *Manual Técnico de Orçamento*, é composta de:

a) Categoria econômica da despesa, subdividida em:

· Despesa corrente: classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

· Despesa de capital: classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital.

b) Grupo de natureza da despesa: agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

c) Modalidade de aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

d) Elemento de despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, dentre outros, de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

Essa classificação é representada por um código composto de seis algarismos (= > **3.1.90.91, 3.3.90.91 ou 4.5.90.91**) como exemplificado a seguir:

Exemplos de codificação 3.1.90.91:

| | | |
|--------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 1º dígito => | Categoria econômica | (3 = despesas correntes) |
| 2º dígito => | Grupo de despesas | (1 = pessoal e encargos sociais) |
| 3º e 4º dígitos => | Modalidade de aplicação | (90 = aplicação direta) |
| 5º e 6º dígitos => | Elemento de despesa | (91 = débitos judiciais) |

2.4 Classificação quanto à forma de pagamento

As regras atuais, introduzidas pela EC nº 30/2000 e regulamentadas pelas resoluções do CJF, permitem as seguintes formas de pagamento:

2.4.1 Pagamento em parcela única

Trata-se de regra aplicável aos débitos definidos em lei como de pequeno valor, aos de natureza alimentícia, aos de que trata o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações, aos que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo e aos que decorram de ações iniciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999.

2.4.2 Pagamento de forma parcelada

O parcelamento diz respeito, exclusivamente, aos débitos de natureza comum, àqueles não definidos em lei como de pequeno valor, e àqueles originários de desapropriação, pendentes de pagamento na data de promulgação da EC nº 30/2000 e que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

3. REGRAS PARA O PARCELAMENTO

3.1 Débitos Judiciais da Fazenda Federal

3.1.1 Art. 78, *caput*, do ADCT (EC nº 30/2000):

Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos

Em relação aos débitos judiciais da Fazenda Federal sujeitos ao parcelamento, aplicam-se as regras dos atos normativos vigentes, nos seguintes termos:

a - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a esse valor, excetuando-se o resíduo, se houver;

b - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores individualizados ultrapassem o limite imposto à requisição de pequeno valor, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver; e

c - os juros legais, à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela.

3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público

No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal, Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), o parcelamento obedecerá ao disposto nos arts. 78 e 87 do ADCT, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo ente federativo.

4. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O processo de inclusão dos débitos judiciais no orçamento se dá anualmente nos prazos definidos em lei.

4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal

Os procedimentos adotados se baseiam não só nos dispositivos da CF como também nas determinações da LDO e representam, basicamente, os seguintes estágios:

1º – Proposição orçamentária inicial, proveniente dos TRFs:

Cada unidade gestora (Tribunais Regionais Federais) encaminha, na forma de banco de dados, a relação de dados cadastrais dos precatórios à setorial orçamentária (CJF) para consolidação em um só banco de dados da Justiça Federal.

2º – Conversão em projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Executivo:

O Conselho da Justiça Federal encaminha os bancos de dados consolidados ao órgão de planejamento do Poder Executivo (Secretaria de Orçamento Federal – SOF – do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) que, por sua vez, consolida as propostas de toda esfera federal e as encaminha, sob forma de projeto de lei, ao Legislativo.

3º – Aprovação sanção e publicação da LOA:

Aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a proposta orçamentária é transformada em Lei Orçamentária Anual que, promulgada, estima a receita e fixa a despesa.

4º – Disponibilidade dos respectivos créditos às unidades orçamentárias:

A SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminha, através do Sistema Integrado de Administração Financeira Federal (Siafi), os créditos orçamentários para registro em cada unidade devedora.

Por força do que dispõe a LDO, as dotações orçamentárias das autarquias e das fundações públicas, destinadas ao pagamento de requisições judiciais, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, são integralmente descentralizadas aos tribunais que proferirem as decisões exequêndas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

A referida descentralização é feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da lei orçamentária e dos créditos adicionais.

4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Os recursos orçamentários para pagamento das RPVs advêm de estimativas anuais, para inclusão na LOA do exercício seguinte.

Esse procedimento permite que se consigne aos TRFs créditos necessários para atender, no prazo de 60 dias, contados da apresentação no Tribunal, todas as RPVs que sejam apresentadas ao longo do exercício.

4.1.2 Precatórios - PRC

No caso dos precatórios, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na LOA de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1ª de julho do ano seguinte (CF, art. 100, § 1º).

Imediatamente após a apresentação dos bancos de dados ao Conselho da Justiça Federal, o Tribunal deverá encaminhar aos órgãos e entidades devedoras a relação de débitos a serem incluídos no orçamento, a fim de que estes verifiquem eventuais divergências a serem comunicadas à SOF/MP, conforme determinado na LDO.

Com a publicação da LOA, os créditos orçamentários são consignados às entidades e descentralizados integralmente aos tribunais, conforme determina a LDO.

Considerando as regras vigentes, os recursos financeiros correspondentes são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao órgão setorial de programação financeira da Justiça Federal para posterior liberação aos tribunais.

4.1.3 Prazos

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina, em seu art. 35, § 2º, II e III, os prazos descritos abaixo:

4.1.3.1 Para o projeto da LDO

Art. 35, § 2º, II: O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

4.1.3.2 Para o projeto da LOA

Art. 35, § 2º, III: O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Os prazos constitucionais são limites impostos ao encaminhamento dos projetos de lei por parte do chefe do Executivo. Administrativamente, para que os mesmos possam ser

cumpridos, os setores de orçamento definem prazos internos para apresentação das propostas orçamentárias.

Outros prazos definidos para o processamento dos débitos judiciais dizem respeito ao período de inscrição dos requisitórios para pagamento:

a) Para precatórios:

Art. 100, § 1º, da CF: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (grifo nosso)

b) Para RPVs:

Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias, fundações de direito público e demais órgãos incluídos no orçamento geral da União, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal.

4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades

4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Em se tratando de débitos judiciais de outras entidades, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas dos respectivos entes da Federação.

4.2.2 Precatórios - PRC

Quanto aos débitos judiciais de outras entidades sujeitos a pagamento por precatório, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao respectivo TRF.

Nesse caso, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na Lei Orçamentária do respectivo ente da Federação de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, superiores

aos limites fixados no art. 87 do ADCT e nas respectivas leis específicas, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1º de julho do ano seguinte.

Encerrado o período previsto na CF (art. 100, § 1º), o TRF encaminhará ofício à entidade devedora, requisitando os recursos financeiros, que deverão estar disponíveis até 31 de dezembro do exercício em cujo orçamento o débito for incluído.

Uma vez publicada a Lei Orçamentária e havendo recurso financeiro disponível, a entidade devedora deverá realizar depósito à disposição do TRF que expediu a requisição de pagamento.

5. ESTÁGIOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira dos precatórios e RPs passa por quatro estágios (Lei nº 4.320/64 e Resoluções do CJF):

1º – **Fixação**: compreende o período de inclusão dos débitos no orçamento, descrito no capítulo II, item 4.1 deste *Manual*.

2º – **Empenho**: é o ato emanado de autoridade competente que cria, para a entidade devedora, obrigação de pagamento. Não se admite realização de despesa sem prévio empenho.

3º – **Liquidação**: consiste na apropriação da despesa após a identificação do beneficiário e a verificação do crédito a ser pago, tendo por base o requisitório expedido e os dados cadastrados do débito.

4º – **Depósito**: os valores executados são depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

6. RETIFICAÇÕES E DEVOLUÇÕES NO ORÇAMENTO

6.1 Retificações

O orçamento, embora seja um instrumento rígido e formal, excepcionalmente está sujeito a retificações durante sua execução. A legislação orçamentária prevê a possibilidade da abertura de créditos adicionais para atender a situações não previstas ou insuficientemente dotadas.

Os recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais, quando não dotados ou insuficientemente dotados, poderão ser acrescidos de créditos adicionais.

Esses créditos adicionais supõem erro na estimativa do índice de correção monetária ou erro material ocorrido no Tribunal. A respectiva obtenção depende de ato legislativo, salvo remanejamento de créditos já existentes e não utilizados.

No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração de natureza do crédito ou outra que implique em aumento da despesa prevista no orçamento, devendo ser cancelada e expedida novamente.

6.2 Devoluções

Representam estornos resultantes de cancelamentos totais ou parciais de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, bem como de outras entidades.

Havendo cancelamento de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, o montante originário dos créditos, desde que do mesmo exercício financeiro, retornam à dotação orçamentária correspondente, recolhendo-se ao Tesouro os rendimentos; quando disserem respeito a exercícios anteriores, os respectivos valores e rendimentos também serão recolhidos ao Tesouro.

Havendo cancelamentos de depósitos decorrentes de obrigações de outras entidades, os recursos lhe serão devolvidos, com os rendimentos, independentemente de ocorrerem no mesmo exercício financeiro ou em outro, total ou parcialmente, conforme a abrangência do cancelamento.

7. RESTOS A PAGAR E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

7.1 Restos a pagar

Restos a pagar são débitos empenhados, inscritos como obrigações a pagar no exercício financeiro subsequente, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64:

Art. 36: Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro (...)

7.2 Despesas de exercícios anteriores

Art. 37 da Lei nº 4.320/64: As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

O presidente do Tribunal, como ordenador de despesa, no ano em que as despesas devam ser pagas, é a autoridade competente para, mediante pronunciamento expresse, reconhecer como devido o débito.

III – PROCEDIMENTOS AFETOS A EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

1. ESPÉCIES DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

As requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos, como visto no item 2.2 do Título II: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

São considerados precatórios as requisições de pagamento cujo valor do crédito por beneficiário, atualizado, seja superior a:

- 60 salários-mínimos, nos casos de entidades federais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 17, § 1º, Lei nº 10259/2001);
- 40 salários-mínimos, nos casos de entidades estaduais e distritais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT); ou
- 30 salários-mínimos para entidades municipais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT).

Os créditos de valores iguais ou inferiores aos limites acima mencionados serão processados por RPV, respeitada a regra estabelecida no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 37/2002.

Se numa mesma ação, a condenação não for uniforme em relação aos litisconsortes, enquadrando-se em relação a alguns dentro do limite da RPV, e quanto a outros exorbitando dele, as requisições de pagamento deverão ser feitas de acordo com o respectivo montante; as execuções que excederem o limite da RPV serão pagas mediante precatório, e aquelas que ficarem dentro desse limite serão pagas por RPV.

Os débitos de pequeno valor subdividem-se entre aqueles provenientes dos juizados especiais federais (JEFs), oriundos de ações que seguiram o rito previsto na Lei nº 10.259/2001 e as Requisições de Pequeno Valor (RPV), originárias das Varas Federais ou Estaduais com competência delegada.

O procedimento e a forma de requisições de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado devem obedecer aos requisitos e forma de processamento previstos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções do Conselho da Justiça Federal; deve também ser observada a regulamentação interna específica dos Tribunais Regionais Federais, se houver.

2. PROCEDIMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da execução e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal e as Resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como a regulamentação interna de cada Tribunal.

2.1 Requisições expedidas pelas Varas Comuns Federais e Estaduais:

Requisitos:

a) Número do processo de execução: informar o número do processo originário da requisição de pagamento. Será informado o número do processo de conhecimento, quando a fase de execução for processada nos mesmos autos e sob o número do processo de execução que deu origem à requisição de pagamento, se processada em outros autos.

b) Data do ajuizamento do processo de conhecimento: informar a data de protocolo da petição inicial da ação de conhecimento. Especial atenção deve ser dada aos casos de execuções provenientes de ações civis públicas, que podem gerar mais de uma execução. A finalidade da data de ajuizamento é definir o parcelamento do precatório.

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data do ajuizamento da ação de execução.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se da relação de direito material que deu causa à ação, a qual já está previamente identificada desde a distribuição do processo, à vista da Tabela de Assuntos.

Esse campo auxilia na fixação da classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento, bem como permite levantamentos estatísticos acerca do tipo de ação que está originando os débitos.

Nem sempre a obrigação mencionada nesse campo corresponde ao crédito requisitado. Por exemplo, numa ação de anulação de lançamento fiscal, a relação material controvertida tem natureza tributária. Se bem sucedida, o efeito da sentença será dúplice: constitutivo-negativa do lançamento fiscal; condenatória da entidade pública em relação aos honorários de advogado. Nesse contexto, a natureza da obrigação a que se refere o pagamento é tributária, mas a requisição de pagamento tem por objeto honorários de advogado, que podem ter natureza alimentícia, dependendo do entendimento do juiz da causa.

Observação: em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT. Se houver, nos autos originários, comprovação de que o imóvel era residencial e único na época da imissão na posse, explicitar na requisição para que o pagamento seja efetuado em duas parcelas.

d) Nomes das partes e de seus procuradores: tanto no PRC quanto na RPV, temos como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão "e outro(s)", se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e números no CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) **Natureza do crédito:** indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentar. O reflexo dessa indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3).

Quando os beneficiários, ou um deles, tiverem, numa mesma execução, créditos de natureza comum e créditos de natureza alimentícia, o pagamento deverá ser processado por meio de requisições autônomas.

Se, ao invés disso, uma só requisição for emitida, abrangendo créditos de natureza diferente, será ela processada de acordo com a natureza do crédito principal.

A parcela da condenação, comprometida como honorários de advogado por força de ajuste contratual, não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para os efeitos da espécie de requisição. Conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

g) **Espécie da requisição:** indicar uma das seguintes espécies (vide capítulo II, item 2.2):

1) **RPV:** nos casos em que o valor total da execução, de cada beneficiário, não seja superior ao limite do pequeno valor.

2) **Precatório:** quando o valor total da execução, por beneficiário, for superior ao limite de pequeno valor.

h) **Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição:** informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

i) **Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores:** este dado se destina à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais, quando da elaboração de proposta orçamentária anual, do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a data do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

j) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: fica vedada a expedição de requisição em execução provisória de sentença (§ 1º do art. 100 da CF).

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data referente no próximo item.

l) Data da preclusão à oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado decisão ou sentença de liquidação:

1) se, após a regular citação ou intimação do devedor, não forem opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos, informar a data da preclusão.

2) se houve embargos à execução ou impugnação aos cálculos, informar a data de trânsito em julgado da decisão que julgou o incidente.

m) Valor total, por beneficiário, do crédito executado:

Em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar:

1) Requisição originária: é aquela que requisita o valor total proposto na execução.

2) Requisição complementar: é aquela utilizada para o pagamento de diferenças:

a) de *juros* resultantes da mora no período entre a data-base do cálculo de liquidação e o dia 1º de julho (data da atualização), quando se tratar de precatório, e se for requisição de pequeno valor, do aludido termo inicial até a data da respectiva apresentação no Tribunal;

b) de *correção monetária*, no período entre a data da sentença de liquidação e o dia 1º de julho (data da apresentação), quando o indexador adotado judicialmente for maior do que o IPCA-E, e se for requisição de pequeno valor, o aludido termo inicial até a respectiva apresentação no Tribunal.

3) Requisição parcial: é aquela expedida para os casos de valor incontroverso, ou seja, o valor não-embargado ou não-impugnado.

4) Requisição suplementar: é aquela emitida para o pagamento de valor residual que deixou de constar da requisição originária porque, sobre a respectiva certeza e liquidez, ainda não havia trânsito em julgado; ou ainda aquela expedida para o pagamento de créditos não incluídos na requisição originária em razão de erro material.

5) Valor total da execução: informar o valor total apurado, por beneficiário, na conta de liquidação em que se baseou a decisão exequenda, ou seja, o valor é o apurado na primeira conta sobre a qual não pairam discussões. Sobre esse valor, na requisição parcial, na complementar ou suplementar, deve ser baseada a fixação do procedimento: precatório ou requisição de pequeno valor.

Na requisição parcial, na complementar e na suplementar, a espécie de requisição, se precatório ou RPV, será identificada pelo valor total da execução na data da primeira requisição.

Quando se tratar de requisições de pagamento parciais, suplementares e complementares, deve ser informado, além do valor a ser pago por beneficiário, o valor total da execução por beneficiário, bem como a data-base, para verificação do cumprimento do § 4º do art. 100 da Constituição Federal, a fim de impedir o fracionamento da execução, de forma a evitar que parte do pagamento se faça por requisição de pequeno valor e parte mediante precatório. Das razões acima expostas, depreende-se que, para fins de classificação da espécie de requisição, deve-se considerar o *valor total do crédito executado por beneficiário*, e não o valor que está sendo requisitado. Conseqüentemente, é facultada a expedição de requisitório complementar ou suplementar, desde que observado o valor total da execução para definição da espécie de requisição.

No caso de requisição de pagamento complementar ou suplementar de valor superior ao limite de 60 salários-mínimos, se a data da primeira requisição, processada como RPV, for anterior a 13.06.2002, não se aplica à vedação contida no § 4º *in fine* do art. 100 da CF, sob pena de cercear o credor de seu direito de receber o crédito. Se posterior, incabível o pagamento hora por PRC ou RPV, devendo ser considerada a totalidade do crédito para definição do procedimento.

2.2 Requisições expedidas pelos Juizados Especiais Federais

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da causa e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, na Lei que trata dos juizados especiais federais e nas resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como na regulamentação interna de cada Tribunal, devendo dela constar os seguintes dados:

a) Número do processo: neste campo, deve ser informado o número do processo originário da requisição de pagamento.

b) Data do ajuizamento: informar a data do ajuizamento da ação.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se do assunto da ação. Esta informação auxilia a classificação orçamentária, bem como permite estatísticas acerca do tipo de ação que está originando os débitos. (Vide item 2.1, c, deste capítulo.)

d) Nomes das partes e de seus procuradores: têm-se como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão "e outro(s)", se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e respectivos números de CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os respectivos CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito a que se refere o pagamento: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentícia. O reflexo desta indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3)

g) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

h) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: esse dado destina-se à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais quando da elaboração do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

i) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão: deve ser informada a referida data. Nos casos de sentença homologatória de acordo, deve ser informada a data da sentença.

IV – PROCEDIMENTOS ADOTADOS NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Como já mencionado no item 2.2 do título anterior, as requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos: precatórios (PRC) e requisições de pequeno valor (RPV). De acordo com essa divisão teremos algumas particularidades quando do seu processamento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

1. CLASSIFICAÇÃO, VERIFICAÇÃO DOS DADOS OBRIGATÓRIOS E LANÇAMENTO

Este capítulo tem como objetivo traçar somente as principais etapas de processamento e algumas de suas implicações, uma vez que cada Tribunal possui peculiaridades próprias de acordo com a respectiva realidade.

1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios

Um dos requisitos previstos em Resolução do CJF diz respeito à definição da natureza do crédito e da espécie da requisição. Por essa indicação será definido o procedimento a ser adotado no processamento da requisição.

Acrescentamos ainda ser indispensável a verificação, em cada TRF, da existência de eventual modelo a ser utilizado pelo respectivo juízo da execução, uma vez que, tendo por base esse documento, será realizada a análise pelo setor competente.

1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento

Apresentada a requisição de pagamento perante cada Tribunal, essa receberá um número de protocolo, que firmará a ordem cronológica de pagamento, caso atendidos os requisitos legais.

1.1.2 Classificação e análise de dados

O procedimento de classificação e análise de dados representa, primeiramente, a definição da espécie de requisição, se RPV ou PRC, a fim de que a mesma se transforme em um processo e ganhe um número de registro. No caso das RPs, nem todas as Regiões realizam o registro de um processo por requisição recebida, podendo reuni-las em um único expediente para, posteriormente, elaborar a requisição para pagamento mensal.

A análise dos dados implica, também, verificação da ausência de um dos requisitos exigidos por lei e/ou ato normativo, ou a incorreção, quando possível, dos mesmos. Por exemplo, no caso da falta de um dado indispensável, previsto em Resolução, o ofício será devolvido ao juízo de origem para regularização, independentemente de lançamento.

A ausência ou a incorreção de algum campo de preenchimento obrigatório implicará cancelamento do registro da requisição, com a conseqüente devolução da mesma ao juízo da execução, passando a integrar o sistema de dados informatizado do Tribunal somente para fins de consulta.

Na constatação de que todos os dados necessários estão presentes na requisição, esta será analisada à luz de ato normativo, registrada, e terá seus dados lançados no sistema informatizado do Tribunal.

1.2 Lançamento

1.2.1 Dados de lançamento

No sistema informatizado de cada Tribunal Regional Federal serão lançados os dados referentes ao registro do processo (partes, procuradores, CPF e número), alguns elementos do processo de origem (data de ajuizamento do processo originário, natureza da obrigação ou assunto) e outras informações constantes do ofício requisitório de pagamento (valor solicitado para cada beneficiário com a data dos respectivos cálculos, natureza do crédito e data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão).

Essas informações objetivam a percepção dos créditos por parte dos jurisdicionados, bem como a exatidão dos pagamentos a serem realizados pela Fazenda Pública, com um resultado justo e equilibrado também no cumprimento das decisões judiciais.

Além de todos os elementos fornecidos pelo juízo da execução, os tribunais deverão lançar outros dados que comporão a proposta orçamentária, em cumprimento às definições do Conselho da Justiça Federal, embasadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas determinações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São exemplos: elementos para a classificação do débito judicial no orçamento, código da entidade executada, categoria econômica, grupo e elemento de despesas, modalidade de aplicação, código das Varas no Siafi etc.

1.2.2 – Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados

a) Requisições de pequeno valor:

Todas as requisições de pagamento de pequeno valor recebidas no Tribunal entre os dias 1º e 30 de determinado mês, se regulares, terão seus dados lançados em bancos de dados que deverão ser encaminhados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, até o sétimo dia útil de cada mês; delas constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, série Especial, calculado pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-E/IBGE), fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até o período de recebimento (1º a 30 de cada mês) da requisição no Tribunal.

Alguns tribunais divulgam tabela para embasar a verificação de valores, a fim de não haver necessidade de elaboração de novos cálculos antes da requisição.

b) Precatórios:

Todas as requisições de pagamento, cujos procedimentos forem definidos como precatórios, recebidas no Tribunal no período compreendido entre 2 de julho de um ano até 1º de julho do outro ano, se regulares, terão seus dados lançados e seus créditos incluídos em proposta orçamentária para pagamento no exercício seguinte, a ser encaminhada à SPO/CJF, no prazo definido pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na proposta orçamentária encaminhada por meio de banco de dados, constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo IPCA-E/IBGE, conforme disciplinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até 1º de julho do ano em que for elaborada a proposta.

2. ELABORAÇÃO E TRÂMITE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Todos os procedimentos narrados no item 1 deste capítulo são etapas da elaboração da proposta orçamentária, quer das RPs quer dos PRCs.

Assim, podemos fixar como etapas da elaboração:

- conferência da requisição de pagamento;
- registro e lançamento dos dados e elementos necessários no sistema informatizado;
- verificação de eventual duplicidade de solicitação do crédito;
- atualização dos valores requisitados; e
- migração para banco de dados.

Em continuação, teremos o seguinte trâmite:

- envio do banco de dados às áreas de orçamento dos TRFs para conferência;

- remessa do banco de dados pela área de orçamento dos TRFs à SPO/CJF;
- conferências, pela SPO/CJF, e consolidação das propostas encaminhadas pelos TRFs, a fim de formar uma ordem cronológica única; e
- remessa da proposta orçamentária pela SPO/CJF à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

3. REPASSE DE VERBA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO OU AO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO

Aprovado o orçamento para o pagamento das decisões judiciais transitadas em julgado, os recursos financeiros são gradativamente liberados e repassados aos tribunais, para que sejam realizados os pagamentos dos créditos solicitados, na estrita ordem cronológica de sua apresentação, sendo que os de natureza alimentícia têm precedência sobre os de natureza comum.

3.1 Atualização monetária e juros

Após a inclusão em proposta, os valores requisitados serão atualizados a partir de 1º de julho respectivo até a data do efetivo pagamento, conforme preconizado pelo art. 100 da Constituição Federal, pelo mesmo índice utilizado quando da elaboração da proposta orçamentária – o IPCA-E/IBGE.

3.1.1 Atualização monetária

a) Requisições de Pequeno Valor:

No caso das RPVs, a atualização dar-se-á a partir do mês anterior ao encerramento da respectiva requisição mensal até o mês do pagamento (com o índice divulgado no mês anterior).

b) Precatórios não parcelados (alimentícios, créditos não superiores ao limite do pequeno valor e créditos superiores a esse limite, cuja ação originária tenha sido proposta após 31/12/1999):

No caso dos precatórios não passíveis de parcelamento, a atualização dar-se-á a partir do mês de encerramento da respectiva proposta orçamentária anual (julho) até o mês em que efetivado o pagamento (com o índice divulgado no mês anterior). O critério será praticamente o mesmo utilizado para as RPVs.

Quanto à transferência do numerário destinado à quitação do débito por parte da Fazenda, este também será depositado em conta remunerada de instituição bancária oficial, da mesma forma que as RPVs.

c) Precatórios parcelados (natureza comum, desapropriação e créditos superiores ao limite do pequeno valor, cuja ação originária tenha sido proposta até 31/12/1999):

No caso de parcelamento, devemos atentar para dois pontos específicos: valor mínimo de cada parcela e incidência de juros, de 6% ao ano, a partir da segunda parcela.

c.1) Valor mínimo de cada parcela:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias vem repetindo a cada ano a norma de que nenhuma parcela poderá ser inferior ao limite do pequeno valor, exceto o resíduo. Dessa forma, se tivermos um crédito atualizado de R\$10.000,00 contra a Fazenda Federal, cujo procedimento adotado foi o PRC, mesmo que a natureza desse crédito seja comum, seu pagamento, pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$ 300,00, não será parcelado.

Dispõe ainda o art. 78 do ADCT que o pagamento desses precatórios será feito em até dez parcelas, e não necessariamente em dez. Assim, exemplificativamente, um crédito atualizado de R\$20.000,00 contra a Fazenda Federal, seu pagamento dar-se-á pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$300,00, em duas parcelas. A primeira no valor de R\$18.000,00, além da correção monetária e, a segunda, no valor de R\$2.000,00, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 6% ao ano.

Sempre que alterado o valor do salário-mínimo, os tribunais farão o reparcelamento dos créditos oriundos dos precatórios, automaticamente.

3.1.2 Juros

A incidência de juros dar-se-á somente nos casos de precatórios parcelados, a partir do pagamento da segunda parcela até a quitação total do crédito, tendo como termo inicial o mês de janeiro e termo final o mês anterior ao do pagamento, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

V – PROCEDIMENTOS POSTERIORES AOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

1. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO REQUISITANTE E AS PARTES

Os depósitos dos valores destinados aos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor serão feitos em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. O Tribunal enviará comunicado desta operação ao juízo da execução, que cientificará as partes.

O juízo da execução deverá comunicar ao Presidente do Tribunal, de imediato, qualquer fato que impeça o saque, a fim de que este determine o bloqueio dos valores até decisão final.

Os saques dos depósitos efetuados pelo Tribunal, sem expedição de alvará, regem-se pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários. Essa modalidade de saque se aplica às requisições de pequeno valor expedidas pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005 e aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004, mantido o levantamento por alvará para os precatórios e requisições de pequeno valor, expedidos pelas varas estaduais com competência delegada.

Já o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum dependerá de alvará judicial, a ser expedido mediante a apresentação ao juízo da causa de Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como de Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a entidade pública devedora.

(Conforme Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Precatórios, visando à uniformização dos procedimentos atinentes ao cumprimento do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 – Processo Administrativo/CJF/STJ nº 2005.16.1748, julgado em 24.02.2005).

1.1 Imposto de renda retido na fonte

Nos termos da Lei nº 10.833/2003, alterada pela Lei nº 10.865/2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição bancária responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do saque. Fica dispensado da retenção do imposto o beneficiário que declarar, perante a instituição financeira depositária, que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Simples (art. 27, §§ 1º e 2º).

VI – PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CJF

1. COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

De acordo com o art. 2º da Lei nº 8.472/92, as atividades de planejamento, orçamento e finanças, na Justiça Federal, devem ser organizadas em forma de sistema, tendo como órgão central o Conselho da Justiça Federal.

Em cumprimento ao disposto no artigo retro mencionado, foi editada a Resolução nº 94, de 11/06/93, que estabeleceu a organização e as diretrizes básicas de funcionamento do sistema de planejamento, orçamento e finanças da Justiça Federal.

Esse sistema tem como órgão central a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, como órgãos setoriais os Tribunais Regionais Federais e como órgãos seccionais as seções judiciárias.

Ao órgão central do sistema compete coordenar, planejar e orientar as atividades relacionadas com a administração dos recursos orçamentários e financeiros da Justiça Federal de 1º e 2º graus e da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

1.1 Principais atribuições

1.1.1 Atribuições genéricas

a) Promover a padronização e racionalização dos procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais em todos os níveis de atividade do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da Justiça Federal;

b) Propor normas com vistas a regulamentar os atos de administração dos recursos orçamentários e financeiros, bem como sua execução no âmbito da Justiça Federal;

c) Coordenar e orientar as atividades de elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais, de créditos adicionais e das alterações no detalhamento da despesa, bem como a programação financeira de desembolso, de acordo com a legislação pertinente;

d) Examinar, consolidar e encaminhar as propostas orçamentárias ao Secretário-Geral para posterior aprovação pelo Conselho da Justiça Federal e pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;

e) Elaborar e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional a programação financeira da Justiça Federal, com base na legislação vigente;

f) Elaborar e publicar, conforme determinam a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e as Leis de Diretrizes Orçamentárias, o cronograma anual de desembolso mensal dos recursos financeiros da Justiça Federal;

g) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais e Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, com base na programação financeira aprovada e nas prioridades indicadas e apuradas nos cronogramas de desembolso das unidades.

1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais

São também da responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal:

a) Verificar se os bancos de dados relativos aos precatórios da Administração Direta e Indireta, enviados pelos Tribunais Regionais Federais para inclusão na Proposta Orçamentária, estão de acordo com a LDO e as Resoluções do CJF, bem como com a estrutura aprovada em reuniões do Grupo de Trabalho constituído por Portaria do Presidente do Conselho da Justiça Federal;

b) Encaminhar os referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento às determinações das leis de diretrizes orçamentárias;

c) Verificar se os bancos de dados das requisições de pequeno valor, enviadas mensalmente pelos tribunais, estão de acordo com a LDO, Resoluções do Conselho da Justiça Federal, bem como com as recomendações do aludido Grupo de Trabalho;

d) Orientar, analisar, consolidar e encaminhar as solicitações de créditos adicionais relativas às sentenças judiciais transitadas em julgado à Secretaria de Orçamento Federal;

e) Promover a migração dos dados para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) em cumprimento às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

f) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais para pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, com base na programação financeira aprovada e nos cronogramas elaborados por data de autuação, para cumprimento da ordem cronológica.

2. ENCAMINHAMENTO DOS BANCOS DE DADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS A SPO/CJF

2.1 Precatórios

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos aos precatórios à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, observando as exigências da LDO, a estrutura previamente aprovada e o prazo interno estabelecido com base no prazo final estipulado pela LDO, para o envio dos referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal.

2.2. Requisições de pequeno valor

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos às requisições de pequeno valor, mensalmente, até o 7º dia útil do mês posterior ao do recebimento, com base na LDO, Resoluções do Conselho, de acordo com a estrutura previamente aprovada.

3. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS AOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

3.1 Precatórios

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.1 do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará nos tribunais se houve alterações nos bancos de dados de precatórios, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

3.2 Requisições de pequeno valor:

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.2. do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará se estão de acordo com a LDO, com as Resoluções do Conselho, bem como com a estrutura predefinida, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

Estão anexadas ao presente *Manual* as normas vigentes.

Anexos

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

~~§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.~~

~~§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.~~

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

~~§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda

Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

(...)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães, Presidente - *Mauro Benevides*, 1.º Vice-Presidente - *Jorge Arbage*, 2.º Vice-Presidente - *Marcelo Cordeiro*, 1.º Secretário - *Mário Maia*, 2.º Secretário - *Arnaldo Faria de Sá*, 3.º Secretário - *Benedita da Silva*, 1.º Suplente de Secretário - *Luiz Soyer*, 2.º Suplente de Secretário - *Sotero Cunha*, 3.º Suplente de Secretário - *Bernardo Cabral*, Relator Geral - *Adolfo Oliveira*, Relator Adjunto - *Antônio Carlos Konder Reis*, Relator Adjunto - *José Fogaça*, Relator Adjunto - *Abigail Feitosa* - *Acival Gomes* - *Adaauto Pereira* - *Ademir Andrade* - *Adhemar de Barros Filho* - *Adroaldo Streck* - *Adylson Motta* - *Aécio de Borba* - *Aécio Neves* - *Afonso Camargo* - *Afif Domingos* - *Afonso Arinos* - *Afonso Sancho* - *Agassiz Almeida* - *Agripino de Oliveira Lima* - *Airton Cordeiro* - *Airton Sandoval* - *Alarico Abib* - *Albano Franco* - *Albérico Cordeiro* - *Albérico Filho* - *Alceni Guerra* - *Alcides Saldanha* - *Aldo Arantes* - *Alércio Dias* - *Alexandre Costa* - *Alexandre Puzyna* - *Alfredo Campos* - *Almir Gabriel* - *Aloisio Vasconcelos* - *Aloysio Chaves* - *Aloysio Teixeira* - *Aluizio Bezerra* - *Aluizio Campos* - *Álvaro Antônio* - *Álvaro Pacheco* - *Álvaro Valle* - *Alysson Paulinelli* - *Amaral Netto* - *Amaury Müller* - *Amilcar Moreira* - *Ângelo Magalhães* - *Anna Maria Rattes* - *Annibal Barcellos* - *Antero de Barros* - *Antônio Câmara* - *Antônio Carlos Franco* - *Antonio Carlos Mendes Thame* - *Antônio de Jesus* - *Antonio Ferreira* - *Antonio Gaspar* - *Antonio Mariz* - *Antonio Perosa* - *Antônio Salim Curiati* - *Antonio Ueno* - *Arnaldo Martins* - *Arnaldo Moraes* - *Arnaldo Prieto* - *Arnold Fioravante* - *Arolde de Oliveira* - *Artenir Werner* - *Artur da Távola* - *Asdrubal Bentes* - *Assis Canuto* - *Átila Lira* - *Augusto Carvalho* - *Áureo Mello* - *Basílio Villani* - *Benedicto Monteiro* - *Benito Gama* - *Beth Azize* - *Bezerra de Melo* - *Bocayuva Cunha* - *Bonifácio de Andrada* - *Bosco França* - *Brandão Monteiro* - *Caio Pompeu* - *Carlos Alberto* - *Carlos Alberto Caó* - *Carlos Benevides* - *Carlos Cardinal* - *Carlos Chiarelli* - *Carlos Cotta* - *Carlos De'Carli* - *Carlos Mosconi* - *Carlos Sant'Anna* - *Carlos Vinagre* - *Carlos Virgílio* - *Carrel Benevides* - *Cássio Cunha Lima* - *Célio de Castro* - *Celso Dourado* - *César Cals Neto* - *César Maia* - *Chagas Duarte* - *Chagas Neto* - *Chagas Rodrigues* - *Chico Humberto* - *Christóvam Chiaradia* - *Cid Carvalho* - *Cid Sabóia de Carvalho* - *Cláudio Ávila* - *Cleonânicio Fonseca* - *Costa Ferreira* - *Cristina Tavares* - *Cunha Bueno* - *Dálton Canabrava* - *Darcy Deitos* - *Darcy Pozza* - *Daso Coimbra* - *Davi Alves Silva* - *Del Bosco Amaral* - *Delfim Netto* - *Délio Braz* - *Denisar Arneiro* - *Dionísio Dal Prá* - *Dionísio Hage* - *Dirce Tutu Quadros* - *Dirceu*

Carneiro - Divaldo Suruagy - Djenal Gonçalves - Domingos Juvenil - Domingos Leonelli - Doreto Campanari - Edésio Frias - Edison Lobão - Edivaldo Motta - Edme Tavares - Edmilson Valentim - Eduardo Bonfim - Eduardo Jorge - Eduardo Moreira - Egídio Ferreira Lima - Elias Murad - Eliel Rodrigues - Eliézer Moreira - Enoc Vieira - Eraldo Tinoco - Eraldo Trindade - Erico Pegoraro - Ervin Bonkoski - Etevaldo Nogueira - Euclides Scalco - Eunice Michiles - Evaldo Gonçalves - Expedito Machado - Ézio Ferreira - Fábio Feldmann - Fábio Raunheitti - Farabulini Júnior - Fausto Fernandes - Fausto Rocha - Felipe Mendes - Feres Nader - Fernando Bezerra Coelho - Fernando Cunha - Fernando Gasparian - Fernando Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Fernando Lyra - Fernando Santana - Fernando Velasco - Firmo de Castro - Flavio Palmier da Veiga - Flávio Rocha - Florestan Fernandes - Floriceno Paixão - França Teixeira - Francisco Amaral - Francisco Benjamim - Francisco Carneiro - Francisco Coelho - Francisco Diógenes - Francisco Dornelles - Francisco Küster - Francisco Pinto - Francisco Rollemberg - Francisco Rossi - Francisco Sales - Furtado Leite - Gabriel Guerreiro - Gandi Jamil - Gastone Righi - Genebaldo Correia - Genésio Bernardino - Geovani Borges - Geraldo Alckmin Filho - Geraldo Bulhões - Geraldo Campos - Geraldo Fleming - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gerson Marcondes - Gerson Peres - Gidel Dantas - Gil César - Gilson Machado - Gonzaga Patriota - Guilherme Palmeira - Gumerindo Milhomem - Gustavo de Faria - Harlan Gadelha - Haroldo Lima - Haroldo Sabóia - Hélio Costa - Hélio Duque - Hélio Manhães - Hélio Rosas - Henrique Córdova - Henrique Eduardo Alves - Heráclito Fortes - Hermes Zaneti - Hilário Braun - Homero Santos - Humberto Lucena - Humberto Souto - Iberê Ferreira - Ibsen Pinheiro - Inocência Oliveira - Irajá Rodrigues - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Irma Passoni - Ismael Wanderley - Israel Pinheiro - Itamar Franco - Ivo Cersósimo - Ivo Lech - Ivo Mainardi - Ivo Vanderlinde - Jacy Scanagatta - Jairo Azi - Jairo Carneiro - Jalles Fontoura - Jamil Haddad - Jarbas Passarinho - Jayme Paliarin - Jayme Santana - Jesualdo Cavalcanti - Jesus Tajra - Joaci Góes - João Agripino - João Alves - João Calmon - João Carlos Bacelar - João Castelo - João Cunha - João da Mata - João de Deus Antunes - João Herrmann Neto - João Lobo - João Machado Rollemberg - João Menezes - João Natal - João Paulo - João Rezek - Joaquim Bevilacqua - Joaquim Francisco - Joaquim Hayckel - Joaquim Sucena - Jofran Frejat - Jonas Pinheiro - Jonival Lucas - Jorge Bornhausen - Jorge Hage - Jorge Leite - Jorge Uequed - Jorge Vianna - José Agripino - José Camargo - José Carlos Coutinho - José Carlos Grecco - José Carlos Martinez - José Carlos Sabóia - José Carlos Vasconcelos - José Costa - José da Conceição - José Dutra - José Egreja - José Elias - José Fernandes - José Freire - José Genoíno - José Geraldo - José Guedes - José Ignácio Ferreira - José Jorge - José Lins - José Lourenço - José Luiz de Sá - José Luiz Maia - José Maranhão - José Maria Eymael - José Maurício - José Melo - José Mendonça Bezerra - José Moura - José Paulo Bisol - José Queiroz - José Richa - José Santana de Vasconcellos - José Serra - José Tavares - José Teixeira - José Thomaz Nonô - José Tinoco - José Ulisses de Oliveira - José Viana - José Yunes - Jovanni Masini - Juarez Antunes - Júlio Campos - Júlio Costamilan - Jutahy Júnior - Jutahy Magalhães - Koyu Iha - Lael Varella - Lavoisier Maia - Leite Chaves - Lélío Souza - Leopoldo Peres - Leur Lomanto - Levy Dias - Lézio Sathler - Lídice da Mata - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lúcia Braga - Lúcia Vânia - Lúcio Alcântara - Luís Eduardo - Luís Roberto Ponte - Luiz Alberto Rodrigues - Luiz Freire - Luiz Gushiken - Luiz Henrique - Luiz Inácio Lula da Silva - Luiz Leal - Luiz Marques - Luiz Salomão - Luiz Viana - Luiz Viana Neto - Lysâneas Maciel - Maguito Vilela - Maluly Neto - Manoel Castro - Manoel Moreira - Manoel Ribeiro - Mansueto de Lavor - Manuel Viana - Márcia Kubitschek - Márcio Braga - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marcondes Gadelha - Marcos Lima - Marcos Queiroz - Maria de Lourdes Abadia - Maria Lúcia - Mário Assad - Mário Covas - Mário de Oliveira - Mário Lima - Marluce Pinto - Matheus Iensen - Mattos Leão - Maurício Campos - Maurício Correa - Mauricio Fruet - Maurício Nasser - Maurício Pádua - Maurílio Ferreira Lima - Mauro Borges - Mauro Campos - Mauro Miranda - Mauro Sampaio - Max Rosenmann - Meira Filho - Melo Freire - Mello

Reis - Mendes Botelho - Mendes Canale - Mendes Ribeiro - Messias Góis - Messias Soares - Michel Temer - Milton Barbosa - Milton Lima - Milton Reis - Miraldo Gomes - Miro Teixeira - Moema São Thiago - Moysés Pimentel - Mozarildo Cavalcanti - Mussa Demes - Myrian Portella - Nabor Júnior - Naphtali Alves de Souza - Narciso Mendes - Nelson Aguiar - Nelson Carneiro - Nelson Jobim - Nelson Sabrá - Nelson Seixas - Nelson Wedekin - Nelton Friedrich - Nestor Duarte - Ney Maranhão - Nilso Sguarezi - Nilson Gibson - Nion Albernaz - Noel de Carvalho - Nyder Barbosa - Octávio Elfsio - Odacir Soares - Olavo Pires - Ollvio Dutra - Onofre Corrêa - Orlando Bezerra - Orlando Pacheco - Oscar Corrêa - Osmar Leitão - Osmir Lima - Osmundo Rebouças - Osvaldo Bender - Osvaldo Coelho - Osvaldo Macedo - Osvaldo Sobrinho - Oswaldo Almeida - Oswaldo Trevisan - Ottomar Pinto - Paes de Andrade - Paes Landim - Paulo Delgado - Paulo Macarini - Paulo Marques - Paulo Mincarone - Paulo Paim - Paulo Pimentel - Paulo Ramos - Paulo Roberto - Paulo Roberto Cunha - Paulo Silva - Paulo Zarzur - Pedro Canedo - Pedro Ceolin - Percival Muniz - Pimenta da Veiga - Plínio Arruda Sampaio - Plínio Martins - Pompeu de Sousa - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Bezerra - Raimundo Lira - Raimundo Rezende - Raquel Cândido - Raquel Capiberibe - Raul Belém - Raul Ferraz - Renan Calheiros - Renato Bernardi - Renato Johnsson - Renato Vianna - Ricardo Fiuza - Ricardo Izar - Rita Camata - Rita Furtado - Roberto Augusto - Roberto Balestra - Roberto Brant - Roberto Campos - Roberto D'Ávila - Roberto Freire - Roberto Jefferson - Roberto Rollemberg - Roberto Torres - Roberto Vital - Robson Marinho - Rodrigues Palma - Ronaldo Aragão - Ronaldo Carvalho - Ronaldo Cezar Coelho - Ronan Tito - Ronaro Corrêa - Rosa Prata - Rose de Freitas - Rospide Netto - Rubem Branquinho - Rubem Medina - Ruben Figueiró - Ruberval Pilotto - Ruy Bacelar - Ruy Nedel - Sadie Hauache - Salatiel Carvalho - Samir Achôa - Sandra Cavalcanti - Santinho Furtado - Sarney Filho - Saulo Queiroz - Sérgio Brito - Sérgio Spada - Sérgio Werneck - Severo Gomes - Sigmaringa Seixas - Sílvio Abreu - Simão Sessim - Siqueira Campos - Sólon Borges dos Reis - Stélio Dias - Tadeu França - Telmo Kirst - Teotonio Vilela Filho - Theodoro Mendes - Tito Costa - Ubiratan Aguiar - Ubiratan Spinelli - Uldurico Pinto - Valmir Campelo - Valter Pereira - Vasco Alves - Vicente Bogo - Victor Faccioni - Victor Fontana - Victor Trovão - Vieira da Silva - Vilson Souza - Vingt Rosado - Vinicius Cansanção - Virgildásio de Senna - Virgílio Galassi - Virgílio Guimarães - Vitor Buaiz - Vivaldo Barbosa - Vladimir Palmeira - Wagner Lago - Waldec Ornêlas - Waldyr Pugliesi - Walmor de Luca - Wilma Maia - Wilson Campos - Wilson Martins - Ziza Valadares.

Participantes: Álvaro Dias - Antônio Britto - Bete Mendes - Borges da Silveira - Cardoso Alves - Edivaldo Holanda - Expedito Júnior - Fadah Gattass - Francisco Dias - Geovah Amarante - Hélio Gueiros - Horácio Ferraz - Hugo Napoleão - Iturival Nascimento - Ivan Bonato - Jorge Medauar - José Mendonça de Moraes - Leopoldo Bessone - Marcelo Miranda - Mauro Fecury - Neuto de Conto - Nivaldo Machado - Oswaldo Lima Filho - Paulo Almada - Prisco Viana - Ralph Biasi - Rosário Congro Neto - Sérgio Naya - Tidei de Lima.

In Memoriam: Alair Ferreira - Antônio Farias - Fábio Lucena - Norberto Schwantes - Virgílio Távora.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.100."

"§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente."(NR)

"§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado." (AC)*

"§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito."(NR)

"§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado."(NR)

"§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público." (AC)

"§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade." (AC)

Art. 2º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 78, com a seguinte redação:

"Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos." (AC)

"§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor." (AC)

"§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora." (AC)

"§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse." (AC)

"§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação." (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 2000

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Michel Temer

Presidente

Deputado Heráclito Fortes

1º Vice-Presidente

Deputado Severino Cavalcanti

2º Vice-Presidente

Deputado Ubiratan Aguiar

1º Secretário

Deputado Nelson Trad

2º Secretário

Deputado Jaques Wagner

3º Secretário

Deputado Efraim Morais

4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente

Senador Geraldo Melo

1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade

2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima

1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio

2º Secretário

Senador Nabor Júnior

3º Secretário

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002

Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal

e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subseqüentes:

"Art. 100.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

....."(NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de junho de 2002

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado AÉCIO NEVESPresidente

Deputado BARBOSA NETO2º Vice-Presidente

Deputado NILTON CAPIXABA2º Secretário

Deputado PAULO ROCHA3º Secretário
Secretário

Deputado CIRO NOGUEIRA4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador RAMEZ TEBETPresidente

Senador EDISON LOBÃO1º Vice-Presidente

Senador CARLOS WILSON1º Secretário

Senador ANTERO PAES DE BARROS2º

Senador RONALDO CUNHA LIMA3º Secretário

Senador MOZARILDO CAVALCANTI4º Secretário

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 8º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta Lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigirem as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos, contados a partir da publicação desta Lei, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo de Tarso Tamos Ribeiro

Roberto Brant

Gilmar Ferreira Mendes

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 27. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal.

§ 1º Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no SIMPLES.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o **caput** será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

~~§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte e apresentar à Secretaria da Receita Federal a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF.~~

~~§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de janeiro de 2004.~~

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

I - os pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica beneficiária e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

III - a indicação do advogado da pessoa física ou jurídica beneficiária. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de fevereiro de 2004 (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

(...)

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nº 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004;

e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do **caput** deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I - os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II - na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III - por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II - aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e restabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, inclusive **day trade**, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados às seguintes alíquotas:

I - 20% (vinte por cento), no caso de operação **day trade**;

II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.

§ 1º As operações a que se refere o **caput** deste artigo, exceto **day trade**, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre os seguintes valores:

I - nos mercados futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;

II - nos mercados de opções, o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;

III - nos contratos a termo:

a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento, a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;

b) com liquidação exclusivamente financeira, o valor da liquidação financeira previsto no contrato;

IV - nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo:

I - não se aplica às operações de exercício de opção;

II - aplica-se às operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto os valores mobiliários e ativos referidos no inciso IV do § 1º deste artigo, bem como às operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa.

§ 3º As operações **day trade** permanecem tributadas, na fonte, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Fica dispensada a retenção do imposto de que trata o § 1º deste artigo cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

§ 5º Ocorrendo mais de uma operação no mesmo mês, realizada por uma mesma pessoa, física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma dos valores de imposto incidente sobre todas as operações realizadas no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º Fica responsável pela retenção do imposto de que tratam o § 1º e o inciso II do § 2º deste artigo a instituição intermediadora que receber diretamente a ordem do cliente, a bolsa que registrou as operações ou entidade responsável pela liquidação e compensação das operações, na forma regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:

I - deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;

II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes;

III - compensado na declaração de ajuste se, após a dedução de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, houver saldo de imposto retido;

IV - compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

§ 8º O imposto de renda retido na forma do § 1º deste artigo deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente à data da retenção.

Art. 3º Ficam isentos do imposto de renda:

I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;

II - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Art. 4º Não se aplica o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei às pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, aos investidores estrangeiros referidos no art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e às entidades ou fundos optantes pelo regime especial de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, que permanecem sujeitos às normas previstas na legislação vigente.

Art. 5º Na transferência de titularidade de ações negociadas fora de bolsa, sem intermediação, a entidade encarregada de seu registro deverá exigir o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração do alienante sobre a inexistência de imposto devido, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

§ 1º Quando a transferência for efetuada antes do vencimento do prazo legal para pagamento do imposto devido, a comprovação de que trata o **caput** deste artigo deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o vencimento do referido prazo, ao final do qual, caso não tenha sido realizada, a entidade deverá comunicar o fato à Secretaria da Receita Federal na forma e prazo por ela regulamentados.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a entidade à multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 6º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

.....

§ 12.

.....

XII - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

....." (NR)

"Art. 28.

.....

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

....." (NR)

Art. 7º As pessoas jurídicas que auferirem as receitas de que trata o inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ficam obrigadas a instalar equipamento emissor de cupom fiscal em seus estabelecimentos, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

Art. 8º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 3º (terceiro) e 4º (quarto) trimestres-calendário de 2004, apurar o Imposto de Renda com base no lucro real trimestral, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 2 (dois) primeiros trimestres, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 9º Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - de 1º de janeiro de 2004 a 30 de setembro de 2004: quinzenal; e

II - a partir de 1º de outubro de 2004: mensal.

....." (NR)

Art. 10. Os itens 1 e 2 da alínea c do inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52.

I -

.....

c)

1. em relação aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2004 até 30 de setembro de 2004: até o último dia útil do decêndio subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores; e

2. em relação aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de outubro de 2004: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;

....." (NR)

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no inciso I do § 10 do art. 8º e no inciso I do caput do art. 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, será facultado o lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento para a realização de operações com os valores mobiliários de que tratam os referidos incisos, desde que seja mantido controle, em separado, pela instituição interveniente, dos valores mobiliários adquiridos por intermédio das contas correntes de depósito à vista e de investimento. (Vigência)

§ 1º Os valores referentes à liquidação das operações com os valores mobiliários de que trata o **caput** deste artigo, adquiridos por intermédio de lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento, serão creditados ou debitados a essa mesma conta.

§ 2º As instituições intervenientes deverão manter controles em contas segregadas que permitam identificar a origem dos recursos que serão investidos em ações e produtos derivados provenientes da conta corrente e da conta para investimento.

Art. 12. Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que o excluir do parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que tratam os arts. 1º e 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mediante publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Fica dispensada a publicação de que trata o **caput** deste artigo nos casos em que for dada ciência ao sujeito passivo pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 13. Fica instituído o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, nos termos desta Lei.

Art. 14. As vendas de máquinas, equipamentos e outros bens, no mercado interno, ou a sua importação, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação.

§ 1º A suspensão do Imposto de Importação e do IPI converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 2º A suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS converte-se em operação, inclusive de importação, sujeita a alíquota 0 (zero) após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 3º A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso.

§ 4º A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional.

§ 5º A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTO, dentro do prazo fixado nos §§ 1º e 2º deste artigo, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável.

§ 6º A transferência a que se refere o § 5º deste artigo, previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, a adquirente também enquadrado no REPORTO será efetivada com dispensa da cobrança dos tributos suspensos desde que, cumulativamente:

I - o adquirente formalize novo termo de responsabilidade a que se refere o § 3º deste artigo;

II - assuma perante a Secretaria da Receita Federal a responsabilidade pelos tributos e contribuições suspensos, desde o momento de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 7º O Poder Executivo relacionará as máquinas, equipamentos e bens objetos da suspensão referida no **caput** deste artigo.

Art. 15. São beneficiários do REPORTE o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos e os procedimentos para habilitação dos beneficiários ao REPORTE.

Art. 16. O REPORTE aplica-se às aquisições e importações efetuadas até 31 de dezembro de 2007.

Art. 17. As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

Art. 18. Por um prazo de 10 (dez) anos a contar da vigência da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino seja porto localizado na Região Norte e Nordeste do país, exceto para as embarcações de casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis, cujo prazo será de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 19. O levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial somente poderá ocorrer mediante a apresentação ao juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo:

I - aos créditos de natureza alimentar, inclusive honorários advocatícios;

II - aos créditos de valor igual ou inferior ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.

Art. 21. Os arts. 13, 19 e 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13.

§ 1º A falta de pagamento de 2 (duas) prestações implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa da União ou o

prosseguimento da execução, vedado o reparcelamento, com exceção do previsto no § 2º deste artigo.

§ 2º Salvo o disposto no art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, "que trata de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências", será admitido o reparcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observado o seguinte:

I - ao formular o pedido de reparcelamento, o devedor deverá comprovar o recolhimento de valor correspondente a 20% (vinte por cento) do débito consolidado;

II - rescindido o reparcelamento, novas concessões somente serão aceitas no caso de o pedido vir acompanhado de comprovação do recolhimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do débito consolidado;

III - aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de reparcelamento, naquilo que não o contrariar, as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei." (NR)

"Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

.....

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente, reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, hipótese em que não haverá condenação em honorários, ou manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.

.....

§ 4º A Secretaria da Receita Federal não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 5º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso." (NR)

"Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

.....

§ 2º Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

.....

§ 4º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no **caput** deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas." (NR)

Art. 22. O art. 17 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo." (NR)

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

- I - na hipótese dos arts. 1º a 5º e 7º, a partir de 1º de janeiro de 2005;
- II - na hipótese do art. 11, a partir de 1º de outubro de 2004;
- III - na data de sua publicação, nas demais hipóteses.

Art. 24. Ficam revogados o art. 63 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a partir de 1º de janeiro de 2005, e o § 2º do art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Brasília, 21 de dezembro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

(...)

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

(...)

Brasília, 4 de maio de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Martus Tavares

RESOLUÇÃO Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2005.

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2005, resolve:

Titulo I

Das Requisições de Pagamento

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, e seus honorários sucumbenciais deverão ser considerados como parcela autônoma, não sujeita ao rateio entre credores para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado.

§1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

§2º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação

das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

Título II

Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O Juízo da execução, em se tratando de precatório, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. *No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão causa mortis, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.*

Título III

Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. *Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.*

§1º *Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.*

§2º *Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará.*

§3º *Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.*

Art. 18. *O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.*

Art. 19. *Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.*

Art. 20. *Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará pelo Juízo da execução.*

Título IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. *O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.*

Art. 22. Ficam revogadas as Resoluções nºs 263, de 21 de maio de 2002; 271, de 08 de agosto de 2002; 373, de 25 de maio de 2004; 399, de 26 de outubro de 2004, e 429, de 14 de abril 2005.

Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2005.

Aprova a revisão do Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2004160655, em sessão de 30 de maio de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do anexo Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Art. 2º A Secretaria do Conselho da Justiça Federal incumbir-se-á da impressão do Manual e de sua remessa a todos os juízes federais de primeiro e segundo graus.

Art. 3º O Manual deverá ser disponibilizado, por meio da *internet*, na página do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*
Presidente

Resolução nº 559



Conselho da Justiça Federal
RESOLUÇÃO Nº 559, DE 26 DE JUNHO 2007.

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada em 15 de junho de 2007, resolve:

Título I

Das Requisições de Pagamento

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§ 1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§ 2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§ 3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Conselho da Justiça Federal

– ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, quando se tratar de honorários sucumbenciais, e seus honorários devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§ 1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado, bem como qualquer cessão de crédito, não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor, ou tampouco altera o número de parcelas do precatório comum, devendo ser somado ao valor do requerente para fins de cálculo da parcela.

§ 3º Em se tratando de RPV com renúncia, o valor devido ao requerente somado aos honorários contratuais não pode ultrapassar o valor máximo para tal modalidade de requisição.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;



Conselho da Justiça Federal

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado;

XI – em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;



Conselho da Justiça Federal

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão;

IX – em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 2º As requisições de pagamento parceladas que contenham destaques para honorários contratuais e cessão de crédito deverão conter apenas um autor com seus respectivos destaques.

§ 3º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o residuo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

Título II

Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O juiz da execução, em se tratando de precatórios ou requisições de pequeno valor, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.



Conselho da Justiça Federal

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§ 1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§ 2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão *causa mortis*, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

Título III

Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§ 1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§ 2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará ou meio equivalente.

§ 3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.

Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.

Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.



Conselho da Justiça Federal

Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará ou meio equivalente pelo Juízo da execução.

Título IV

Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 1º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.

Art. 22. O § 2º do art. 6º, o inciso XI do art. 6º e o inciso IX do § 1º do art. 6º, bem como o art. 12 em sua nova redação, entram em vigor no dia 02 de julho de 2007.

Art. 23. Revoga-se a Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 e demais disposições em contrário.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro BARROS MONTEIRO
Presidente

Publicada no Diário Oficial da União
Em 28/06/2007 Seção I pág. 123

Parecer Legal

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

Neelson Cândido Motta
Pedro Paulo Cristofaro
Oswaldo de Moraes Bastos Sobrinho
Alaor de Lima Filho
Hélio Saboya
Lutz Leonardo Cantidiano
Maria Lucia Cantidiano
Julian Fonseca Peña Chediak
Eduardo Garcia de Araujo Jorge
Paulo Penálva Santos
Vanilda Fatima Maiolino Hiri
André Cantidiano
Ormar Simões
Lutz Eduardo Cavalcanti Corrêa
Alexandra Garchet
Márcio Monteiro Gea
Claudia Goldsmith

Castor Eduardo da Costa Pires Steiner
Márcio Marçal F. de Souza
Hélia Márcia Gomes Pinheiro
José Alexandre Corrêa Meyer
Carlos Eduardo Menezes Côrtes
Michael Altst
Viviane Paladino
Larissa Possato
Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo
Gustavo Golubeira de Oliveira
José Hugo Campbell Alqueires
Catarina Iazzeppi Ferreira
Flávia Aldred Romaciotto
André Lutz de Lima Dalbes
Cecília Mignone Modesto Leal
Isabel Cantidiano
Julio Mata Vidal

Pedro Marcos Arruod Bulcão
Carla Cid Varela Madeira
Rodrigo de Campos Maia
Beatriz Villas Boas P. Trovo
Eduardo Messias Altamiani
Laird Machado Filho
Renato de Goes Ribeiro
Bruno Pienn Furtati
Daniel Kalansky
Marco Antonio Guérios Borna
Juliana Alves do Nascimento
Maira Bondim Catzavara Heckler

CONSULTORES:
J. A. Penálva Santos
José Botafogo Gonçalves

São Paulo, 26 de fevereiro de 2008.

À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205.

Rio de Janeiro – RJ

Ao

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Rua Alexandre Dumas, nº 2.200

São Paulo – SP

*Ref.: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios
Federais DB (o "Fundo"), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A. (a "Administradora")*

St. 

SÃO PAULO

ALAMEDA SANTOS, 2.335 | 10º E 11º ANDARES | CEP 01419-002
SÃO PAULO | SP | BRASIL | TEL 55 11 3082 9398 | FAX 3082 3272
infra@infra.com.br | www.infra.com.br

RIO DE JANEIRO

AV. ALMIRANTE BARROSO, 53 | 5º ANDAR | CEP 20031-000
RIO DE JANEIRO | RJ | BRASIL | TEL 55 21 2513 2200 | FAX 2262 24
infra@infra.com.br | www.infra.com.br

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Prezados Senhores,

A. Introdução

Assessoramos a Administradora e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão na preparação dos instrumentos jurídicos relacionados ao Fundo e ao programa de securitização. Fomos solicitados pela Administradora e pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão a apresentar, com base na legislação brasileira vigente nesta data, nossa opinião sobre os precatórios que serão adquiridos pelo Fundo (os “Direitos Creditórios”).

B. Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios são decorrentes da ação indenizatória fundada em desapropriação indireta proposta por Wilson Pereira Teles e sua esposa Carmela Bertolacci Teles contra o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (o “INCRA”), que tramitou sob o nº 00.0000594-0 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, julgada procedente com a condenação do réu ao pagamento de valores indicados em laudo pericial, tendo havido o trânsito em julgado em 7 de novembro de 1991.

O INCRA propôs ação rescisória, que tomou o nº 93.01.32115-7/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e obteve medida liminar para suspender o pagamento de precatório anteriormente emitido até o julgamento final da ação rescisória, conforme decisão proferida na ação cautelar nº 93.01.32116-5/DF. A ação rescisória foi julgada improcedente por acórdão unânime do TRF da 1ª Região, transitando em julgado em 20 de abril de 2006.

Iniciada a execução, que tomou o nº 2006.41.002688-1 perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia, o INCRA impugnou parcialmente os cálculos apresentados por meio de embargos à execução, restando como valor incontroverso R\$357.988.819,56 (trezentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos), atualizado até 30 de abril de 2006, tendo sido emitidos os precatórios em favor de Wilson Pereira Teles, de Carmela Bertolacci Teles, dos advogados da causa e de alguns cessionários que adquiriram direitos de crédito no curso da demanda, dentre

CA.



MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

os quais o precatório 2007.01.98.062286-0, no valor de R\$ 6.827.548,06 (seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos) atualizado em julho de 2007, em favor de Maiscor Tintas Ltda., sociedade limitada, com sede na Avenida Bandeirante, nº 1517, cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.090.677/0001-44, a qual, por sua vez, em 12 de novembro de 2007, cedeu este último precatório, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, a Gervásio Costa e sua mulher Denise de Fátima Kempe Costa.

Quando a Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) é condenada em uma ação judicial, e não são cabíveis mais recursos contra a sentença condenatória, a execução do crédito é realizada na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil e do artigo 100 da Constituição Federal, que prevê o pagamento por meio de precatório.

Precatório é uma ordem judicial de pagamento expedida contra a Fazenda Pública devedora, em que o Presidente do Tribunal que proferiu a decisão executando requisita o pagamento em favor do credor.

A Fazenda Pública condenada tem a obrigação de pagar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, todos os precatórios apresentados até o dia 1º de julho do ano anterior, na ordem cronológica de apresentação, conforme determina expressamente o artigo 100 da Constituição Federal:

“Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou



MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.”

A Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro do ano 2000, estabeleceu um regime de exceção ao pagamento de precatórios apresentados até 31 de dezembro de 1999, ou originados de ações judiciais propostas até a referida data, ao acrescer, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 78, com a seguinte redação:

“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (AC)

§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

CSA. 

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

§ 2º As prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

§ 3º O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação."

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito que Wilson Teles, Carmela Bertolacci Teles, Gervásio Costa e Denise de Fátima Kempe Costa detêm contra a União, decorrentes de sentença condenatória transitada em julgado na ação acima referida, que tramitou perante a 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Rondônia, movida contra o INCRA.

Tendo em vista que a ação judicial foi proposta antes de 31 de dezembro de 1999, os valores devidos serão pagos na forma do artigo 78 do ADCT e dos demais normativos aplicáveis.

Todas as fases processuais já foram esgotadas, houve o trânsito em julgado da decisão condenatória, bem como o trânsito em julgado da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que julgou, por unanimidade, improcedente ação rescisória.

Foram regularmente expedidos os competentes precatórios, já desmembrados nos valores devidos aos autores, aos advogados e aos cessionários, conforme ofícios requisitórios de pagamento registrados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região sob os nºs os precatórios 2007.01.98.062666-4, em favor de Wilson Pereira Teles e dos advogados da causa, 2007.01.98.062671-9, em favor de Carmela Bertolacci Teles, e 2007.01.98.062686-0, em favor de Maiscor Tintas Ltda.

A tramitação dos precatórios pode ser acompanhada pela *Internet*, no *site* do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.gov.br).



MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

Houve a concordância parcial do INCRA quanto aos cálculos apresentados em juízo por Wilson Pereira Teles, Carmela Bertolacci Teles e Masicor Tintas Ltda., e os respectivos Ofícios Requisitórios de pagamento com os valores incontroversos foram protocolados antes da data limite de 1º de julho de 2006, prevista no já mencionado artigo 100, §1º, da Constituição Federal.

Os valores devidos por força das condenações judiciais, e evidenciados pelos Precatórios já apresentados e registrados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, devem ser pagos em 10 parcelas anuais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 31 de dezembro de 2008. Os precatórios devem ser pagos na ordem cronológica de apresentação.

Observado o tratamento dispensado aos demais precatórios emitidos contra a União, os Direitos Creditórios devem ser atualizados nos Tribunais Regionais Federais - TRFs em 1º de julho de 2006, consoante índices de correção monetária divulgados em Resolução do Conselho da Justiça Federal (no caso, a Portaria 57, de 29 de julho de 2006), pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), Série Especial, e os valores atualizados foram encaminhados ao Tesouro Nacional para liberação das verbas.

Enquanto aguardam os pagamentos, os Precatórios têm correção monetária pelo IPCA-E, e são acrescidos de juros simples de 6% (seis por cento) ao ano, conforme previsto na lei orçamentária anual. Os juros de 6% (seis por cento) ao ano são devidos apenas a partir do mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela. Isso se explica tendo em vista a disposição do artigo 100 da Constituição Federal, que considera dentro do prazo constitucional o pagamento feito no exercício seguinte àquele em que o precatório foi autuado no TRF. Portanto, a partir da segunda parcela incidirão os juros a partir de janeiro do referido ano.

Após o recebimento das verbas liberadas pelo Tesouro Nacional, os TRFs devem depositar os valores dos precatórios nas suas respectivas contas judiciais, à disposição dos juízos processantes. A remuneração dessas contas é feita, a partir de então, pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal, aplicando-se os juros de 0,5% a.m. mais a TRD. Os juros serão calculados até a data do efetivo levantamento (*pro-rata*).

CS. 

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Os levantamentos das quantias devem ser feitos por meios de alvarás judiciais, solicitados diretamente ao juiz da execução, logo após o depósito das quantias devidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

O mesmo artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê expressamente a possibilidade de cessão dos créditos, que se fará por instrumento público.

No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, será convocada Assembléia Geral dos Quotistas para definirem as providências a serem adotadas, previstas no artigo 100 da Constituição Federal e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acima transcritos.

A presente opinião é endereçada à Administradora e ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão. Os entendimentos ora manifestados dizem respeito somente ao escopo de nosso trabalho conforme delimitado no presente documento. A Administradora ou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão poderão utilizar essa opinião para defesa dos seus direitos em qualquer procedimento judicial ou administrativo relacionado à operação de securitização em que o Fundo está inserido, no qual os mesmos figurem como parte. Não obstante o acima disposto, esta opinião é encaminhada à Administradora e ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão sob a condição expressa de que não a utilizarão, em hipótese alguma, sem nossa autorização prévia, em quaisquer instrumentos relacionados ao Fundo.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Motta, Fernandes Rocha Advogados

Michael Altit



Motta, Fernandes Rocha Advogados

Carlos Pires Steiner

Fundo
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados
Precatórios Federais DB I
CNPJ nº 09.297.712/0001-99

| | |
|---|--|
| <i>Administradora e Distribuidor</i> Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ nº 36.113.876/0001-91 Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205 Cep: 22640-100 Rio de Janeiro – RJ | <i>Custodiante</i> Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão CNPJ nº 62.331.228/0001-11 Rua Alexandre Dumas, nº 2.200 04717-910 São Paulo – SP |
|---|--|

| | |
|---|---|
| <i>Empresa de Auditoria</i> KPMG Auditores Independentes CNPJ/MF 57.755.217/0001-29 R. Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar 04530-904 São Paulo – SP | <i>Agência de Classificação de Risco</i> Austin Rating Serviços Financeiros Ltda CNPJ/MF nº 03.016.560/0001-22 R. Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar 04542-000 São Paulo - SP |
|---|---|

Assessor Legal
Motta, Fernandes Rocha Advogados
CNPJ nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar
01419-002
São Paulo – SP